

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

ALLAN STROTTMANN KERN

JUNHO DE 2013:
O (DIS)CURSO DOS PROTESTOS

Pouso Alegre/MG

2015

ALLAN STROTTMANN KERN

JUNHO DE 2013:

O (DIS)CURSO DOS PROTESTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí como exigência para a obtenção do Título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Área de concentração: Linguagem e Sociedade.

Orientadora: Profª. Dra. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi

Pouso Alegre/MG

2015

Autorizo a divulgação total ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

KERN, Allan Strottmann.

Junho de 2013: o (dis)curso dos protestos / Allan Strottmann Kern. –
Pouso Alegre: UNIVÁS, 2015.
146 p.: il.

Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Programa de
Pós-Graduação da Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2015.

Orientadora: Profa. Dra. Eni Puccinelli Orlandi

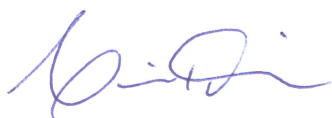
1. Discurso. 2. Movimentos sociais. 3. Protesto. 4. Violência. 5. Espetáculo.
I. Universidade do Vale do Sapucaí. II. Título.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certificamos que a dissertação intitulada "**JUNHO DE 2013: O (DIS)CURSO DOS PROTESTOS**" foi defendida, em 12 de março de 2015, por **ALLAN STROTTMANN KERN**, aluno regularmente matriculado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, nível Mestrado, sob o Registro Acadêmico nº 98006477, e aprovada pela Banca Examinadora composta por:



Prof.ª. Dr.ª. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Orientadora



Prof.ª. Dr.ª. Cristiane Pereira Dias
Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP
Examinadora



Prof.ª. Dr.ª. Paula Chiaretti
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinadora

DOCUMENTO VÁLIDO SOMENTE SE NO ORIGINAL

Não há mentiras nem verdades aqui

Só há música urbana.

Renato Russo

RESUMO

KERN, A. S. Junho de 2013: o (dis)curso dos protestos. 2015. 146 f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2015.

A presente dissertação se inscreve na perspectiva teórico-metodológica da análise de discurso, fundada nos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, com o objetivo de compreender a onda de protestos ocorrida no Brasil em junho de 2013 como um acontecimento discursivo. Tendo em vista que o protesto é um tipo de manifestação que mobiliza tanto ideologia quanto linguagem, exploramos em diferentes materiais de análise as condições em que o discurso de protesto se apresenta como um espaço que, no próprio movimento da insurgência, engendra novas formas de assujeitamento. Pela análise de *slogans*, cartazes, fotografias, capas de jornal e postagens na internet, observamos e investigamos diferentes discursos de protesto e discursos sobre os protestos, que revelam aspectos da tensão entre os movimentos sociais urbanos e as instituições do Estado. Assim, amparando nossa reflexão no dispositivo teórico da análise de discurso, tivemos acesso não aos sentidos do acontecimento histórico, mas à historicidade dos efeitos de sentido daquele acontecimento tomado enquanto discurso.

Palavras-chave: análise de discurso; movimentos sociais; protesto; violência; espetáculo.

ABSTRACT

KERN, A. S. June 2013: the (dis)course of the protests. 2015. 146 p. Dissertation (master's degree). Postgraduate Program in Language Sciences, University of Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2015.

The present dissertation enrolls itself in the theoretical-methodological perspective of the discourse analysis, founded on the works of Michel Pêcheux and Eni Orlandi, with the aim to comprehend the wave of protests occurred in Brazil in June of 2013 as a discursive event. Taking in view that the protest is a type of manifestation that engages both ideology and language we explored within different analyzing materials the conditions in which the protest discourse presents itself as a space that, in the very movement of insurgence, engenders new forms of subjection. By the analysis of slogans, posters, photographs, newspaper covers and internet posts, we observed and investigated different discourses of protest and discourses about the protests that reveal aspects of the tension within the relation of urban social movements and the institutions of the State. Thus, supporting our reflection on the theoretical device of discourse analysis, we gained access not to the meanings of the historical event, but to the historicity of the effects of meaning of that event taken as discourse.

Keywords: discourse analysis; social movements; protest; violence; spectacle.

LISTA DE RECORTES

- Recorte 1 (R1): *“Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar”*
 - Paráfrase 1 do Recorte 1 (P1R1): *“Se a tarifa não baixar, o MPL vai parar a cidade”*
 - Paráfrase 2 do Recorte 1 (P2R1): *“Se a tarifa não baixar, São Paulo vai parar”*

- Recorte 2 (R2): *“Violência é a tarifa”*
 - Paráfrase 1 do Recorte 2 (P1R2): *“Violência também é a tarifa”*
 - Paráfrase 2 do Recorte 2 (P2R2): *“Violência não é o protesto, mas a tarifa”*

- Recorte 3 (R3): *“3,20 é roubo”*
 - Paráfrase 1 do Recorte 3 (P1R3): *“3,20 é o troco do almoço”*
 - Paráfrase 2 do Recorte 3 (P2R3): *“3,20 é o almoço”*

- Recorte 4 (R4): *“Não são só 20 centavos”*

- Recorte 5 (R5): *“Não é por centavos. É por direitos.”*

- Recorte 6 (R6): *“O Brasil acordou”*
 - Paráfrase 1 do Recorte 6 (P1R6): *“Os brasileiros acordaram”*
 - Paráfrase 2 do Recorte 6 (P2R6): *“O Brasil levantou”*

- Recorte 7 (R7): *“Vem pra rua”*

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Protesto em São Paulo em 06/06/2013 (Foto: Gabriela Biló).....	50
Imagem 2 – Protesto em São Paulo em 06/06/2013 (Foto: Nelson Antoine).....	50
Imagem 3 – Postagem da página “SelvaSP” no Facebook.....	65
Imagem 4 – Capa do jornal Folha de São Paulo em 13/06/2013.....	68
Imagem 5 – Protesto em São Paulo em 11/06/2013 (Foto: Victor Dragonetti Tavares).....	70
Imagem 6 – Postagem da página “Não aguento quando” no Facebook.....	77
Imagem 7 – Postagem da página “Mães de Maio” no Facebook.....	80
Imagem 8 – Cópia de tela de uma enquete no Facebook.....	98
Imagem 9 – Protesto em Brasília em 17/06/2013 (Foto: Mídia Ninja).....	103

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
DISCURSO (D)E PROTESTO.....	9
CAPÍTULO I	
O IMAGINÁRIO DA VIOLÊNCIA.....	15
CAPÍTULO II	
ASSUJEITAMENTO, RESISTÊNCIA E REVOLTA.....	23
CAPÍTULO III	
DE MAIO DE 1968 A JUNHO DE 2013.....	32
CAPÍTULO IV	
MOVIMENTO PASSE LIVRE E O DIREITO À MOBILIDADE.....	45
CAPÍTULO V	
REPRESSÃO POLICIAL E O DIREITO À MOBILIZAÇÃO.....	60
CAPÍTULO VI	
O ESPETÁCULO MUDIÁTICO.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
O (DIS)CURSO DOS PROTESTOS.....	109
REFERÊNCIAS.....	115
ANEXOS.....	121

INTRODUÇÃO

DISCURSO (D)E PROTESTO

Nosso trabalho se inscreve no espaço de reflexão da análise de discurso, tal como este se constituiu a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux na França e Eni Orlandi no Brasil. Trata-se de uma disciplina que compreende a produção do sentido como algo que não se fecha no funcionamento interno e sistemático da língua, pois considera que aspectos *exteriores* (como o sujeito, a história, o social) também são constitutivos dos processos de significação. É nesse sentido que, como escreve Pêcheux (1975), a semântica representa o “ponto nodal” em que a linguística se depara com as contradições que a atravessam, pois é nesse ponto que a ciência da língua se amarra, de certo modo, à filosofia e às ciências sociais. Em decorrência dessa abordagem, a análise de discurso funda um modo próprio de compreender não somente a linguagem, mas também o sujeito, a história, o social, a ideologia e o inconsciente como elementos fundamentalmente implicados na constituição do discurso, seu objeto de estudo.

O discurso, para Pêcheux (1969), é *efeito de sentidos*. Nessa perspectiva, o sentido das palavras e expressões não é tomado como um conteúdo assinalável, mas como um efeito que se produz dentro de determinadas condições. Para que se compreenda a produção do sentido, é preciso referir o dizer às suas *condições de produção*, que englobam tanto o contexto amplo (histórico-social) quanto o contexto estrito (enunciativo) em que esse dizer é produzido.

A importância das condições de produção está ligada ao fato de que, segundo Pêcheux (1975, p. 81), a língua é “a base comum de processos discursivos diferenciados”, sendo que “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (*idem*, p. 82). Apresenta-se aí outro postulado importante: o discurso é o que constitui a ligação material entre língua e ideologia. Nesse sentido, “a materialidade específica da ideologia é o discurso, e a materialidade específica do discurso é a língua” (ORLANDI, 1999a, p. 17).

Essa compreensão da relação língua/discurso/ideologia tem implicações importantes sobre a questão do sujeito, pois, como lembra Henry (1990), ela articula o *sujeito ideológico* (concebido por Althusser) ao *sujeito de linguagem* (comum às abordagens de Lacan, Foucault e Derrida). Retomaremos essas considerações mais à frente. Por ora, diremos apenas que essa relação entre o linguístico, o discursivo e o ideológico foi o que permitiu a Pêcheux chegar ao entendimento de que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, ou melhor, em um só e mesmo movimento discursivo, ideologicamente determinado. Para Pêcheux (1975, p. 146), é a ideologia que “fornece as evidências” dos dizeres e assim dissimula para o sujeito, sob a “transparência da linguagem”, o que o autor define como *o caráter material do sentido*.

O “caráter material” do sentido consiste, segundo o autor (op. cit., p. 146-147), em que “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”. Essa é a base do conceito de posição sujeito, que também apresentaremos em detalhe no decorrer deste trabalho. Por enquanto, o mais importante é destacar que, assim como o sentido é tomado como um *efeito*, o sujeito se constitui como *posição*. Uma coisa está implicada na outra: o sentido é um efeito produzido a partir de uma posição sujeito, e o modo de constituição desse sujeito em uma (e não outra) posição é algo que pode ser apreendido nas condições de produção do dizer.

Tendo em vista que a constituição do sentido como efeito está ligada à constituição do sujeito como posição, Pêcheux (1975) toma de Foucault o conceito de *formação discursiva* e o desloca de acordo com os princípios teóricos da análise de discurso, segundo os quais ela é (re)concebida como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (*idem*, p. 147). Isso implica que a constituição do sujeito em uma ou outra posição resulta de sua inscrição na formação discursiva correspondente ao (efeito de) sentido produzido a partir de seu dizer. Assim, ainda de acordo com Pêcheux (*ibidem*, p. 148), “se se admite que as *mesmas* palavras (...) mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a uma outra, é necessário também admitir que palavras (...) *literalmente diferentes* podem, no interior de uma formação discursiva dada, ‘ter o mesmo sentido’”.

Tendo em vista as relações de um mesmo dizer com diferentes formações discursivas, e de diferentes dizeres com uma mesma formação discursiva, Pêcheux prossegue dizendo que “toda formação discursiva dissimila, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas” (*ibidem*, p. 148-149), o qual ele denomina *interdiscurso*.

O interdiscurso, como explica Orlandi (1999a, p. 31), é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do (...) já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”. Em outras palavras, o interdiscurso é o que a autora chama de *memória discursiva*. Trata-se de uma memória que se estrutura pelo *esquecimento*, pelo apagamento da temporalidade que separa o que é dito agora e o que já foi dito antes, mas que é ainda assim constitutivo dos sentidos desse dizer atual, sem que o sujeito se aperceba. Portanto, a memória discursiva (o interdiscurso) se refere ao caráter atemporal do sentido que se materializa na temporalidade do dizer sob a forma de efeitos produzidos por formulações anteriores, já esquecidas, dispersas na história, e que retornam discursivamente no dizer do sujeito que assim se apropria de uma “voz sem nome” (COURTINE, 1985, p. 19).

A partir dessa compreensão, faz parte do corpo teórico da análise de discurso a noção de memória discursiva (interdiscurso) como sendo a base significativa de todo dizer possível. Como escreve Orlandi (1999a, p. 33), “para que minhas palavras façam sentido é preciso que elas já façam sentido”. E isso é efeito do interdiscurso, produzido mediante determinadas relações entre diferentes formações discursivas. Assim, ainda de acordo com Orlandi:

Os sentidos não estão assim predeterminados por propriedades da língua. Dependem de relações constituídas nas/pelas formações discursivas. No entanto, é preciso não pensar as formações discursivas como blocos homogêneos funcionando automaticamente. Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações (op. cit., p. 44).

Portanto, a heterogeneidade e a contradição, como marcas constitutivas da relação que as diferentes formações discursivas mantêm umas com as outras (e também consigo mesmas), atestam a concepção do discurso como um lugar de ligação material entre língua e ideologia. Assim, a análise de discurso é uma prática teórico-metodológica cuja proposta é compreender, como diz Orlandi (*idem*), *o confronto entre o simbólico e o político*, ou, como coloca Courtine (1981), a *textualização do político*. Enfim, trata-se de um modo específico de compreender o político, como aquilo que *simboliza as relações de poder* na divisão dos sujeitos e sentidos.

Embora este campo do conhecimento mobilize a relação entre a linguística, a filosofia e as ciências humanas e sociais em geral, não se trata, segundo Orlandi (1996), de uma relação interdisciplinar na medida em que sua prática não se realiza *entre* essas disciplinas, mas no espaço das contradições que elas mantêm entre si. A análise de discurso é, portanto, para esta autora (*idem*), uma *disciplina de entremeio*, e o estabelecimento de seus limites “resulta sobretudo do trabalho produzido sobre a noção de ideologia” (*ibidem*, p. 23).

Como mostra Orlandi (1996, 2001), o funcionamento da ideologia se materializa no *gesto de interpretação* do sujeito. Partindo da compreensão de que não há um sentido próprio às palavras, e que a noção de “sentido literal” constitui em si um efeito ideológico, a autora afirma que sempre há interpretação e, mais do que isso, há *injunção* à interpretação, pois “frente a não importa que objeto simbólico, o sujeito não pode não significar/fazer significar” (2001, p. 22). E nesse movimento ele é afetado pela ilusão de conteúdo, do sentido “evidente” e, como sabemos a partir de Pêcheux (que por sua vez retoma Althusser), é a ideologia que “fornece as evidências” do dizer. Assim, como observa Orlandi (*idem*), a análise de discurso constrói um dispositivo que “teoriza sobre o fato da interpretação”, constituindo-se assim como uma espécie de “anti-hermenêutica”.

Essa abordagem que não almeja uma interpretação “correta”, mas, pelo contrário, investiga a constituição de diferentes *gestos de interpretação* possíveis, implica a construção de um dispositivo teórico-metodológico. Mas, antes, parte da compreensão do que Orlandi (1996, 2001) classifica como os diferentes *dispositivos da interpretação*.

Em primeiro lugar, há o *dispositivo ideológico*, no qual a interpretação é em si negada, na medida em que o sujeito “não reconhece o movimento da interpretação, ao contrário, ele se reconhece nele (ele se identifica ao sentido, sempre já lá)” (ORLANDI, 2001, p. 26). Ou seja, tem-se aí um efeito de evidência que produz no sujeito a ilusão de simplesmente “reconhecer” um “conteúdo” quando na verdade não há um conteúdo transparente, mas apenas a linguagem em sua materialidade. Em segundo lugar, há o *dispositivo teórico* da análise de discurso, aquele que constitui uma teoria do discurso cujo objetivo é produzir “um deslocamento que permita que o analista trabalhe as fronteiras das formações discursivas”, de modo a entrar em “uma relação crítica com o complexo das formações” (ORLANDI, 1996, p. 84-85). Por fim, em terceiro lugar, há o *dispositivo analítico* da análise de discurso, que é em si um dispositivo metodológico a partir do qual o analista já desloca, pela teoria, seu gesto de interpretação em relação ao *corpus* de análise. Consequentemente, é pela articulação entre o dispositivo teórico (a *teoria* do discurso) e o dispositivo analítico (a *análise* do discurso) que o sujeito analista pode construir uma posição crítica aos dispositivos ideológicos da interpretação.

Antes de pontuarmos algumas especificidades de nosso próprio gesto de interpretação na delimitação desta pesquisa (portanto, na construção de nosso dispositivo analítico), gostaríamos de salientar algumas das palavras de Pêcheux em seu último trabalho:

(...) o problema principal é determinar nas práticas de análise de discurso o lugar e o momento da interpretação, em relação aos da descrição: dizer que não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entremisturar no indiscernível (1983, p. 54).

Portanto, segundo Pêcheux, a prática da análise de discurso consiste em trabalhar uma *alternância* ou um *batimento* entre descrição e interpretação, sendo que a teoria do discurso (ou seja, o dispositivo teórico) é o que permite uma mediação, de modo que esse movimento não se dilua no “indiscernível”. Como reitera Orlandi (1999a, p. 67), “a análise de discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao *corpus* e análise”. Foi o que, de fato, pudemos experienciar ao longo de todo este trabalho desde o início da pesquisa (em março de 2013), quando optamos por estudar o funcionamento do discurso em manifestações de protesto.

Diz a página em português do site Wikipédia¹ que “o protesto ou manifestação expressa uma reação solitária ou em grupo, de caráter público, contra ou a favor de determinado evento”. Esta formulação nos parece interessante na medida em que apresenta o protesto simultaneamente como um *gesto simbólico* (“expressa uma reação”) e um *ato social* (“de caráter público”) que *se inscreve na história* (“contra ou a favor de um determinado evento”). Tenha ele a forma de uma reivindicação ou de uma queixa, o protesto mobiliza a relação entre ideologia e linguagem. É por isso que, em nossa filiação teórico-metodológica à análise de discurso, pensamos o fenômeno dos movimentos de protesto como algo que está intimamente ligado ao funcionamento do discurso.

Escolhido o tema da pesquisa, demoramos algum tempo até delimitarmos qual seria o nosso objeto de estudo. Já nos deparávamos com um vasto material quando um acontecimento bastante atual veio ao encontro de nossa investida: a onda de protestos que varreu o país em junho de 2013. Durante um período considerável, observamos o desenrolar daqueles eventos tomados pela dificuldade de não ter um distanciamento histórico que permitisse um olhar mais crítico sobre as implicações daquele grande fenômeno social e urbano. Simultaneamente, nos víamos diante de uma profusão de análises que eram feitas sobre os acontecimentos no calor do momento. Por isso, embora já soubéssemos que os protestos de junho de 2013 seriam o ponto central de nossa pesquisa, ainda não tínhamos uma ideia formada de como trabalhar com esse objeto em uma análise discursiva.

Foi aí que, em dado momento, nos detivemos na questão da *violência* desencadeada a partir daquelas manifestações de protesto. A palavra “violência” pode significar de diferentes maneiras nas atuais condições de produção desses discursos. Enquanto ativistas sociais acusam a violência perpetrada pelo Estado, as autoridades repreendem a violência dos manifestantes e todos defendem o *combate à violência* em geral, a despeito da estranha ambiguidade que a expressão sugere. Não se poderia considerar a própria postura de combate como violenta? O que pode ser interpretado como um gesto de violência? Seria a violência aquilo que se combate ou o combate em si? Tais interrogações apontam para a existência contraditória de diferentes formas de violência. Como compreendê-las?

Essas foram algumas das primeiras questões que levantamos após tomarmos a questão da violência como um recorte em nosso estudo sobre os protestos de junho de 2013, e que procuramos endereçar ao longo de nosso percurso teórico-metodológico, sem, no entanto, alimentar a pretensão de uma abordagem que esgote completamente o tema.

¹ Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Protesto> >.

Ao longo de nosso estudo, procuramos compreender o modo como diferentes formas de violência produzem efeitos de sentidos no espaço das manifestações de protesto. Trata-se de um espaço urbano onde são levantadas questões sobre a própria organização desse espaço, onde diferentes gestos podem significar como violência, mas alguns são tomados como parte de uma suposta normalidade enquanto outros são considerados como “atos criminosos”.

Em que medida os protestos do Movimento Passe Livre podem ser tomados como manifestações violentas? De que maneira os sentidos das grandes mobilizações sociais no espaço urbano em junho de 2013 foram afetados pelos efeitos da violência repressiva das polícias e tropas de choque? Quais as consequências que a abordagem da grande mídia produziu no discurso sobre esses movimentos sociais, e no próprio discurso dos protestos? Todas essas foram questões que nortearam nossa reflexão.

Assim, dedicamos o primeiro capítulo a uma discussão sobre o tema da violência, buscando sempre balizar nossas considerações a partir do dispositivo teórico da análise de discurso. Em seguida, no segundo capítulo, nos detivemos em considerações teóricas acerca das noções de assujeitamento, resistência e revolta, tendo em vista a constituição do sujeito a partir da relação entre língua, discurso e ideologia. Já no terceiro capítulo, exploramos as condições de produção dos protestos de junho de 2013 no sentido amplo (histórico-social), considerando o movimento de sentidos atribuídos aos movimentos sociais de protesto de 1968 na França e no Brasil.

Dáí em diante, damos início à exposição dos gestos de interpretação que pudemos realizar a partir do dispositivo analítico. No capítulo 4, nos concentramos no discurso das manifestações de protesto organizadas no âmbito do Movimento Passe Livre, direcionado à questão do direito à mobilidade no espaço urbano. No capítulo 5, procuramos dar visibilidade aos deslocamentos produzidos pela repressão policial às manifestações, que passaram a enfatizar o próprio direito ao protesto, subentendido no direito de liberdade de expressão. Enfim, no sexto e último capítulo, buscamos compreender o espetáculo midiático produzido após a disseminação dos protestos, que fomentou a circulação de diferentes versões sobre o acontecimento das manifestações.

Dito isso, reiteramos que nosso esforço não visa à formulação de uma compreensão definitiva sobre os protestos ou sobre a violência que neles encontrou lugar. Nosso objetivo é apenas oferecer uma contribuição que faça jus à análise de discurso enquanto lugar teórico-metodológico que possibilita um modo próprio de compreender as implicações políticas dos mais variados fenômenos de linguagem.

CAPÍTULO I

O IMAGINÁRIO DA VIOLÊNCIA

A violência constitui um tema de importância central no interior das ciências humanas, sendo objeto de estudos filosóficos, sociológicos, psicológicos, antropológicos, jurídicos, etc. Na perspectiva discursiva (à qual nos filiamos), é relevante notar que esses diferentes pontos de vista teóricos implicam a construção de objetos distintos em torno do mesmo tema, e que essa variedade de concepções não é indiferente ao funcionamento da ideologia. Nesse sentido, consideramos importante manter uma distância crítica das abordagens² que reduzem a violência à agressividade e a colocam como um mal que deve ser erradicado da vida social, inscrevendo-se em um discurso generalizante que remete ao politicamente correto. Na medida em que nos ocupamos da discursividade dos movimentos sociais e de protesto, impõe-se o fato de que nesses discursos o próprio sentido de violência é colocado em questão. Ou seja, ainda que tanto o ativista social quanto o policial militar possam ser considerados violentos, faz diferença o fato de que a violência de um é juridicamente criminalizada, enquanto a do outro é juridicamente legitimada. Portanto, um de nossos objetivos primeiros é compreender o *imaginário da violência*, tendo em vista seu funcionamento ideológico, político e social.

Neste aspecto, as reflexões de Žižek (2008) parecem relevantes aos nossos propósitos na medida em que o autor procura discutir a violência como um fenômeno paradoxal, evitando uma abordagem totalizante sobre o tema. Assim, ele mobiliza conceitos que nos ajudam a formular uma compreensão discursiva da violência nos movimentos de protesto, tendo em vista os aspectos ideológicos e linguísticos que estão na base de seu funcionamento ambíguo e contraditório.

O primeiro gesto teórico de Žižek face ao tema da violência é delinear seus sentidos mais evidentes, relativos a “atos de crime e terror, confrontos civis, conflitos internacionais” (op. cit., p. 17) para observar que se trata de uma violência *subjetiva*, isto é, “exercida por um agente claramente identificável” (*idem*). Ou seja, trata-se de um tipo de violência que pode ser atribuída a um agente (sujeito ou instituição) passível de ser por ela responsabilizado. Segundo Žižek, as manifestações de violência subjetiva são apenas “a parte mais visível” (*ibidem*) de um fenômeno maior, que merece ser compreendido em sua complexidade. Assim, o autor contempla as formas de violência *objetiva* que subjazem a essas expressões subjetivas e escapam à visibilidade.

² Referimo-nos aqui às abordagens características do *humanismo teórico* a que se opõe a corrente materialista. Cf. Althusser (1975, p. 158-167).

A questão é que as violências subjetiva e objetiva não podem ser percebidas do mesmo ponto de vista: a violência subjetiva é experimentada enquanto tal contra o pano de fundo de um grau zero de não violência. É percebida como uma perturbação do estado de coisas “normal” e pacífico. Contudo, a violência objetiva é precisamente aquela inerente a esse estado “normal” de coisas. A violência objetiva é uma violência invisível, uma vez que é precisamente ela que sustenta a normalidade do nível zero contra a qual percebemos algo como subjetivamente violento (ŽIŽEK, 2008, p. 17-18).

Podemos ver aí o funcionamento do discurso, na relação entre ideologia e linguagem: o *apagamento* da violência objetiva produz a *evidência* de que as relações sociais são essencialmente não violentas, dando *visibilidade* às manifestações de violência subjetiva. Segundo Žižek, o problema das posições pacifistas que se opõem a toda e qualquer forma de violência é que elas só levam em conta as manifestações visíveis. E, na medida em que procuram negar a violência como um todo, acabam por silenciar os sentidos da violência objetiva sobre a qual se assenta a dita “normalidade”.

Partindo dessas considerações, Žižek descreve duas formas de violência objetiva. Primeiramente, há uma violência *simbólica* que é inerente ao funcionamento da linguagem e “à imposição de um certo universo de sentido” (op. cit., p. 17). Além disso, há uma violência *sistêmica* que diz respeito ao funcionamento dos sistemas político e econômico nas diferentes formações sociais, e que se acentua com a “dança metafísica autopropulsiva do capital” (*ibidem*, p. 25). A articulação entre esses dois modos de violência objetiva se revela em um exemplo apresentado pelo autor: “quando os trabalhadores protestam contra sua exploração, não estão protestando contra uma simples realidade, mas contra uma experiência de sua situação real que ganha sentido através da linguagem” (ŽIŽEK, 2008, p. 63).

É interessante notar que, no gesto de tentar compreender o funcionamento invisível da violência, Žižek remonta, de um lado, à divisão na produção do sentido (violência simbólica) e, de outro, à divisão na produção da vida material (violência sistêmica), aproximando-se mais uma vez do cerne da análise de discurso: o confronto do simbólico com o político, que mobiliza a relação entre linguagem e ideologia.

Porém, precisamos ainda nos lembrar de que Žižek não é analista de discurso, ou seja, ele desenvolve sua reflexão a partir de outro lugar teórico, que o conduz a pensar a relação entre ideologia e linguagem através de uma dupla ancoragem na filosofia marxista e na psicanálise lacaniana. Assim, sua visão sobre a violência se fundamenta entre uma teoria da ideologia e uma teoria da linguagem, o que o leva a dividir sua concepção da violência objetiva nas duas noções complementares de *violência sistêmica* e *violência simbólica* como fenômenos distintos.

Se considerarmos que Pêcheux se coloca precisamente entre essas teorias da ideologia e da linguagem para conceber uma *teoria do discurso*, é possível observar as violências sistêmica e simbólica como parte de um mesmo fenômeno (discursivo) de violência objetiva. Para tanto, temos de levar em conta o modo como Pêcheux concebe a análise de discurso na conjuntura de declínio do estruturalismo francês, na década de 1960³. Segundo Henry (1990), pensadores como Lacan, Foucault e Derrida (além de Pêcheux) compartilhavam a perspectiva segundo a qual

a linguagem (ou jogo, ou a ordem do signo, ou o discurso) não é entendida como uma origem, ou como algo que encobre uma verdade existente independentemente dela própria, mas sim como exterior a qualquer falante, o que define precisamente a posição do sujeito, de todo sujeito possível. Mas isto define o sujeito como posição, e não como uma coisa em si mesma, como uma substância (HENRY, 1990, p. 30).

Essa observação indica que, na perspectiva dos autores citados (e também para Žižek), não é a linguagem que tem origem no sujeito, mas o sujeito que se envereda na linguagem. Segundo esse modo de compreender o funcionamento do simbólico, todo indivíduo só pode ser definido enquanto posição subjetiva.

No entanto, como lembra Henry (*ibidem*), Pêcheux “seguiu de perto” Althusser e seus estudos sobre a ideologia, que também haviam conduzido ao entendimento de que o sujeito se constitui como posição, mas apontaram para um detalhe fundamental. Para Althusser (1972), o funcionamento ideológico das relações sociais implica que um indivíduo só pode existir enquanto agente social na medida em que assume a “forma de sujeito” (posição entre outras). O detalhe é que, segundo o autor (op. cit., p. 67), “os agentes-sujeitos só são ativos *na* história sob a determinação das relações de produção e reprodução, e em suas formas”, que não são sempre as mesmas ao longo de toda a história. Por esta razão, o conceito de *forma sujeito*⁴ indica que a constituição do sujeito tem uma forma histórica, ideologicamente constituída.

Em suma, os conceitos de *posição sujeito* e *forma sujeito* imbricam, respectivamente, a violência simbólica e a violência sistêmica como contrapartes de um só e mesmo fenômeno: a constituição do sujeito como *posição* no interior de uma *forma* histórica que o ultrapassa. Assim, podemos fazer ainda duas observações sobre o funcionamento discursivo da violência, tanto a objetiva quanto a subjetiva.

³ De acordo com Henry (1990), antigo colaborador de Pêcheux, os estruturalistas se contentavam com a ideia de que a particularidade das ciências humanas residia na especificidade de seu objeto – *o homem* – e que, assim, essa simples referência “bastaria para colocar e especificar *a priori* um objeto de ciência, qualquer coisa cientificamente específica e bem definida” (op. cit., p. 28).

⁴ Esse conceito é formulado por Althusser (1970, 1972) na perspectiva da filosofia materialista, e explorado por Pêcheux (1975), Haroche (1984) e Orlandi (1985, 2001, 2012a) no âmbito da análise de discurso.

Em primeiro lugar, a concepção althusseriana de *ideologia*, mobilizada por Pêcheux, tem implicações relevantes para a compreensão do caráter objetivo da violência sistêmica. Nas palavras de Althusser (1970, p. 85), “a ideologia representa as relações imaginárias dos indivíduos com suas condições reais de existência”. Segundo o autor, a relação imaginária que um indivíduo mantém com as condições de suas práticas *se inscreve* nessas mesmas práticas, fato que atesta a existência material da ideologia. Pêcheux (1975, p. 139), por sua vez, observa que a ideologia tem o caráter de “dissimular sua própria existência no interior mesmo de seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências subjetivas*”. Na medida em que o imaginário produzido pela ideologia se impõe nas relações sociais sem que possa ser barrado ou mesmo percebido pelo sujeito, podemos considerar que seu funcionamento é constitutivo da violência invisível (sistêmica, objetiva) inerente a toda formação social.

Em segundo lugar, a tese de Pêcheux sobre os “esquecimentos⁵” do sujeito ajuda a elucidar o mecanismo simbólico que torna visível a violência subjetiva. O *esquecimento nº 1* recobre o funcionamento da ideologia na construção do imaginário que sustenta a “realidade” percebida pelo sujeito, produzindo nele a ilusão de ser a “origem” do sentido. Por sua vez, o *esquecimento nº 2* recobre a materialidade da linguagem na produção de sua “transparência”, produzindo no sujeito a ilusão de poder “controlar” os sentidos. Assim, podemos considerar que a ilusão proveniente do esquecimento nº 1 (ilusão de origem) *dissimula* os efeitos da violência sistêmica na ficção de um “estado normal” das coisas considerado não violento, enquanto a ilusão resultante do esquecimento nº 2 (ilusão referencial) *evidencia* os efeitos da violência subjetiva no interior dessa aparente “normalidade”.

Essas considerações nos permitem sugerir que é na constituição da *posição sujeito*, dentro de uma determinada *forma* histórica, que linguagem e ideologia se articulam em um movimento discursivo a partir do qual se produz o apagamento da violência objetiva e a visibilidade das manifestações subjetivas. Assim, quando Žižek (op. cit., p. 18) defende a necessidade de se confrontar o funcionamento da violência objetiva para que se possa elucidar “o que parecerá de outra forma ‘explosões irracionais’ de violência subjetiva”, isso nos indica que, para compreendermos a discursividade da violência nos discursos de protesto, devemos não apenas questionar as *posições sujeito* ali em jogo, mas interrogar as próprias condições históricas que constituem a *forma* desse jogo de posições enquanto tal.

⁵ Esta tese é formulada por Pêcheux & Fuchs (1975). No texto, um esclarecimento importante aparece em nota de rodapé: “O termo “esquecimento” não remete, aqui, a um distúrbio individual de memória. Designa, paradoxalmente, *o que nunca foi sabido* e que, no entanto, *toca o mais próximo* o “sujeito falante”, na estranha familiaridade que mantém com as causas que o determinam... em toda ignorância de causa” (op. cit., p. 166).

Como escreve Žižek (2008, p. 25), “é necessário historicizar minuciosamente a noção de violência objetiva, que assumiu uma nova forma com o capitalismo”. Isto é, partindo do entendimento de que a violência objetiva só pode ser assim definida pelo fato de que a constituição do sujeito como posição o torna alheio ao seu funcionamento, notamos que Žižek aponta para a complexidade da *forma sujeito capitalista*⁶, onde a violência sistêmica está ligada ao processo de livre produção/reprodução/circulação do capital, regulado juridicamente pelo Estado e suas instituições.

A própria instituição de relações jurídicas centralizadas pelo Estado se dá a partir de um modo específico de violência objetiva, sistêmica. Em sua “crítica da violência”, Benjamin (1921) propõe os termos *violência mítica* e *violência divina* para designar os modos de violência que se exercem na/pela imposição da lei e apesar dela, respectivamente⁷. Assim, o autor concebe a violência mítica como “instauradora do direito em geral” (op. cit., p. 148), para então definir a violência divina como aquela “aniquiladora do direito” (*ibidem*, p. 150). Enquanto a primeira diz respeito ao poder do Estado como forma de violência, a segunda se refere à violência como forma de poder revolucionário (contra o Estado). Ou, como escreve Benjamin (*idem*), “se a primeira é ameaçadora, a segunda golpeia”.

Essa distinção proposta por Benjamin também é retomada por Žižek (2008, p. 141), para quem a violência divina “representa as intrusões brutais de uma justiça para além da lei”. É importante destacar a historicidade por trás dos gestos de interpretação de ambos os autores. Benjamin escreve sobre a violência no início do século XX, influenciado por acontecimentos como a I Guerra Mundial e as Revoluções de 1917. Žižek, por sua vez, discorre sobre o tema no início do século XXI, período marcado por eventos como os atentados de 11 de setembro, a “guerra ao terror” e a crescente irrupção de distúrbios sociais em diversas partes do mundo. Trata-se, portanto, de diferentes perspectivas históricas sobre o funcionamento do capitalismo. Enquanto Benjamin leva em consideração uma sociedade (que ainda era) claramente dividida em classes, Žižek tem em vista uma sociedade segregada, que pratica a exclusão permanente:

Quando os que se encontram fora do campo social estruturado ferem “às cegas”, reclamando e impondo justiça/vingança imediata, eis a violência divina. Lembremos do pânico que se apoderou do Rio de Janeiro quando massas de favelados desceram do morro para as regiões ricas da cidade e começaram a saquear e a incendiar supermercados. Isto era de fato a violência divina (ŽIŽEK, 2008, p. 157).

⁶ Falaremos mais detidamente sobre a “forma sujeito capitalista” na segunda parte deste capítulo.

⁷ O próprio autor destaca que emprega o conceito de *Kritik* no sentido de “separar”, “distinguir” e “delimitar” os diferentes domínios nos quais a violência se exerce. Assim, é da delimitação do conceito de *violência mítica* que parte a concepção da *violência divina*.

A violência divina, na concepção de Žižek (*idem*), funciona como “um meio sem fim”, o que especifica o seu sentido enquanto oposição à violência mítica perpetrada pelo Estado: não se trata da violência direcionada ao Estado, mas daquela que deriva de seu próprio funcionamento interno, aparecendo como efeito “imprevisto” que perturba a “normalidade”. Ou seja, a violência divina não é considerada uma forma de poder revolucionário⁸ somente porque se exerce contra o Estado, mas principalmente porque resulta de suas *falhas*.

Assim, embora haja certa ideia de “justiça brutal” no fim almejado por protestos que reclamam um sentido de justiça não garantido pela lei, isso não implica que *toda* a violência decorrente dessas manifestações possa ser definida como divina. Para Žižek (op. cit., p. 158), a violência divina não pode ser determinada por critérios objetivos, pois “o mesmo ato que, para um observador de fora, não passa de uma explosão de violência, pode ser divino para os que nele participam”. Portanto, a violência divina consiste em uma forma de violência visível que se manifesta como reação contra uma forma de violência invisível, mas só pode ser interpretada como um ato de *justiça* a partir de uma posição subjetiva. E que em outras perspectivas pode significar apenas como algo *brutal*, que abala um estado de coisas aparentemente “normal” e justifica a repressão por parte do Estado.

A reflexão de Žižek apresenta dois conceitos que se referem à violência do Estado: *violência sistêmica* e *violência mítica*. O primeiro é proposto pelo autor para mostrar que as manifestações subjetivas de violência se tornam visíveis mediante o funcionamento de uma violência mais ampla e sutil, que apaga seus próprios traços a partir de mecanismos simbólicos. Já o conceito de violência mítica, retomado de Benjamin, é apenas citado como a contrapartida da violência divina, que desperta maior interesse de Žižek devido a sua “dimensão emancipatória” (op. cit., p. 161).

De nossa parte, pensamos que os conceitos de *organização* e *ordem* contribuem para a compreensão das violências mítica e divina. Essa distinção é proposta por Orlandi (1996) para demarcar um deslocamento da análise de discurso em relação à linguística: a *língua* deixa de ser pensada como “estrutura” a partir de seu funcionamento interno logicamente estabilizado, para ser concebida como “materialidade” que tem relação com o que lhe é exterior (o sujeito, a história) e engloba a falha e o equívoco como constitutivos dessa sistematicidade. Enquanto a noção de “estrutura” se restringe à organização da língua, a de “materialidade” remete o seu funcionamento à ordem do discurso, que se insinua na língua, desorganizando-a. Deste modo, para se apreender e compreender a *ordem*, é preciso interrogar e atravessar a *organização*.

⁸ A conotação político-ideológica do termo “revolução” será abordada na próxima parte deste capítulo.

Partindo deste princípio, é também Orlandi (2004, p. 35) quem desloca essa distinção ao tomar a *cidade* como objeto de estudo. Em seu gesto teórico, a autora relaciona a palavra “organização” (que, como observamos, remete à noção de estrutura) à constituição de um *imaginário urbano*, reservando o termo “ordem” (associado à noção de materialidade) para se referir ao *real da cidade* que irrompe das brechas desse imaginário.

Podemos notar uma relação parecida na distinção entre as violências mítica e divina, proposta por Benjamin e retomada por Žižek: enquanto a primeira está ligada à *organização* de um sistema político juridicamente estabilizado, a segunda se refere à *ordem* dessa mesma sistematicidade político-jurídica exposta à falha e ao equívoco. Assim, se é a violência mítica que sustenta o imaginário de unidade do Estado organizado, a violência divina representa a irrupção de um real social contraditório que quebra essa unidade e abala essa organização.

Dito isso, podemos nos dedicar a compreender *como* o imaginário da violência funciona especificamente no espaço urbano. Segundo Orlandi (op. cit., p. 34), o discurso da organização (imaginário político-administrativo) *se sobrepõe* ao discurso da ordem da cidade (seu real histórico-social). Logo, o social (se) significa pelo viés da urbanidade planejada, resultando no que a autora (*ibidem*, p. 35) chama de “verticalização das relações horizontais”: a mobilidade dos sujeitos pela cidade não é livre (horizontal), mas hierarquizada (vertical). Um caso exemplar é o dos condomínios fechados⁹: para os sujeitos que não são residentes, aquele espaço pode ser materialmente acessível, mas é socialmente restrito. Criam-se espaços de isolamento que restringem as possibilidades de sentido da sociabilidade. É por isso que, para Orlandi (*idem*), “o apagamento do social desfaz o político livrando a cidade à violência”: a violência da/na cidade é subproduto da própria lógica urbanista que apaga o político das/nas relações sociais na medida em que constrói fronteiras entre os espaços públicos e privados (sejam elas visíveis ou não). Nesse sentido, a violência urbana decorre dos obstáculos que a urbanização impõe à formação de laços sociais:

Que se queira segurança e conforto não é fora de propósito. A questão é como e onde se procura. Evitam-se milimetricamente todos os gestos que põem em funcionamento o social. E é este o equívoco que significa a violência: a vida social não é a causa da violência, a violência na realidade individualiza. (...) A violência não é uma “essência” das cidades. Ela é produzida por certas condições e uma delas é o isolamento de pessoas que, na perspectiva em que nos posicionamos, está na razão inversa da experiência do espaço social para uma convivência melhor. O fechamento é um princípio imediatista, individualista, anti-social. (...) A responsabilidade da violência não é só do bandido, é falta de investimento no social. (ORLANDI, 2004, p. 77-78).

⁹ Este exemplo é discutido por Orlandi em diferentes trabalhos (2004, p. 71-96 e 2012a, p. 199-212).

A partir desse seu modo de pensar a materialidade da cidade, Orlandi (op. cit., p. 83) critica dois pontos de vista que considera *reducionistas* no que diz respeito à violência urbana. Primeiramente, há uma postura que considera a violência como algo “natural”, que “faz parte” das sociedades urbanas. O problema desta visão é que ela silencia o sentido de sociabilidade como forma de convívio não violento que também é próprio à cidade, levando assim ao fechamento e à imposição de fronteiras que aumentam a sensação de segurança individual, mas ampliam as condições da violência enquanto fenômeno social. Já a segunda visão reducionista é aquela que circunscreve todo o fenômeno da violência aos temas da “marginalidade”, do “crime” e da “hostilidade óbvia” (*idem*). Ela é problemática na medida em que silencia os sentidos de violência produzidos em gestos aparentemente inofensivos, “dispersos no dia-a-dia”, e que não costumam ser levados em conta pelo sujeito urbano.

Neste ponto observamos que o modo como Orlandi pensa a violência não é indiferente ao ponto de vista assumido por Žižek. Em suas (não tão) diferentes perspectivas teóricas, ambos defendem a necessidade de distinguir a violência em suas formas visíveis e invisíveis. Essa distinção, que pode ser formulada em diversos termos conceituais, se mostra essencial para compreendermos os discursos de protesto como espaços de confronto entre diferentes (efeitos de) sentidos de violência.

Nesse pequeno apanhado de visões, podemos destacar duas regularidades. A primeira é que a violência é um fenômeno que passa necessariamente pelo sujeito. Se considerarmos a distinção proposta por Žižek, podemos dizer que a *violência objetiva* passa pelo sujeito sem ser percebida (invisível), enquanto a *violência subjetiva* é aquela que chama a sua atenção (visível). Também a *violência divina*, proposta por Benjamin e retomada por Žižek, só pode ser definida enquanto tal a partir de uma posição de sujeito. Por outro lado, a violência é um fenômeno inerente ao funcionamento jurídico do Estado nas formações sociais capitalistas. Tanto a *violência sistêmica* quanto a *violência mítica* se referem a esse seu funcionamento, assim como a violência resultante do apagamento do político nas relações sociais, descrita por Orlandi como parte do processo de organização político-administrativa do espaço urbano.

Na próxima parte deste capítulo discutiremos sobre o funcionamento da ideologia na constituição do “sujeito de direito”, tendo em vista o papel que o Estado e as instituições desempenham nesse processo. Em seguida, buscaremos relacionar o conceito de *resistência* ao fenômeno da *revolta*, a fim de problematizar as próprias condições de produção dos discursos de protesto no interior das formações sociais juridicamente estruturadas, isto é, baseadas em relações de direitos e deveres.

CAPÍTULO II

ASSUJEITAMENTO, RESISTÊNCIA E REVOLTA

Em sua releitura da teoria marxista, L. Althusser (1970) observa que o conjunto de instituições designadas por Marx como “aparelho de Estado” (o governo, a polícia, os tribunais, as prisões) podem ser classificadas como partes de um *aparelho repressivo*, que se distingue de outro conjunto de instituições (tais como as escolas e as igrejas) denominadas pelo autor *aparelhos ideológicos de Estado*. De acordo com Althusser, embora esses dois aparelhos funcionem no sentido de assegurar a reprodução contínua das relações de produção, a diferença fundamental é que há *um* aparelho repressivo que “funciona através da violência”, e uma pluralidade de aparelhos ideológicos que, cada um a seu modo, “funcionam através da ideologia” (op. cit., p. 69).

Então, ao comentar o uso do termo *ideologia* na obra de Marx, Althusser (op. cit.) aponta um paradoxo: embora “O capital” apresente “inúmeras indicações para uma teoria das ideologias (...) ele não contém essa teoria em si, que depende em grande parte de uma teoria da ideologia em geral” (op. cit., p. 82). Já de início, chama a atenção o fato de que o autor distingue os sentidos da palavra ideologia no plural e no singular:

Nesse sentido, fica claro que não se trata de uma teoria *das* ideologias *em geral*, uma vez que as ideologias (...) têm uma história cuja determinação em última instância se encontra evidentemente fora delas, em tudo que lhes concerne.

Por outro lado, se eu posso apresentar o projeto de uma teoria *da* ideologia *em geral*, e se esta teoria é um dos elementos dos quais dependem *as* teorias *das* ideologias, isto implica numa proposição aparentemente paradoxal que enunciarei nos seguintes termos: *a ideologia não tem história*. (ALTHUSSER, 1970, p. 82-83).

Deste modo, antes mesmo de apresentar sua própria definição de ideologia, Althusser reflete sobre o equívoco que produz na palavra efeitos de sentidos não apenas diferentes, mas opostos, aparentemente inconciliáveis, enfim, paradoxais. Ao mesmo tempo, *as ideologias têm uma história* e *a ideologia não tem história*. Assim, a distinção entre o plural e o singular faz irromperem sentidos contraditórios por trás da aparente unidade do sentido de “ideologia”: a palavra empregada no singular se refere ao seu funcionamento *universal* e *omni-histórico*, enquanto o plural (as ideologias) diz respeito a seus modos de funcionamento *particular*, historicamente situados. A partir desse gesto teórico, Althusser defende que o estudo das ideologias (em particular) deve passar, necessariamente, por uma reflexão sobre o funcionamento da ideologia (em geral).

Essa compreensão de que “a ideologia” (no singular) é atemporal e “as ideologias” (no plural) são historicamente localizadas está na base do conceito de forma sujeito, que citamos anteriormente. Ela indica que, devido ao funcionamento *geral* da ideologia, todo indivíduo sempre assume a “forma” de sujeito, e que, devido ao funcionamento *particular* das ideologias, essa “forma” muda de acordo com a dinâmica histórica das relações de produção. Por conseguinte, é necessário distinguir os aspectos históricos da ideologia e o que pode ser considerado parte de seu caráter atemporal.

Assim, Althusser explora o funcionamento da ideologia a partir de uma “tese central”: “a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos” (op. cit., p. 93). Esta tese, que fundamenta teoricamente o conceito de *assujeitamento*, indica que a ideologia “atravessa” o sujeito na medida em que este se depara com “evidências” que pode reconhecer por si mesmo. Para o autor (*idem*, p. 94), o próprio fato de que o sujeito se reconhece como *indivíduo*¹⁰ constitui “o efeito ideológico elementar”, a “evidência primeira” a partir da qual se constroem outros efeitos ideológicos de evidência, como o de que “esta palavra designa aquela coisa e esse é seu significado”.

Porém, enquanto a ideia básica de Althusser é que o sujeito “reconhece” as evidências como evidentes por si próprias, “desconhecendo” o fato de que se trata de efeitos ideológicos, o que fica em aberto é esse aspecto subjacente da interpelação, que torna o sujeito “cego” antes que ele possa “ver” as coisas “por si mesmo”. Este é um dos pontos endereçados por Pêcheux e seu grupo¹¹ em diferentes textos publicados na primeira metade da década de 1970. Nesses trabalhos, o autor explora a ideia de que a interpelação ideológica ocorre a partir da *inscrição do sujeito no simbólico*, ou seja, ela passa necessariamente pela relação do sujeito com a linguagem:

eis o ponto preciso onde surge, a nosso ver, a necessidade de uma teoria materialista do discurso; essa evidência da existência espontânea do sujeito (como origem ou causa de si) é imediatamente aproximada por Althusser de uma outra evidência, que é a evidência do sentido. (...) Todo o nosso trabalho encontra aqui sua determinação pela qual a questão da *constituição do sentido* se junta à da *constituição do sujeito*, e não de um modo marginal (...), mas no interior da própria “tese central”, na figura da *interpelação*. (PÊCHEUX, 1975, p. 139).

¹⁰ Isto é, o sujeito se reconhece em um “eu” individual que se define como *centrado* em torno de uma *identidade*, embora seja *descentrado* e *dividido* enquanto sujeito de linguagem, afetado pela ideologia e pelo inconsciente.

¹¹ Cf. Haroche, Pêcheux e Henry (1971), Pêcheux & Fuchs (1975) e Pêcheux (1975). Ao longo desses trabalhos, Pêcheux desenvolve uma crítica ao modo como as questões do sujeito e do sentido se tornaram problemáticas no interior da linguística, o que o levou a desenvolver a proposta de uma *semântica discursiva*. É nessa investida que o autor elabora sua tese sobre a constituição do sujeito a partir dos dois “esquecimentos” já mencionados.

Segundo Pêcheux, a noção de interpelação é “ao mesmo tempo religiosa e policial” (op. cit., p. 140) e torna visível a ligação entre o aparelho repressivo e os aparelhos ideológicos, uma vez que dá visibilidade ao ponto de articulação entre o “sujeito de direito” (isto é, a forma abstrata do “cidadão perante a lei”) e o “sujeito ideológico”, que se reconhece como concreto e evidente. Em outras palavras, Pêcheux observa que a *figura da interpelação* (“Ei, você aí!”) e a sua contrapartida, o *reconhecimento da evidência de si* (“Sou eu!”) remetem à “operação policial de distribuição-verificação das *identidades*” (*ibidem*, p. 142). Por esta razão, quando o autor escreve sobre a “forma sujeito do discurso”, ele especifica que se trata da forma sujeito imposta pelas relações sociais jurídico-ideológicas¹².

A forma sujeito produzida no interior das relações jurídicas é a do “sujeito de direito”, constituído em condições marcadas pelo regimento da lei sob a primazia do Estado, o que confere a esse sujeito o direito de ser livre e o dever de se responsabilizar pelos seus atos. Assim, com a instauração do Estado regulado pelo formalismo jurídico, a interpelação assume uma forma mais sutil porque passa a produzir no sujeito a ilusão de autonomia, ou seja, o sujeito jurídico pode até ser livre, mas esse direito à liberdade é delimitado por uma condição que precede o seu próprio exercício: a *responsabilização*, ou imputação de responsabilidade. É por isso que Pêcheux (*idem*) concebe a identificação como parte da interpelação do sujeito pela ideologia sob a forma jurídica: “a lei sempre encontra *um jeito de agarrar alguém*, uma *singularidade* à qual aplicar sua *universalidade*”. Se os direitos contemplam os sujeitos em coletivo, os deveres são cobrados individualmente.

É sobre este ponto que incide a contribuição de Orlandi (2001) acerca do processo de assujeitamento. Tendo em vista que o conceito de interpelação-identificação diz respeito ao funcionamento da ideologia nas relações jurídicas, a autora propõe o termo *individuação* para designar o papel do Estado e das instituições na produção de discursos que constituem a identidade do sujeito jurídico enquanto indivíduo social. Segundo a autora (op. cit., p. 106), esse mecanismo “individualiza a forma sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação”. Desta forma, assim como o sujeito é concebido como produto da ideologia na relação com o simbólico, o indivíduo também é pensado como “um constructo, referido pelo Estado” (*idem*). A principal (e crucial) diferença é que o sujeito nada pode fazer sobre o fato de que a ideologia o interpela, mas enquanto indivíduo (“sujeito individuado”), ele pode se deslocar em relação ao modo como o Estado o individualiza (*ibidem*, p. 107).

¹² Pêcheux (1975, p. 145 – nota) esclarece que a interpelação é parte do funcionamento atemporal da ideologia, que se particulariza historicamente em diferentes formas. Quanto às relações jurídicas, o autor afirma que “simplesmente elas constituem uma nova forma de assujeitamento, a *forma plenamente visível da autonomia*”.

Ao pensar o mecanismo de individuação como parte do processo de assujeitamento, Orlandi (2012a) passa a trabalhar sobre a questão da *resistência*, explorada de modo incipiente por Pêcheux. Segundo a autora, a constituição do sujeito de direito se dá no movimento que se inicia com a *interpelação* do indivíduo em sujeito pela ideologia, passa pela *individuação* do sujeito pelo Estado e culmina na *identificação* desse sujeito individuado com as formações discursivas. Enquanto a interpelação produz uma forma sujeito histórica, a individuação cria um indivíduo “livre” e “responsável” com seus direitos e deveres, e a identificação constitui esse sujeito individuado como posição a partir da qual o sentido se projeta enquanto efeito. Daí que, para Orlandi, a possibilidade de resistência ao assujeitamento na forma sujeito jurídica (assim compreendida) está ligada à falha do Estado enquanto instância mediadora dos mecanismos de interpelação e identificação.

O Estado, em uma sociedade de mercado, predominantemente, falha em sua função de articulador simbólico e político. E funciona pela falha. Isto é, a *falha do Estado* (...) é, a meu ver, *estruturante do sistema capitalista contemporâneo*. (...) O sujeito, como o que analisei nos meus textos sobre a delinquência (pichador, Falcão, etc.) se individua pela falta, na falha do Estado (ORLANDI, 2012a, p. 229)

E a autora acrescenta, em nota de rodapé:

Portanto, embora sejam intimamente ligadas, a falha e a falta significam de maneiras diferentes, no modo como colocamos: vejo a falha como estruturante do Estado, e vejo a falta do Estado como uma forma de presença em condições de produção em que deveria estar lá mas não está, falta (*ibidem*, p. 230).

Ou seja, uma das funções do Estado é assegurar a todos os indivíduos condições de exercício da cidadania, mas ele falha em seu funcionamento e disso resulta que alguns sujeitos são individua(liza)dos na falta dessas condições, em situações adversas. É o caso do “Falcão”, o menino do tráfico, também observado por Orlandi¹³. São crianças como as que residem nas favelas do Rio de Janeiro, negligenciadas pelo Estado. Elas não acolhidas pelas instituições, acabam silenciadas em seus discursos e vivem à beira da invisibilidade, sem perspectiva de se inserirem no social. Esses meninos se apoiam no próprio fato de que a sociedade os trata como “invisíveis” para exercer atividades ilícitas, encontrando no tráfico uma possibilidade de trabalho que propicia seu sustento, lazer, etc. Em uma das análises, Orlandi (2009, p. 229) se detém no enunciado: “a vida do crime, do lado certo na vida errada”. Eles nasceram para viver “a vida errada”, uma vida condenada à segregação. E aí se colocam no que só pode ser “o lado certo”, isto é, aquele que garante a sobrevivência. Assim, eles *resistem*.

¹³ As reflexões de Orlandi sobre os *falcões* aparecem em diversos trabalhos recentes (2008, 2009, 2010, 2012a).

A resistência, portanto, é um fenômeno ligado aos mecanismos de individuação do sujeito pelo Estado, que produzem um efeito duplo: ao mesmo tempo em que individualizam a forma sujeito histórica (jurídica), eles produzem um indivíduo “livre” e “responsável” em seus processos de identificação. Quando essa articulação falha, o sujeito/indivíduo pode se deslocar do lugar que lhe é atribuído pelo Estado através de suas instituições e discursos, investindo em novos modos de identificação que dão visibilidade a outros sentidos possíveis. “Condição para que os sujeitos e sentidos possam ser outros, 'fazendo sentido do interior do não-sentido’”. É desta forma que Orlandi (2012a, p. 231), retomando as palavras de Pêcheux, define a resistência como um movimento a partir do qual é a própria *falha* do Estado que permite ao sujeito suprimir a sua *falta*.

Porém, é importante distinguir as perspectivas de ambos os autores quanto à noção de resistência. Se Orlandi a concebe como resultante da falha do Estado em sua função de articulador simbólico-político, a abordagem de Pêcheux se dá em condições muito distintas¹⁴. Para compreendê-las, temos de remontar ao cenário intelectual francês no final dos anos 1970. Como lembram Henry (1990) e Malidier (1993), naqueles anos os campos do estruturalismo e do marxismo foram marcados por uma dupla crise que adquiria traços ao mesmo tempo teóricos e políticos. Num momento em que as noções de língua e ideologia eram intensamente problematizadas, a análise de discurso se encontrava no centro de polêmicas que conduziram Pêcheux a um retorno crítico sobre a compreensão do assujeitamento, tal como foi formulada em sua obra “Semântica e Discurso” (1975).

Segundo Malidier (op. cit., p. 63), esse retorno tem início com um trabalho¹⁵ em que Pêcheux, “do interior do próprio marxismo, abre as pistas para a teoria do discurso, através da reflexão sobre a categoria marxista da *contradição*”. Aqui, o autor se inspira em uma leitura althusseriana de Spinoza para se posicionar criticamente em relação a Foucault. No que se refere ao funcionamento da contradição, Pêcheux (1977, p. 7) afirma que “Spinoza avança lá onde Foucault permanece, hoje em dia, um pouco bloqueado”. É neste momento que a noção de formação discursiva, emprestada de Foucault, é reformulada por Pêcheux: ela deixaria de ser vista como bloco homogêneo para ser tratada como uma instância paradoxalmente *dividida em sua própria unidade*. O que, segundo Malidier (op. cit.), teve implicações decisivas para a compreensão das relações ideológicas de dominação.

¹⁴ Devemos nos lembrar de que na época de Pêcheux o conceito de *individuação* ainda não havia sido formulado. É somente a partir do trabalho de Orlandi (2001) que o termo passa a ser considerado como parte do processo de assujeitamento no quadro de referência da análise de discurso.

¹⁵ Cf. “Remontemos de Foucault a Spinoza” (PÊCHEUX, 1977).

Não mais que do que a formação ideológica, a formação discursiva não pode ser pensada como um “bloco homogêneo”. Ela é “dividida”, não idêntica a si mesma. Toda esta reflexão permite ver em uma nova luz o problema das ideologias dominadas. Ao contrário de uma concepção tradicional que coloca face a face ideologia dominante e ideologia dominada, colocando-as em uma relação de exterioridade, Michel Pêcheux acentua a “dominação interna” da ideologia dominante face à ideologia dominada. Uma maneira abstrata de dizer que é preciso ler *no próprio interior* do discurso da ideologia dominada, na *própria maneira como ele organiza* a dominação da ideologia dominante. (MALDIDIER, 1993, p. 65).

Daí em diante, Pêcheux aborda de outra forma as relações ideológicas de dominação, descartando a concepção de uma relação dicotômica “dominante/dominado” (muito frequente em abordagens marxistas, inclusive na de “Semântica e discurso¹⁶”) em prol de uma reflexão que considere o fenômeno da dominação ideológica em seu funcionamento contraditório, sujeito à falha. Essa inflexão, feita “sob o patrocínio de Lacan” (MALDIDIER, 1993, p. 66), conduz o autor a retomar a ideia althusseriana de que a ideologia funciona como um ritual¹⁷ para acrescentar que “apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como *ritual* supõe reconhecer que não há ritual sem falhas” (PÊCHEUX, 1978, p. 277).

Ao buscar fundamento na psicanálise para aprofundar sua compreensão (althusseriana) da ideologia, Pêcheux pensa as *formações do inconsciente* (sonho, lapso, ato falho, chiste) como “formas de aparição fugidias de alguma coisa ‘de outra ordem’, (...) que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio” (*idem*, p. 278). Tomando o cuidado de destacar que “a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia” (*ibidem*), o autor pensa essas manifestações como formas de resistência na medida em que elas produzem rupturas nos rituais ideológicos, dando visibilidade aos espaços onde a dominação se expõe à falha. Daí que, assim como não há ritual sem falhas, não há dominação sem resistência (*ibidem*, p. 281). Além disso, é relevante notar que Pêcheux relaciona sua compreensão teórica da *resistência* ao objetivo político da *revolução*. Movimento esse que, segundo o autor, passa pelo fenômeno da *revolta*:

¹⁶ Essa autocrítica de Pêcheux, que apontava rumos possíveis para análise de discurso, marcava também uma crítica ao marxismo feita gradativamente a partir de seu próprio interior. Se, no trabalho de 1977, Pêcheux recorre a Spinoza e Foucault, dois filósofos não marxistas, no ano seguinte ele escreve uma retificação onde anuncia uma “intervenção filosófica” no campo do marxismo, que ainda ressoa em um artigo escrito em 1980 e publicado dois anos depois (1982a). Em outro texto desse mesmo ano (1982b), Pêcheux afirma que na época a filiação ao marxismo só produzia o efeito de minar “qualquer ligação com um possível pensar crítico-marxista” (op. cit., p. 107). Enfim, em seu último trabalho, o fundador da análise de discurso afirma com todas as letras: “vamos parar de proteger Marx e de nos proteger nele” (1983, p. 42).

¹⁷ “Diremos, portanto, considerando um sujeito (tal indivíduo), que a existência das ideias de sua crença é material, pois suas ideias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por *rituais materiais*, eles mesmos definidos pelo aparelho ideológico material de onde provêm as ideias do dito sujeito” (ALTHUSSER, 1970, p. 91-92 – grifos nossos).

Se, na história da humanidade, a revolta é contemporânea à extorsão do sobretrabalho é porque a luta de classes é o motor dessa história. E se, em outro plano, a revolta é contemporânea à linguagem, é porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico. A especificidade dessas duas “descobertas” impede de fundi-las sob qualquer teoria que seja, mesmo sob uma teoria da revolta. Mas a constatação do preço pago por esse impedimento obriga a admitir que elas têm, politicamente, algo a ver uma com a outra. Há, talvez, no estudo histórico das práticas repressivas ideológicas um fio interessante a seguir, para que se comece, enfim, a compreender o processo de resistência-revolta-revolução da luta ideológica de classes. (PÊCHEUX, 1978, p. 279-280).

É importante destacar os efeitos de sentido que termos como “revolta” e “revolução” produzem no texto de Pêcheux, tendo em vista suas condições de produção no cenário político francês do final dos anos 1970. Como lembra Malidier (1993, p. 66), as diferentes posições intelectuais de esquerda se digladiavam em um momento de verdadeiro “desespero político”. Esse é ainda o pano de fundo de um texto assinado em maio de 1980 e publicado apenas dois anos depois¹⁸, no qual Pêcheux dá continuidade à “intervenção filosófica” iniciada em 1978 e direciona sua reflexão teórica para uma análise das contradições que marcam o espaço dos discursos revolucionários a partir do final do século XVIII. Assim, se a ideia de revolução aparecia antes como um objetivo político a ser alcançado por meio da reflexão sobre a resistência, ela se torna objeto de um estudo crítico na medida em que o autor se detém sobre *aquilo que falha na própria prática revolucionária*. Sua conclusão é que, desde a Revolução Francesa, o poder dispõe de “uma vantagem bastante considerável, ao menos na Europa, sobre as forças suscetíveis de colocá-lo em causa” (PÊCHEUX, 1982a, p. 20). Isso porque, sob o funcionamento jurídico, as barreiras que permeiam as relações sociais se tornam gradativamente menos visíveis.

Portanto, o processo descrito por Pêcheux como um movimento de *resistência-revolta-revolução* é complexo e contraditório. Nesse sentido, é relevante a afirmação de Harvey (2014a, p. 13), em entrevista recente: “uma revolução é um processo, não um evento”. Além disso, como se sabe, o fenômeno da revolta pode conduzir à derrubada do Estado (revolução), mas também à sua adaptação em relação às demandas sociais (reforma), ou pode simplesmente ser sufocado pela violência repressiva institucionalizada. Se a insurgência é um gesto que *resiste* à dominação, por outro lado *a dominação também resiste à insurgência*, e é no âmbito dessa tensão contraditória que os sentidos dos movimentos sociais se historicizam. Daí nos perguntarmos: quais são os efeitos de sentidos de termos como *revolta* e *revolução* nas atuais condições de produção, sobretudo se nos detivermos na sociedade brasileira?

¹⁸ Cf. “Delimitações, inversões, deslocamentos” (1982a).

A esse respeito, o trabalho de De Decca (1991) nos oferece indicações preciosas do ponto de vista da crítica historiográfica ao passar pelas obras de diversos autores (brasileiros e estrangeiros) acerca do imaginário da revolta e da revolução no decorrer do século XX. Segundo o autor (op. cit., p. 67), os “modelos interpretativos” predominantes no debate revolucionário do século XX passaram por uma ruptura na década de 1960, e isso se deu sob uma forte influência das representações provenientes da Revolução Cubana (1953-1959), que “acabou por exigir uma reinterpretação teórica das possibilidades revolucionárias em países então denominados terceiro-mundistas” na medida em que esses países ainda mantinham uma vasta base rural e neles a base da pirâmide social não podia ser resumida à classe operária¹⁹. Assim, as “figuras clássicas” da esquerda tradicional (reunidas sob “a ortodoxia dos PCs”) dão lugar às “figuras românticas da guerrilha de Che Guevara e Fidel Castro” (*idem*).

Esse deslocamento, como observa o autor (op. cit., p. 69), se manifestou intensamente nos diversos países latino-americanos que foram tomados por ditaduras militares, o que produziu no imaginário político da época uma forte polarização entre revolução e militarismo. Nessas condições, “a questão revolucionária se colocou desde as opções da luta armada contra esses regimes, até as expectativas de adesão dos militares às causas da revolução” (*ibidem*). No entanto, ao mesmo tempo em que na América Latina em geral se colocava a questão sobre o papel dos militares enquanto atores políticos, o Brasil vivia uma escalada de autoritarismo e repressão que culminaria na promulgação do AI-5, em 1968. Assim, ainda segundo De Decca, “as polarizações entre militarismo e revolução tornam-se ainda mais explícitas, e as opções à luta armada e uma concepção revolucionária baseada em conceitos militares de guerra e da insurreição tornaram-se lugar comum entre os debates de esquerda” (op. cit., p. 70).

É interessante notar o modo como esse viés da crítica historiográfica conduz De Decca (*idem*) à constatação de que “o discurso do poder se apropriou da linguagem revolucionária, tomando para si o direito de anunciar o lugar da revolução na história”. Na medida em que o golpe militar de 1964 passou a ser referido como “revolução” pelo próprio poder instituído, sufocando no Brasil a ideia de uma revolução no sentido “clássico” dos Partidos Comunistas (e que se fomentava discursivamente por trás das políticas reformistas de João Goulart), após a instauração do AI-5 em 1968 esses sentidos se deslocaram em direção às práticas de guerrilha e luta armada. Cabe aqui lembrar que, para Orlandi (2012b), “o sentido silenciado não desaparece; onde ele não pode significar, migra para outros objetos simbólicos”.

¹⁹ Sobre os segmentos sociais que se insurgiam *das margens* da exploração capitalista, De Decca (1991, p. 67) toma como base a obra de Hobsbawm para afirmar que “estava chegada a hora e a vez dos *rebeldes primitivos*, que saíam das entranhas da história para revolucionar toda a ordem estabelecida” (grifos nossos).

Em suma, há dois pontos levantados por De Decca que consideramos relevantes para os nossos propósitos. O primeiro é a construção de um discurso do Estado sobre a revolução, que, segundo o autor, está na fundação de um imaginário político onde o militarismo aparece como discurso dominante²⁰. O segundo ponto é a conclusão de que a revolução, tal como foi problematizada na década de 1960, *morreu*, embora “daquele imaginário que empolgou setores significativos das sociedades em escala mundial, talvez os ideais da revolta e da rebelião ainda permaneçam vivos” (op. cit., p. 73).

A relação entre os discursos sobre a militarização do Estado e sobre a revolta social, observada por De Decca há mais de vinte anos, continua atual e será pontuada em alguns de seus contornos mais específicos ao longo de nosso percurso analítico sobre junho de 2013. Antes disso, porém, consideramos importante examinar suas condições (amplas) de produção, tendo em vista a historicidade dos sentidos produzidos nos/pelos movimentos sociais a partir da década de 1960. Buscaremos, então, destacar os efeitos de sentido e silêncio produzidos historicamente sobre os acontecimentos de maio de 1968 na França, a fim de dar visibilidade ao modo como, além da repressão física, o poder instituído passa a neutralizar os movimentos sociais pela eliminação do espaço que esses movimentos criam para (res)significar o político. Desta forma, daremos início às nossas análises já tendo em vista que, na atual conjuntura, *os discursos de protesto são espaços onde se engendram novas formas de assujeitamento*. Assim, um de nossos objetivos será apreender em nosso *corpus* esse efeito paradoxal (ideológico) para então tentar compreendê-lo em seu funcionamento.

²⁰ Conforme De Decca (1991, p. 70-71), a fundação desse imaginário militarista remonta à Revolução de 1930, que legou um arquivo composto pela “memória histórica dos vencedores como um fato histórico e não como uma das versões possíveis do processo histórico”. Tem-se aí o que o autor chama de “a invenção do tenentismo” na fundação de um imaginário sobre a relação entre revolução e militarismo, que foi politicamente apropriado pela ditadura militar nos anos 1960. Neste processo, segundo De Decca, “a historiografia dos anos pós-68 absorveu sem uma crítica cuidadosa as representações da memória histórica do poder estatal, que monopolizou o discurso da revolução para assegurar para si os destinos da memória nacional”.

CAPÍTULO III

DE MAIO DE 1968 A JUNHO DE 2013

Os eventos de maio de 1968 são um observatório interessante de como grandes movimentos sociais trabalham os sentidos em sua historicidade. Ao comentar o aniversário de quarenta anos das revoltas que eclodiram na França e produziram reflexos em diversas partes do mundo, Badiou (2008, p. 30) destaca atualmente a profusão de “hipóteses contraditórias” acerca da importância histórica desses acontecimentos. Segundo o autor, a complexidade dos eventos torna “impossível oferecer uma imagem unificada e cômoda”.

Se hoje é assim, na época em que os movimentos eclodiram não foi diferente. Orlandi (1999b, p. 62) afirma que, no modo como o político se simbolizava naquelas condições, havia “todo um dizer possível da sociedade” que se reunia em torno da palavra *liberdade*. Participaram do movimento estudantes, operários, artistas e intelectuais, e não se pode dizer que todos compartilhavam as mesmas posições políticas, sociais ou culturais. Como escreveu M. de Certeau no calor dos acontecimentos, “em maio de 1968 tomou-se a palavra como tomou-se a Bastilha em 1789” (*apud* BURKE, 2008). A comparação é mais do que fortuita: em ambos os casos, a assim chamada “tomada de posse” veio a servir aos interesses do *outro*: se, na Revolução Francesa, a queda da Bastilha representou a tomada do poder político pela classe burguesa, nas revoltas de 1968, a “tomada da palavra” culminou na (re)tomada do controle político pelo governo de Charles de Gaulle, por meio da convocação de eleições. Assim, se considerarmos que a ideologia atravessa o sujeito na medida em que ele se inscreve no simbólico, é possível supor que nesse fenômeno massivo de injunção ao dizer subjazia uma discursividade de resistência política que ainda esbarrava nos limites do formulável.

Um episódio interessante sobre a relação entre o funcionamento da ideologia e essa tomada da palavra aparece em um dos seminários de J. Lacan (1992). No registro, feito em dezembro de 1969, o psicanalista francês se envolve em um debate acalorado com um grupo de jovens revolucionários sobre o papel da Universidade na sociedade. Num dado momento, um dos rebeldes afirma que “é fora da ideologia da Universidade” (*op. cit.*, p.216) que se deve buscar os meios para criticá-la e combatê-la enquanto aparelho do Estado. Ao que Lacan responde: “mas fora do quê? (...) quando saem, continuam a falar, e por conseguinte continuam estando dentro” (*idem*). Ou seja, estando-se na linguagem se está na ideologia. Essas palavras do psicanalista ressoariam nas de Althusser, publicadas alguns meses depois (1970, p. 97): “o que aparentemente ocorre fora da ideologia (mais exatamente na rua) ocorre na realidade na ideologia”. Lacan, diante da impaciência dos jovens rebeldes, eleva sua crítica

a um tom ainda mais grave: “é ao que vocês aspiram como revolucionários, a um mestre. Vocês o terão.” (1992, p. 218).

A discussão de Lacan com os jovens revolucionários também coloca em questão o alcance do saber intelectual na elaboração de estratégias de ação política e social. Neste ponto, é relevante notar que, embora os movimentos de 1968 tenham sido em parte fomentados pela renovação da teoria marxista empreendida por Althusser, este procurou manter certa distância dos movimentos, que observava com ceticismo. Para o filósofo, “maio de 1968 foi vivido sem perspectiva histórica nem política, no sentido forte” (1976, p. 241).

Do ponto de vista da análise de discurso, Orlandi (1999b) defende o interesse de se observar maio de 1968 como acontecimento discursivo, ou, mais especificamente, “como fato desencadeador de um processo de produção de sentidos que, reprimido, vai desembocar na absoluta dominância do discurso (neo)liberal” (op. cit., p. 59). Por isso nos interrogamos: como foi possível que esses movimentos tenham servido ao poder que procuravam combater, que seus sentidos tenham sido diacronicamente virados ao avesso?

Segundo Rancière (2008), os acontecimentos de 1968 deram início a um período de efervescência política e social na França, que atravessou a década de 1970 e se esfacelou com “a chegada dos socialistas ao poder”. Teve aí início, conforme o autor, a um “trabalho de desfiguração” que consistia em eliminar as dimensões internacional, social e operária do movimento, apagando retroativamente as pretensões revolucionárias de esquerda sob as quais este se havia fomentado. Assim, reduziu-se a memória de 1968 a um conflito de gerações traduzido como uma “revolta da juventude”, que se explicava como uma mera “aspiração dos jovens a abolir o jugo paterno e os tabus sexuais”, e tudo isso seria motivado pelos ideais de consumo provenientes do pós-guerra. Nas palavras de Rancière (*idem*), “maio de 68 tornou-se retrospectivamente o movimento de uma juventude impaciente para gozar todas as promessas do livre consumo do sexo e das mercadorias”.

Essa partição da memória de 1968, apontada nos trabalhos de Orlandi (1999b) e Rancière (2008), é observada mais detidamente por Badiou (2008). O autor delineia quatro movimentos distintos que se encontraram nos acontecimentos de maio de 1968: um *movimento estudantil*, formado por universitários e secundaristas que adotaram a violência como resposta à repressão; um *movimento operário*, que já se insinuava desde o ano anterior e realizou a maior greve geral da história francesa; um *movimento libertário*, que tinha raízes na contracultura e defendia a renovação dos costumes e as liberdades individuais; e um *movimento histórico*, que representava o esgotamento de um modelo no qual “a figura clássica da política de emancipação era inoperante” (*idem*, p. 39).

Badiou argumenta que, embora os movimentos estudantil, operário e libertário tivessem suas divergências particulares, suas marcas eram visíveis naquele momento da história²¹. Por outro lado, o “movimento histórico” apontado pelo autor *não deixava marcas visíveis e não se encerrou em maio de 1968*.

Difícilmente perceptível, se nos ativermos estritamente às circunstâncias iniciais, ele domina a sequência que vai de 1968 a 1978, depois é reprimido e absorvido pela vitória da união da esquerda e pelos tristes “anos Mitterrand”. Fala-se dele como “década de 1968”, e não como “Maio de 1968”. O processo do quarto Maio de 1968 tem dois aspectos. Em primeiro lugar, a convicção de que, a partir dos anos 1960, assistimos ao fim de uma velha concepção de política. Em segundo lugar, a busca um tanto cega, durante toda a década de 1970-1980, de outra concepção de política. (BADIOU, 2008, p. 33).

Portanto, hoje é possível observar os acontecimentos de maio de 1968 de duas maneiras: no *contexto imediato* dos distúrbios na França, e no *contexto amplo* em que se marca o início de uma transformação no modelo sociopolítico mundial.

Courtine (1982, p. 9) descreve o contexto imediato de maio de 1968 como um momento em que “o discurso flutuava perdido no espaço”. Quanto ao contexto amplo, o autor nota uma “passagem tumultuosa do tempo das ‘grandes narrativas ideológicas’ àquele das expressões individuais” (*idem*, p. 104), onde os sentidos de pertencimento e filiação são substituídos pelos de liberdade pessoal e realização de si. Em suma, Courtine compreende os acontecimentos de maio de 1968 como uma *revolução discursiva*,

uma exasperação da produção de discursos, uma multiplicação de sua circulação, uma inundação verbal que enchia as ruas e as mídias – deixou numerosas marcas textuais, que cobriam os muros das cidades. É o paradoxo de maio: o processo de modernização das estruturas e das mentalidades que se completava por meio da revolta estudantil foi narrado com as formas discursivas amplamente arcaicas de uma fraseologia revolucionária, que, desde cedo, estava destinada a desaparecer. (COURTINE, 1992, p. 52).

Chama a atenção o fato de que, tanto para Courtine quanto para Badiou, as formas discursivas que narraram o contexto imediato daqueles eventos estavam já esgotadas, obsoletas. Para dizer de outro modo, a linguagem utilizada pelos revolucionários de maio de 1968 estava ultrapassada do ponto de vista político, e quanto a isso, de nada adiantava todo aquele movimento voraz de tomada da palavra. Daí o ceticismo de Althusser (1976), que acusou o movimento de não ter perspectiva política nem histórica, e de Lacan, que taxou os revolucionários de “afásicos” (1992, p. 216).

²¹ Como lembra o autor, os três componentes “visíveis” de maio de 1968 foram representados pela ocupação de grandes lugares simbólicos: entre os estudantes, a Sorbonne; para os operários, as grandes fábricas de automóveis; e, no caso dos libertários, o teatro Odéon (BADIOU, 2008, p. 33).

As colocações dos autores supracitados nos conduzem a pensar maio de 1968 como um momento em que sentidos historicamente reprimidos vieram à tona, isto é, tornaram-se não apenas possíveis, mas necessários. Porém, de modo simultâneo e paralelo, maio de 1968 é também o início de uma transformação nas possibilidades de formulação desses sentidos. Como descreve Courtine, *o discurso flutuava perdido no espaço*. Em outras palavras, a memória mobilizada em maio de 1968 não chegava a se materializar no nível da formulação. Não historicizava. Ou, para usarmos o termo empregado por Orlandi (1999b), essa memória permanecia *silenciada*.

A ênfase de Orlandi no silêncio está ligada ao modo como maio de 1968 repercutiu no Brasil durante os anos da ditadura militar. As principais diferenças entre o “maio de 1968” francês e o brasileiro estão ligadas à situação política da esquerda em ambos os países. Enquanto no movimento francês “a bandeira vermelha cobriu o país” (BADIOU, 2008, p. 35), no Brasil, setores da esquerda ainda eram perseguidos por um Estado autoritário de direita. Além disso, a situação na França foi “democraticamente” contida por meio da convocação de eleições: “depois de um mês de uma mobilização estudantil, operária e popular sem precedentes, o governo conseguiu organizar eleições e o resultado foi a Câmara mais reacionária que já se viu!” (*idem*, p. 36). Isso conduziu a esquerda revolucionária francesa a uma crítica radical da democracia representativa, materializada em um dos slogans que marcaram o “desfecho” de maio de 1968 na França: “eleições, armadilha para imbecil!” (*ibidem*).

Já no Brasil, a situação foi bastante diferente. Mesmo antes da execução do AI-5, a luta armada já era proposta como estratégia de resistência ao governo militar em alguns setores da esquerda que, perseguida pelos militares no poder, se fragmentava em diferentes posturas de oposição à ditadura. Uma dessas cisões aconteceu no Partido Comunista do Brasil quando, no final de 1967, a publicação de um texto que escancarava divergências internas do partido resultou no desprendimento da oposição interna, que foi expulsa e se (re)constituiu com o nome de Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil. Segundo o texto elaborado na época pela recém formada *ala vermelha*, “para que as forças revolucionárias obtenham êxito, torna-se necessário o emprego da luta armada *como sua principal forma de ação*” (1985, p. 126 – grifos nossos). Esse posicionamento foi compartilhado por diferentes segmentos da “resistência”, que tinham divergências políticas, mas que, em seu conjunto, compartilhavam o objetivo de derrubar a ditadura militar pela luta armada.

O mesmo aconteceu em outros países sul-americanos que passaram por governos ditatoriais entre as décadas de 1960 e 1980, como Chile²² e Argentina²³. Em todos esses casos, o sentido de resistência, de uma forma ou de outra, associou-se à luta armada contra o autoritarismo do Estado e suas instituições.

Portanto, um dos efeitos de 1968 é que a relação entre protesto e violência deixou diferentes marcas na memória de países governados por Estados democráticos e autoritários. Dois acontecimentos recentes ilustram essa diferença. Em 2007, na França, uma das promessas de Nicolas Sarkozy em sua campanha presidencial era “liquidar a herança de maio de 1968”, isto é, acabar com a memória de um momento em que foram questionadas as estruturas hierárquicas e de poder em praticamente todos os setores da sociedade francesa (RANCIÈRE, 2008). A violência de 1968 é vista aí como algo produzido pelos cidadãos em direção ao Estado. Diferentemente do que ocorreu no Brasil a partir de 2011, quando foi inaugurada a Comissão Nacional da Verdade (2012) para “apurar graves violações de direitos humanos”, ocorridas entre 1946 e 1988. Aqui, a violência é vista como algo que parte do Estado em direção aos cidadãos. No primeiro caso, procura-se apagar os sentidos da violência enquanto forma de resistência produzida no gesto de ocupação do espaço público; no segundo, trata-se de dar visibilidade aos sentidos da violência como forma de dominação, produzida (e dissimulada) pelo Estado a fim de impedir a ocupação do espaço público.

Assim, podemos observar no “maio de 1968” ocorrido na Europa e na América Latina aquilo que Orlandi (1992, p. 72-73) classifica como *silenciamento* ou *política do silêncio*. Para a autora, essa “forma” do silêncio “se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis”. Isso pode se apresentar sob duas formas: o *silêncio constitutivo* é um efeito discursivo que “instala o antiimplícito”, designando o “não dito necessariamente excluído” (*idem*, p. 73); já o *silêncio local* representa uma “interdição do dizer” que se manifesta sob a forma da censura.

²² Os movimentos de resistência no Chile tiveram, ao longo do século XX, um caráter de luta armada popular que se ramificava em organizações com diferentes orientações político-revolucionárias, mas, ainda assim, constituíam uma tendência em torno da qual os (e)feitos das violências se organizavam política e historicamente em relação a um “projeto histórico popular” de consciência de classe. Cf. Salazar (2006, p. 105-112).

²³ Na Argentina, a partir da década de 1950, os movimentos de resistência tiveram grande influência de Juan Perón, que defendia o uso de táticas de guerrilha em detrimento das revoluções militares. Essa postura resulta, entre outras coisas, do fato de que as forças armadas viam com desconfiança apoio popular a Perón, que utilizava o populismo como estratégia política para resistir ao poder militar. Cf. Carranza (2007, p. 127-142). Ainda sobre a questão do populismo, Ernesto Laclau propõe o termo *razão populista* para definir a lógica da construção do “povo” como ator político na história, mediante a tensão entre “a universalidade do *populus* e a particularidade da *plebs*”. Cf. Laclau (2005, p. 9-34).

Quanto a maio de 1968, na França sentidos possíveis foram excluídos pela institucionalização de um sentido unívoco para aquele movimento social. Já no Brasil e em outros países do cone sul-americano, sentidos possíveis foram excluídos porque foram proibidos (censurados). Assim, se na França observamos o funcionamento do silêncio constitutivo, no Brasil funciona(va) o silêncio local.

Os efeitos contraditórios de maio de 1968 ao longo da história também podem ser compreendidos do ponto de vista do que Orlandi (2006) define como *memória discursiva* e *memória institucional*: a primeira compreende sentidos que se constituem não apenas na lembrança, mas também no esquecimento; já a segunda “é aquela que não se esquece”, pois se (re)produz nas e pelas práticas reguladas pelas instituições. Nesse sentido, algo de 1968 parece ter se conservado no âmbito da memória discursiva, de modo que aqueles eventos passaram a ser lembrados com gradativa frequência no século XXI. Aqui, concordamos com De Decca (1991): a herança de maio de 1968 aos dias atuais não é a *revolução* tal como foi preconizada naquela época, mas os ideais de *revolta* e *rebelião* que ali se fomentaram.

Esse reflorescimento da revolta chegou ao seu ápice em 2011, quando uma onda de mobilizações sociais “tomou a dimensão de um movimento global” (CARNEIRO, 2012, p. 7). O estopim dos protestos foi uma série de atos desesperados cometidos por indivíduos no norte da África²⁴, que deram início a uma rebelião social generalizada e culminaram na derrubada de longas ditaduras na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen (*idem*). Essas mobilizações, que em seu conjunto ficaram conhecidos como *Primavera Árabe*, logo influenciaram movimentos na Europa²⁵ que, por sua vez, inspiraram outros também na América²⁶.

Alves (2012, p. 32) salienta alguns aspectos desses movimentos que eclodiram *após* a Primavera Árabe: são “movimentos pacíficos” constituídos em “densa e complexa diversidade social”, que ampliaram sua área de ação pelo uso da internet e das redes sociais, expondo as contradições do sistema “com notável capacidade de comunicação e visibilidade”, e reivindicando “a democratização radical contra a farsa democrática dos países capitalistas centrais” (*idem*, p. 33). Mas, segundo o autor, “o detalhe crucial (...) é que esses são movimentos democráticos de massa e ocorrem em países capitalistas sob o Estado de direito democrático – o que não era o caso, por exemplo, da Tunísia e do Egito” (*ibidem*, p. 34).

²⁴ Um dos casos mais conhecidos foi o suicídio por autoimolação do comerciante Mohamed Bouazizi na Tunísia, em 17 de dezembro de 2010, em protesto contra a apreensão de suas mercadorias (CARNEIRO, 2012, p. 7).

²⁵ Aqui, destacam-se o *Movimento dos Indignados* na Espanha, o *Movimento da Geração à Rasca*, em Portugal, e as mobilizações que ocuparam a Praça Syntagma, na Grécia (*idem*, p. 8).

²⁶ As mobilizações europeias inspiraram, nos Estados Unidos, a criação do movimento *Occupy Wall Street*, que se espalhou por diversas cidades norte-americanas (ALVES, 2012, p. 31).

Gostaríamos de fazer algumas observações a esse respeito. A constatação de que os movimentos realizados nas sociedades democráticas se caracterizam como “pacíficos” parece inscrevê-los em uma lógica do consenso²⁷ que produz um efeito de homogeneidade na *densa e complexa diversidade social* em meio à qual esses movimentos se constituem, silenciando-a. Isso porque nesses protestos “pacíficos” a violência é administrada pelas estruturas de poder que detém seu monopólio. Não é que não tenha havido violência nos protestos do Movimento dos Indignados, na Espanha, ou nos movimentos Occupy, nos Estados Unidos. É que ali a violência foi “remetida a seu lugar” dentro da ordem democrática, ou seja, foi “domesticada” pelo poder dominante na *organização político-administrativa* que se produz sobre a *ordem histórico-social* das cidades (ORLANDI, 2004).

Além disso, a internet e as redes sociais tiveram uma importância fundamental tanto nas insurreições que derrubaram ditaduras na África quanto nos movimentos considerados “democráticos” que se seguiram. Um caso representativo é o de um dos grupos de *hackers* que atuavam sob a alcunha de *Anonymous*, e seu papel ao prover remotamente conexão de internet aos rebeldes da Tunísia quando o governo derrubou as comunicações do país (OLSON, 2012). Outro papel fundamental foi desempenhado pelo Wikileaks²⁸, ao divulgar documentos da embaixada norte-americana na Tunísia que expunham a corrupção praticada sob o governo ditatorial de Ben Ali (N. VIANA, 2013).

Tendo em vista a complexidade desses eventos podemos nos valer das análises de Žižek (2012), que ressalta a necessidade de se considerar as diferentes condições de produção dos movimentos de protesto ocorridos no Oriente Médio e no eixo Europa/Estados Unidos. Existe, segundo o autor (op. cit., p. 69), um “potencial emancipatório radical do islamismo” que já havia se manifestado nos protestos após a eleição de Ahmadinejad no Irã em 2009 e “explodiu na Primavera Árabe” (*idem*, p. 74). Esse potencial estaria na ruptura da dicotomia entre as noções de liberdade e destino (que representa a polarização entre ocidente e oriente) em nome da *liberdade de escolher o próprio destino*. Por assim dizer, a especificidade desses movimentos está ligada a uma aspiração revolucionária que se constituiu historicamente de modo muito peculiar no mundo islâmico. Nesse sentido, os manifestantes na Primavera Árabe “não queriam apenas um novo governo que ouvisse sua opinião, queriam reformular todo o Estado” (*ibidem*, p. 76).

²⁷ Segundo Orlandi (2010, p. 15), “há a formação de um consenso em uma sociedade como a nossa em que a noção de delinquência está definida pelo modo da segregação”. Essa segregação se materializa frequentemente na (in)distinção dos “ditos vândalos” entre os chamados “manifestantes”. Voltaremos a este ponto.

²⁸ O Wikileaks é um domínio na internet criado pelo jornalista e *hacker* australiano Julian Assange para divulgar informações confidenciais de Estados e grandes corporações.

Por sua vez, os movimentos de protesto que ocuparam Wall Street se caracterizaram por denunciar o sistema capitalista a partir de seu próprio interior. Esses protestos, no entanto, esbarravam na ausência de qualquer proposta alternativa que pudesse substituir esse modelo. Para Žižek (*ibidem*, p. 82), mais importante que pensar sobre o que se luta *contra*, é saber definir aquilo que se luta *por*. Não podemos deixar de notar que ressoam aí as palavras de Pêcheux e Fuchs (1975, p. 160): “não se destrói senão aquilo que se substitui”. Em suma, eis a principal diferença dos movimentos Occupy em relação à Primavera Árabe: “eles expressam uma fúria autêntica, incapaz de se transformar em um programa positivo mínimo de mudança sociopolítica. Eles expressam um espírito de revolta sem revolução” (ŽIŽEK, 2012, p. 83).

Isso nos permite questionar: se os movimentos norte-americanos de ocupação eram tão frágeis do ponto de vista sociopolítico, como eles puderam levantar tamanha mobilização? Aqui, a já citada leitura de Alves (2012) aponta para um fato relevante: *eles ampliaram sua área de intervenção pelo uso da internet e das redes sociais*. Segundo o autor, tais tecnologias não apenas ajudam a expor as contradições internas do sistema democrático, mas, situadas em relação a recentes movimentos de esquerda como o MST no Brasil e o Zapatismo no México, “ensinaram que, hoje, a luta contra o capital global que desterritorializa é a luta pela territorialização ampliada, difusa e descentrada” (op. cit., p. 33). Portanto, a internet é um fator essencial para a disseminação física (espacial, geográfica) desses movimentos.

Outro aspecto que merece ser discutido é que, de acordo com Castells (2012, p. 166), as novas ferramentas digitais não estão na base dos protestos recentes, pois estes não resultam diretamente da tecnologia, mas “da contradição e dos conflitos de sociedades específicas”. Para o autor, o essencial é “ênfatar o papel basilar da comunicação na formação e na prática dos movimentos sociais” (*idem*). Ou seja, a importância da internet está ligada, segundo Castells, ao *papel da comunicação* na disseminação dos movimentos, na medida em que ela é “um componente necessário, embora não suficiente, da ação coletiva” (*ibidem*, p. 167).

Parece-nos que Castells, ao reduzir a internet a uma *tecnologia de comunicação*, exclui-a da raiz dos movimentos sociais porque a própria noção de comunicação produz uma separação entre o meio (canal) e a mensagem. No entanto, a perspectiva da análise de discurso produz uma recusa desse esquema comunicacional: não há (apenas) transmissão de mensagem entre dois pontos, mas *efeito de sentidos* entre um e o outro (PÊCHEUX, 1969); ademais, o funcionamento da linguagem é pensado não como sistematicidade, mas como *materialidade*, englobando o meio como constitutivo dos processos de significação. Portanto, a internet faz parte das condições de produção dos discursos desses movimentos, cumprindo neles tanto o papel de comunicar quanto o de não comunicar.

Independentemente do modo como se considere o papel da internet e das redes sociais nos atuais movimentos de protesto, uma necessidade que se impõe é compreender a relação entre as mobilizações virtuais aos movimentos de rua. Nesse sentido, o estudo de Nunes (2013) sobre uma série de “marchas urbanas” promovidas no Brasil em 2011²⁹ mostra alguns aspectos interessantes sobre a (des)organização da *escrita* nessa relação do “mundo virtual” das redes sociais com o “mundo real” das ruas.

Segundo Nunes (2013, p. 73), nas páginas de internet que fomentam os movimentos urbanos no espaço virtual há, ao mesmo tempo, “um discurso de organização das atividades e uma negação da responsabilidade dos organizadores e dos líderes”. Embora esses mesmos sites contenham cartazes que podem ser baixados e imprimidos para serem usados na marcha, prevalecem nas ruas os cartazes formulados pelos próprios sujeitos, o que indica o *exercício da função-autor* na passagem do virtual ao real.

A ida às ruas faz com que haja uma passagem da escrita digital, predominante nas redes sociais, à escrita manual com outros suportes adaptados ao caminhante. Do virtual ao real, o traço da mão é um índice do movimento que se especializa nas ruas. A diversidade fraseológica e enunciativa, ao modo do geral, do generalizado, do coletivo, do fragmentado e do individualizado aponta para as contradições do acontecimento, que se constitui nas fronteiras entre um coletivo (não) organizado e as manifestações individualizadas (NUNES, 2013, p. 80).

Como observa o autor, na convocação virtual dos sujeitos para o acontecimento, a posição de *colaborador* significa esses sujeitos tanto do ponto de vista coletivo quanto do individual, constituindo-se “no espaço contraditório entre a organização digital e a negação da posição de organização” (*idem*). Há, nessas condições, o *apagamento da figura do porta-voz*. Na medida em que as práticas de protesto são atribuídas a sujeitos individualizados (e não à rede de mobilização em si) a articulação do virtual com o real se produz no imaginário de “uma ‘organização horizontal’, considerada sem hierarquias”, o que conduz, segundo o autor, à *negação do político* (*ibidem*, p. 81-82).

Embora as mobilizações realizadas no Brasil não tenham atingido a mesma dimensão dos movimentos sociais ocorridos em diversos países ao longo de 2011 (CARNEIRO, 2008), o estudo de Nunes ajuda a identificar regularidades de um processo discursivo mais amplo e que não se encerrou nas circunstâncias imediatas das marchas urbanas realizadas naquele ano, uma vez que está ligado a novas condições históricas de constituição dos movimentos sociais. Parte dessas condições é representada nas seguintes considerações de Castells (2013, p. 162):

²⁹ Esses protestos não consistiram em uma revolta popular generalizada, mas em manifestações localizadas e baseadas em temas específicos (segmentados), como a *Marcha da Maconha* e a *Marcha das Vadias*.

“trata-se de movimentos *sem liderança*, não pela falta de líderes em potencial, mas pela profunda e espontânea desconfiança (...) em relação a qualquer forma de delegação de poder”. A explicação para esse fenômeno, segundo o autor, é que a internet e os novos movimentos sociais em rede fazem parte da chamada *cultura da autonomia*, onde “encarnam o projeto fundamental de transformar pessoas em sujeitos de suas próprias vidas, ao afirmar sua autonomia em relação às instituições da sociedade” (*idem*, p. 167). Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o *anseio de autonomia* une os sujeitos e confere certa *unidade* ao movimento, ele impede a formação de posições de liderança, produzindo um efeito de *dispersão*.

Essa e outras características se conservaram até junho de 2013, quando os protestos contra o aumento das tarifas de transporte público coletivo em São Paulo, organizados pelo Movimento Passe Livre, deram início a uma escalada de manifestações que atingiram, em todo o país, caráter semelhante ao dos movimentos que varreram o mundo dois anos antes: *revoltas urbanas* que rapidamente conquistaram apoio popular.

Os acontecimentos de junho no Brasil foram observados em diferentes perspectivas dentro e fora do país. Castells (2013 p. 178), no posfácio acrescido à edição brasileira de seu livro a respeito dos movimentos sociais de 2011, escreveu: “Aconteceu também no Brasil. Sem que ninguém esperasse. Sem Líderes. Sem partidos nem sindicatos em sua organização. Sem apoio da mídia. Espontaneamente.”. Vainer (2013, p. 35) seguiu a mesma direção ao afirmar que “governantes, políticos de todos os partidos, imprensa, cronistas políticos e até mesmo cientistas sociais foram pegos de surpresa pelas manifestações de massa que mudaram a face e o cotidiano de nossas cidades em junho”. Em suma, esses autores tomaram os protestos como um fenômeno *espontâneo*.

Por outro lado, houve pontos de vista em contrário. Para Maricato (2013, p. 18), “quem acompanha de perto a realidade das cidades brasileiras não estranhou as manifestações”. Por sua vez, o próprio Movimento Passe Livre (2013, p. 14) esclareceu que “as revoltas de junho (...) não são algo inteiramente novo”, pois resultam de um processo desencadeado dez anos antes em Salvador, no que ficou conhecido como “Revolta do Buzu”. Em agosto de 2003, milhares de pessoas tomaram as principais vias públicas de Salvador durante três semanas de protestos contra um aumento de vinte centavos nas tarifas de ônibus. Esses eventos foram registrados no documentário de Carlos Pronzato, *A Revolta do Buzu*, cuja circulação influenciou desde as “Revoltas da Catraca” em Florianópolis em 2004 até a criação do Movimento Passe Livre em Porto Alegre, no Fórum Social Mundial de 2005 (POMAR, 2013, p. 9-12). Nessa perspectiva, “o que os eventos de junho de 2013 trazem de novo é a unificação, na prática, da luta do MPL no cenário nacional” (*idem*, p. 17).

Portanto, se do ponto de vista dos movimentos ligados à questão do transporte público os eventos de junho de 2013 são considerados o resultado de esforços que vêm de longa data, do ponto de vista de quem não faz parte desses movimentos a dimensão dos protestos desencadeados naquele mês é um fenômeno em si novo, que na história recente brasileira pode ser comparado a movimentos como *Diretas Já!* (1984-1985) e *Caras Pintadas* (1992), mas que ainda não tivera precedentes no século XXI.

Esse nosso exame de alguns movimentos sociais desde a década de 1960 aponta para um detalhe interessante. Se em maio de 1968 os estudantes desempenharam um importante papel nas mobilizações francesas, em junho de 2013 nos deparamos com outra realidade: massas de jovens já formados, mas (já ou ainda) desempregados, juntam-se aos estudantes. Segundo Žižek (2012), isso decorre de uma nova configuração do capitalismo após o avanço, nas últimas décadas, da mundialização sob o prisma neoliberal.

No que podemos considerar o ponto extremo da “unidade dos opostos” na esfera da economia, é o próprio sucesso do capitalismo (alta produtividade, etc.) que causa o desemprego (torna inútil uma quantidade cada vez maior de trabalhadores), e o que deveria ser uma bênção (necessidade de menos trabalho árduo) torna-se uma maldição. (...) A categoria dos desempregados, portanto, deveria ser expandida para abranger a amplitude da população, desde os desempregados temporários, passando pelos não mais empregáveis e permanentemente desempregados, até as pessoas que vivem nos cortiços e outros tipos de guetos e, por fim, áreas, populações ou países inteiros excluídos do processo capitalista global, como aqueles espaços vazios dos mapas antigos. (ŽIŽEK, 2012, p. 14).

Em decorrência desse novo cenário, ainda conforme Žižek, “o pano de fundo inerte da história torna-se um agente potencial da luta emancipatória” (*idem*, p. 15). Ou, para dizer de outro modo: a *segregação* (enquanto forma contemporânea do desequilíbrio social produzido no interior de um sistema capitalista já avançado) é um fomento para aquilo que Pêcheux (1982, p. 17) designa como “os focos de resistência e revolta que se incubam sob a dominação ideológica”. A esse respeito, Žižek (2012) ainda retoma as reflexões de F. Jameson³⁰ (de quem não se separa nesse momento de sua reflexão) para afirmar que essa função estrutural do desemprego na atualidade não deve ser considerada em si como um modo de *dominação*, mas de *exploração*: “explorados não são apenas os trabalhadores que produzem a mais-valia apropriada pelo capital, mas também aqueles que são estruturalmente impedidos de cair no vórtice capitalista do trabalho assalariado explorado, inclusive regiões e nações inteiras” (*ibidem*, p. 16).

³⁰ A obra de F. Jameson citada por Žižek é “*Representing Capital*” (Verso Books, 2011).

Aqui, mais uma vez, Žižek se aproxima de Pêcheux (1977) em sua crítica a Foucault, ao defender que a referência à economia é imprescindível para que a questão da dominação não seja reduzida a “uma luta essencialmente moral ou ética³¹”, que restrinja os fenômenos da resistência e da revolta a *distúrbios* localizados e assim elimine qualquer perspectiva de uma real transformação social. Segundo Žižek, a noção de dominação favorece as ideias de *liberdade* e *democracia*, enquanto o foco na exploração possibilita uma crítica que contemple alternativas não apenas políticas, mas socioeconômicas à realidade atual.

O resultado da ênfase na dominação é um programa democrático, ao passo que o resultado da ênfase na exploração é um programa comunista. Nisso reside o limite de descrever os horrores do Terceiro Mundo em termos de efeitos da dominação: o objetivo torna-se a democracia e a liberdade. (...) Mas o que essa noção de dominação não leva em conta é que somente no capitalismo a exploração é “naturalizada”, está inscrita no funcionamento da economia – ela não é resultado de pressão e violência extraeconômicas, e é por isso que, no capitalismo, temos liberdade pessoal e igualdade: não há necessidade de uma dominação social direta, a dominação já está na estrutura do processo de produção. (ŽIŽEK, 2012, p. 17).

Por esse viés, é possível apontar que a noção de dominação subjaz a críticas como a de Anne Applebaum³²: à medida que a autora considera as manifestações da Primavera Árabe como “apelos a uma democracia de estilo ocidental” (ŽIŽEK, 2012, p. 90), protestos como a ocupação de Wall Street ficam “sem sentido”, pois ali já se tem um Estado “democrático”, com suas instituições reguladoras e seus efeitos de evidência sobre o que é *liberdade*.

Como já mencionamos, Orlandi compreende essa divisão dos sentidos de liberdade como algo que resulta diretamente da memória de maio de 1968. Para a autora (2002, p. 59), aquele foi um momento em que tanto o capitalismo quanto o comunismo (e o socialismo) visavam à ideia de democracia, de conquista das liberdades. Mas, em um processo discursivo “resultante da emergência e do concomitante silenciamento da discursividade de maio de 1968, haverá a exclusão do comunismo dessa equação: ou seja, capitalismo = democracia e comunismo = totalitarismo” (*idem*). Isto é, os sentidos de que o capitalismo é um sistema em si “democrático” e o comunismo é essencialmente “totalitário” se produzem pelo apagamento da exploração inerente ao modo de produção capitalista na discursividade que dele resulta. “Emperrado pela força do discurso conservador, esse movimento (maio de 1968) não faz esses (outros) sentidos. Liberdade não pode ter mais do que um sentido: o sentido capitalista”. (*ibidem*, p. 59-60). Essa é uma das principais heranças do “maio de 1968” francês.

³¹ A citação é de Jameson (*apud* ŽIŽEK, 2012, p. 16).

³² Em coluna no Washington Post (2011), Applebaum (que ganhou o prêmio Pulitzer em 1996 por seu trabalho sobre os *gulags* soviéticos) afirma que os movimentos Occupy *esbarram nos limites da democracia*.

Assim, é interessante notar que a ênfase na *exploração* se materializou nos protestos do Movimento Passe Livre, não somente nos diversos slogans usados pelos manifestantes³³, como na própria temática da “tarifa zero”, que é o principal mote do movimento. No entanto, a principal dificuldade de pensarmos junho de 2013 sob essa ótica é que ao longo daquele mês as manifestações ganharam ampla adesão de uma ala jovem da atual classe média, que não necessariamente compartilhava os pontos de vista políticos defendidos no âmbito do MPL (um movimento essencialmente “de esquerda”).

Portanto, nos propomos a pensar junho de 2013 como um acontecimento discursivo, que na profusão de diferentes versões encontrou um modo particular de se inscrever (ou não) na história. Como aponta R. Rolnik (2013, p. 9), no decorrer das manifestações teve início “uma guerra de interpretações das vozes rebeldes”. Por sua vez, Secco (2013, p. 72) distingue “a linguagem que vem de cima”, *apelativa como a publicidade*, e aquela “que vem de baixo”, *tomando a forma de um jogral*. Essas considerações nos permitem delinear, naqueles eventos, o conflito e o confronto entre diferentes gestos de interpretação que não se inscrevem em uma oposição radical entre os manifestantes e as figuras de autoridade, como em maio de 1968. Muito pelo contrário, pensamos que os discursos de ambos os lados foram frequentemente expostos à contradição e ao equívoco. Esse é um dos principais aspectos que buscaremos investigar nas análises do próximo capítulo.

³³ Pensamos em frases como “Violência é a tarifa”, “R\$ 3,20 é roubo” e “Você aí fardado também é explorado”.

CAPÍTULO IV

MOVIMENTO PASSE LIVRE E O DIREITO À MOBILIDADE

Tendo em vista a complexidade da relação entre sujeitos e instituições no sistema jurídico, parte de nossa proposta é interrogar a aparente evidência dos direitos e deveres enquanto princípios claramente definidos, observando como o funcionamento (do) jurídico se sustenta no efeito de transparência da linguagem, expondo-se assim à falha e ao equívoco. Nosso ponto de partida analítico é o discurso do Movimento Passe Livre (MPL) sobre o direito de ir e vir, e o modo como ele problematiza hoje a questão da mobilidade urbana. Fazem parte de nosso *corpus* alguns dos princípios éticos e estratégias discursivas do MPL, tal como são apresentados nos sites www.tarifazero.org e www.mpl.org.br, bem como no livro “20 centavos: a luta contra o aumento”³⁴ (JUDENSNAIDER [et. al.], 2013).

Diante desse material, visamos compreender *como* o gesto de ocupação das ruas mobiliza uma sociedade em conflito, produzindo sentidos sobre o político no espaço urbano. Algumas questões logo se impõem. Quando os deveres individuais do cidadão são postos de lado em nome de um direito social, reclamado por um coletivo, como as relações de força se materializam nesses discursos? Como a situação de conflito significa ao se tornar confronto? Quais os (efeitos de) sentidos de *violência* que são aí produzidos?

A primeira coisa a se notar é que os princípios do MPL se sustentam sobre uma das prerrogativas fundamentais do indivíduo nos Estados democráticos: o *direito de ir e vir*. Tendo em vista a relevância de questões sobre mobilidade e acessibilidade urbana frente ao crescimento das cidades a partir de demandas de mercado (que relegam a segundo plano suas consequências sociais), o movimento como um todo é pautado na reivindicação da *tarifa zero*, definida como “o meio mais prático e efetivo de assegurar o direito de ir e vir de toda população nas cidades”³⁵. No entanto, o argumento dos militantes ainda vai além, à medida que defende o direito de ir e vir como pré-requisito para o exercício de outros direitos básicos. Ou seja, na ausência de transporte público gratuito, aqueles que não podem pagar as tarifas ficam muitas vezes impedidos de ter acesso à saúde, à educação, e até mesmo ao trabalho. Nesse sentido, o direito de ir e vir é tomado como um *direito fundamental*, pois constitui uma base para o exercício de outros direitos.

³⁴ Este livro, publicado ainda em 2013, traz um relato muito bem documentado das campanhas de junho por quatro ativistas envolvidos com as atividades do MPL: Marcelo Pomar, Pablo Ortellado, Luciana Lima e Elena Judensnaider. Eles possuem formação em história, filosofia, estudos culturais e sociologia, respectivamente.

³⁵ Cf. “Tarifa Zero” nas referências. Os trechos aqui citados fazem parte de um texto que também foi publicado no site do MPL, e que reproduzimos integralmente na seção de anexos (cf. Anexo A).

Portanto, a causa da tarifa zero é o princípio que move as manifestações periódicas do MPL contra os frequentes aumentos dos preços das passagens de transporte público, possibilitando assim que o movimento mantenha sua unidade, identidade e continuidade. Esses traços ficam marcados em alguns pontos do que o MPL³⁶ define como suas perspectivas estratégicas: “deve-se construir o MPL com reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo, vindo a se somar a movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente”. Assim, na articulação política com outros movimentos urbanos de esquerda como o MTST (JUDENSNAIDER [et.al.], p. 27), o MPL aponta como seu primeiro grande adversário as instituições privadas que operam o serviço de transporte público e obtêm lucro ao prover uma garantia que o Estado atribui para si, e que tem um custo repassado diretamente ao cidadão, que muitas vezes não tem condições de pagar pela sua circulação no espaço das cidades.

Além do direito de ir e vir, também o *direito à livre manifestação do pensamento* aparece como parte da causa do passe livre. Nas palavras do próprio MPL³⁷, o movimento “deve lutar pela defesa da liberdade de manifestação, contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais. Nesse sentido, lutar contra a própria *repressão e criminalização* de que tem sido alvo” (grifos nossos). Esta formulação aponta para outros dois grandes “inimigos” do MPL, isto é, instituições que silenciam o político no movimento social, criminalizando-o: as forças repressivas do Estado, que se utilizam da violência legitimada para interditar os espaços de manifestação (interrompendo desta forma o direito de ir e vir), e a grande mídia³⁸, que constrói sua própria narrativa sobre os movimentos de protesto e imprime certa direção de sentido aos “fatos” noticiados (cerceando assim a livre manifestação do pensamento).

Em suma, há toda uma política do silêncio que se impõe sobre o direito à mobilidade e à livre manifestação do pensamento, tal como essas noções são articuladas nas ações do MPL. Enquanto a liberdade de ir e vir é prerrogativa para o exercício de outros direitos (garantindo o acesso à saúde, à educação, ao trabalho, ao lazer, etc.), a liberdade de expressão é condição necessária à própria reivindicação de mudanças pontuais, como a questão sobre o transporte. É também, portanto, um direito fundamental. Por essas razões, interessa-nos compreender como essas noções produzem seus efeitos de sentido no gesto de *ocupação* do espaço público, enquanto tática de resistência urbana que orienta as manifestações do MPL.

³⁶ Cf. www.mpl.org.br.

³⁷ *Idem*.

³⁸ A postura da mídia perante os movimentos de protesto em junho de 2013 será abordada no capítulo 3. Por ora, diremos apenas que uma das propriedades do discurso midiático é apagar os excessos da violência policial e classificar as mobilizações sociais como “desordem” e “vandalismo”. Retomaremos esses pontos.

S. Viana (2013) pontua que a ocupação das ruas por jovens não se inaugurou com as jornadas de junho, mas está ligada a um processo que já havia se manifestado em outubro de 2012, quando a Praça Roosevelt, no centro de São Paulo, foi tomada por mais de dez mil pessoas reunidas para o ato “Existe Amor em São Paulo”. Segundo a autora (op. cit., p. 55), “o evento foi uma espécie de síntese da forma pela qual a cidade vinha sendo reivindicada por coletivos ligados à produção cultural”. Nessas condições, a ideia de *ocupação* já significava como uma forma de a juventude reivindicar protagonismo no interior da vida política e social.

Outro aspecto interessante sobre as táticas de ocupação utilizadas pelo MPL em 2013 aparece no relato de Judensnaider (et. al., 2013), que destaca uma mudança de estratégia do movimento em relação aos protestos contra o último aumento das tarifas, dois anos antes:

A campanha de 2011 havia durado dois meses e, embora a mobilização tenha sido suficiente para colocar o tema em pauta (inclusive com algum relevo nas eleições municipais do ano seguinte), ela não foi capaz de pressionar o poder público a revogar o aumento da tarifa. A avaliação do movimento foi a de que faltara mobilização, os intervalos entre os atos haviam sido grandes demais e nem sempre as vias mais importantes tinham sido interditadas. Incorporando o aprendizado desse período, a estratégia para 2013 era a de realizar atos grandes e de maior impacto, em vias mais centrais, e com curto intervalo de tempo entre eles, de maneira a asfixiar o poder público, fazendo jus ao lema do MPL: “*Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar!*”. Ao invés de uma campanha longa e com atos semanais, como em 2011, a ideia agora era uma campanha de menor duração e maior intensidade. (JUDENSNAIDER [et. al.], 2013, p. 26).

Foi o que aconteceu. Entre o primeiro grande ato do MPL contra o reajuste das tarifas em 6 de junho e o último ato do movimento, realizado um dia após a revogação do aumento em São Paulo e no Rio de Janeiro, podemos notar um *crescimento exponencial* na quantidade de pessoas que aderiram aos protestos nas ruas. Os números em São Paulo são representativos do fenômeno como um todo³⁹. O primeiro protesto convocado pelo MPL, numa quinta-feira, reuniu na cidade aproximadamente 2 mil manifestantes. Uma semana depois, no dia 13, esse número subiu para 10 mil. E, após mais uma semana, no dia 20, cerca de 100 mil pessoas protestavam nas ruas paulistanas. Nesse breve período, o MPL organizou seis grandes atos contra o reajuste das tarifas, além de uma manifestação para celebrar a derrubada do aumento e enfatizar a continuidade da luta pela tarifa zero, um dia após os governos de SP e RJ atenderem às demandas imediatas do movimento. Isso totaliza sete manifestações no período de duas semanas, com uma média de um grande protesto a cada dois dias.

³⁹ Esses dados foram publicados pelo jornal *O Estado de São Paulo*, que tomou como base as estimativas divulgadas pela PM-SP. Cf. referências. Para facilitar a consulta, organizamos essas estatísticas em uma tabela que consta no Anexo C.

No entanto, essa impressionante *adesão* aos protestos produziu efeitos contraditórios. Se, por um lado, ela conferiu força política a um movimento social como o MPL, por outro, ela rompeu com certos efeitos de sentidos que são constitutivos de sua formação ideológica, isto é, de sua própria identidade enquanto movimento “de esquerda”. Em outras palavras, quando o MPL realizou seu primeiro grande ato, os 2 mil manifestantes presentes estavam muito mais (re)unidos em torno das reivindicações sobre o transporte público do que aqueles 100 mil que tomaram as ruas duas semanas depois, com o aumento das tarifas já revogado. Ao longo desse processo, a reivindicação do “passe livre” deixou de ser o foco central das manifestações para ser tomada apenas como o estopim de um levante popular generalizado, que não pode ser vinculado a uma única causa. Ou, para dizermos de outro modo, aqueles que aderiram às mobilizações ao longo do mês de junho não apenas protestavam *a favor* das manifestações do MPL, mas também (e principalmente) *contra* instituições como a polícia, o governo, a mídia, etc.

Foi esse deslocamento que procuramos compreender em nossas primeiras análises. Para tanto, construímos nosso *corpus* a partir de alguns dos slogans utilizados nos protestos, buscando identificar as marcas discursivas produzidas nessa passagem de um “protesto por” (que se formula como *reivindicação*) a “protesto contra” (que toma a forma de uma *queixa*). Como sabemos⁴⁰, os excessos da violência policial em 13 de junho foram determinantes para a transformação de um movimento social marcadamente de esquerda em uma revolta popular politicamente dispersa. Por isso optamos por dividir esse *corpus* entre os slogans do MPL, predominantes até o dia 13, e aqueles outros que ganharam espaço quando a repressão aos protestos pela mobilidade urbana provocou uma nova onda de manifestações em nome da liberdade de expressão e do direito ao protesto.

O principal slogan do MPL, já referido anteriormente, é o que diz: “**Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar**”. É interessante observar como a reivindicação é formulada: não como um pedido, mas como uma *exigência*; não sob uma voz coletiva (“nós queremos, nós exigimos”), mas de modo *impessoal*; não como imperativo (“baixem a tarifa!”), mas sob a forma de uma *ameaça*. A demanda pela revogação do aumento é acompanhada de uma promessa de “parar a cidade”. Deste modo, a ideia de confronto já aparece na própria forma de manifestação do conflito.

⁴⁰ Conforme já mostramos em um trabalho apresentado na Univás em maio de 2014, no desenrolar dos protestos em 13 de junho de 2013 os sentidos da violência policial se tornaram expostos até mesmo na grande mídia. Retomaremos essas considerações em outro momento.

Como pudemos notar, este “tom de ameaça” traz vestígios das condições de produção na própria forma material do enunciado. Até 2013, os atos organizados pelo MPL obtiveram notáveis conquistas (entre as quais a ampliação de seu escopo em uma frente nacional), mas as tentativas pontuais de frear os aumentos das tarifas de transporte público ainda esbarravam frequentemente na capacidade do poder público de ignorar as reivindicações. Sobretudo no caso de um movimento “ousado” como o MPL, que defende a causa da tarifa zero, a negação das demandas é uma constante, com a qual os militantes já parecem estar acostumados a lidar. Daí a incorporação da negativa no próprio modo como a reivindicação é por eles formulada: “*se a tarifa não baixar...*”. Eis aí um mecanismo de antecipação (ORLANDI, 1999) que nos dá indicações sobre a imagem que os manifestantes do MPL fazem das instituições contra as quais eles lutam, e da própria luta que travam: para reverter uma decisão institucional(izada) não basta apenas reivindicar, é preciso criar condições para que a mudança aconteça.

Daí a ameaça: “... *a cidade vai parar?*”. Esta formulação dissimula a ligação entre a autoria do enunciado e a autoria da ameaça, e o que fica aí silenciado é *quem* ou *o que* vai “parar” a cidade. À medida que o autor do enunciado (MPL) não se faz visível *no* enunciado, a ameaça de “parar” aparece como algo que a própria cidade produzirá sobre si mesma.

Assim, para prosseguirmos na análise desse slogan (que chamaremos R1), formulamos uma paráfrase (P1R1): “*Se a tarifa não baixar, o MPL vai parar a cidade*”. Com essa construção, buscamos dar visibilidade à função-autor do MPL no que se refere à *ameaça* produzida pelo enunciado, e que nele é apagada. Do ponto de vista sintático, essa formulação produz um deslocamento do sintagma “a cidade”, que passa de sujeito simples a objeto direto da ação designada pelo verbo “parar”. No entanto, para pensarmos *discursivamente* esse deslocamento entre R1 e P1R1, temos de considerar que há aí um movimento ao mesmo tempo sintático e semântico⁴¹. Em outras palavras, precisamos nos deter nos *efeitos de sentido* produzidos nessa passagem do sintagma “a cidade” de *sujeito* a *objeto*. E, para tanto, devemos levar em conta as condições de produção do discurso, observando a historicidade dos sentidos produzidos *na* cidade, e *sobre* a cidade.

Temos, então, que em R1 *a cidade vai parar*, e em P1R1 *o MPL vai parar a cidade*. Enquanto no primeiro caso a cidade parece “parar por si mesma”, no segundo ela “é parada”. Nesses dois enunciados, o protesto (se) simboliza (em) uma cidade historicamente dividida entre aquilo que Orlandi (2004) designa como a “ordem” e a “organização” do espaço urbano, respectivamente.

⁴¹ Segundo Haroche, Pêcheux e Henry (1971), as questões semânticas “escapam” à linguística e por isso exigem uma “mudança de terreno” em direção ao discurso, tendo em vista a *historicidade dos efeitos de sentidos*.

Em P1R1, a cidade “a ser parada” pelo MPL é aquela do ponto de vista da organização, do imaginário político-administrativo que se impõe sobre o espaço urbano, determinando as condições das relações sociais. Por outro lado, em R1 a cidade que “para por si mesma” é a cidade observada do ponto de vista da ordem, do real histórico-social que (ir)rompe (sob) a organização político-administrativa, desestabilizando-a. Portanto, quando o MPL afirma que “a cidade vai parar”, o que está aí implicado é um *movimento social que paralisa o urbano*, produzindo uma tensão nas relações de poder. Essa tensão aparece em fotografias registradas durante o “primeiro grande ato” do MPL contra o aumento das tarifas em São Paulo, em 06 de junho de 2013, como as que seguem abaixo:



Imagem 1: Gabriela Biló (Fonte: <http://r7.com/sy61>)



Imagem 2: Nelson Antoine (Fonte: <http://r7.com/sy61>)

As duas imagens trazem enquadramentos diferentes de um mesmo espaço⁴², em momentos distintos, por diferentes fotógrafos. Uma regularidade as atravessa: a bandeira com o slogan do MPL, pregada no viaduto ao fundo, funciona como um ponto de referência para o movimento que se espacializa na rua, *atraindo* as lentes das câmeras que registram o acontecimento e, assim, impondo certa direção de sentidos à cena que ali tem lugar.

Essa direção de sentidos é determinada por um recorte do espaço urbano, produzido pelo gesto de captura da imagem e delimitado pelas posições dos fotógrafos em relação ao “pano de fundo” do slogan inscrito no viaduto. Nesse arranjo de corpos e posições de sujeitos (os fotógrafos, os manifestantes, a tropa de choque), o acontecimento (se) significa no espaço recortado pela fotografia.

A primeira coisa a ser notada é que, nas imagens 1 e 2, o slogan do MPL aparece com uma mudança em relação à sua formulação de base: a “cidade que vai parar” nesses casos não é qualquer cidade, mas São Paulo, “cidade cujo brasão diz ‘*non ducor duco*’ (‘não sou conduzido, conduzo’)” (BARBAI, 2013, p. 110). Esta é uma expressão representativa de como os sentidos de Estado se formulam no maior centro urbano do Brasil.

Temos, então, o enunciado “**Se a tarifa não baixar, São Paulo vai parar**”. Trata-se aqui de mais uma paráfrase de R1 (doravante P2R1), visualmente inscrita nas imagens 1 e 2.

É fundamental que nos atentemos à materialidade desse enunciado (P2R1), ou melhor, à forma material mediante a qual ele se formula. Trata-se de uma faixa preta, com as palavras inscritas em branco. Essa relação de cores também constitui a espessura semântica do dizer, ou seja, se elas estivessem em outra disposição (preto sobre fundo branco, ou branco sobre fundo vermelho, etc.), os efeitos de sentidos certamente seriam outros.

Lembramos aqui de Orlandi (1999), que apresenta como caso exemplar um recorte que guarda mais de uma semelhança com este que ora trabalhamos: uma faixa preta, com dizeres inscritos em branco, no contexto de uma manifestação de esquerda. Porém, as condições de produção são outras: o cenário é um *campus* universitário em época eleições, e “explicitamente, as posições em jogo nas eleições universitárias eram todas elas de esquerda” (op. cit., p. 29). No entanto, como observa a autora, “a faixa negra traz em si uma memória. Se a observarmos do ponto de vista da cromatografia política, o negro tem sido a cor do fascismo, dos conservadores, da direita em sua expressão política” (*idem*). Desta forma, o enunciado “vote sem medo”, pregado no *campus*, significa a partir de uma posição na história que relaciona sentidos de liberdade a sentidos de censura e repressão.

⁴² O espaço retratado se localiza na Av. 23 de Maio, próximo ao Vale do Anhangabaú, no centro de São Paulo.

Notamos ainda que o preto também é uma cor associada à *guerra* e ao *anarquismo*. Voltando então ao nosso recorte (P2R1), podemos prosseguir dizendo que a relação de sentidos constituída em torno do fundo preto também coloca em jogo um elemento visual comum entre as vestimentas características dos *black blocs* e as fardas das tropas de choque. Trata-se de dois modos diferentes de “textualização do corpo” (ORLANDI, 2004) que têm em comum a predominância da cor preta e produzem, de diferentes modos, efeitos de sentidos sobre um estado permanente de guerra. Desta forma, os *black blocs* e as tropas de choque, enquanto grupos (relativamente) organizados, representam dois opostos extremos da violência em movimentos de protesto que aos poucos (ou rapidamente) se tornam movimentos de massa. De um lado, os *black blocs* representam uma força anarquista, contrária ao Estado, enquanto as tropas de choque representam a força do próprio Estado. Todos esses efeitos estão simbolicamente inscritos no fundo preto sobre o qual o MPL inscreve sua reivindicação, como vemos nas imagens 1 e 2.

O ponto que consideramos central é que o MPL, ao formular seu slogan de tal forma, produz uma reivindicação de cunho político social(ista), mas o faz a partir de uma posição na história que (ideologicamente, inconscientemente) também convoca sentidos do anarquismo. E aí topa com a contradição e o equívoco. Isso é algo que buscaremos mostrar no decorrer deste capítulo.

Como nos explica Orlandi⁴³, outro aspecto que merece ser ressaltado é o fato de que esta situação de “guerra” que se observa em ambas as imagens (1 e 2) se dá a partir de movimentos que são essencialmente *urbanos*. Isso está marcado, na imagem 1, nos prédios que aparecem ao fundo, e na imagem 2, nos traços da avenida que antes era ocupada pelos manifestantes. Estes são elementos significativos em imagens que evocam sentidos de guerra a partir de conflitos e confrontos próprios à (des)organização das cidades, do espaço urbano. Nesse sentido, notamos um interessante efeito produzido pela disposição da tropa de choque. O que se tem ali é uma formação *de guerra*, também presente em condições de produção muito distintas como há duzentos ou dois mil anos atrás: corpos alinhados atrás de escudos, armas apontadas, joelhos flexionados. Mas, apesar do efeito metafórico, esta não é uma cena de guerra de tempos medievais e absolutistas, mas uma imagem de uma dita “democracia”, no século XXI. Trata-se uma guerra urbana, um confronto produzido a partir de um conflito essencialmente urbano: a mobilidade e a acessibilidade nas cidades. Portanto, as marcas do urbano são constitutivas dos (efeitos de) sentidos produzidos em/por ambas as imagens.

⁴³ Essas considerações da autora foram registradas durante o exame de qualificação desta pesquisa.

Na Imagem 1, dois elementos se articulam produzindo efeitos de evidência: 1) o *fogo* utilizado pelos manifestantes para bloquear as ruas e avenidas; e 2) a *bandeira com o slogan*, que identifica o MPL no centro daquelas manifestações. Produz-se, assim, o efeito de sentido do que Žižek denomina *violência subjetiva*, isto é, aquele tipo de violência *visível*, exercida ali por um agente *claramente identificável* (o MPL).

Já a presença da tropa de choque na Imagem 2, no mesmo espaço antes ocupado pelos manifestantes, representa o ponto em que a irrupção da *ordem* social esbarra nos limites da *organização* político-administrativa do espaço urbano: quando um protesto é interpretado como “violência”, o Estado intervém com o monopólio de seu uso “legitimado”. À medida que os manifestantes resistem, os espaços da cidade se tornam lugar de disputa e o protesto se reduz a um “confronto com as autoridades”. Nessas condições, fomenta-se um imaginário no interior do qual as práticas de protesto são tomadas não em relação ao *que* se reivindica, mas em relação a *como* se dá a reivindicação.

Nesse sentido, as duas imagens que apresentamos (1 e 2) ressaltam as marcas visíveis de violência produzidas no movimento de “parar a cidade” (fogo, barricadas, confronto com a tropa de choque), e *identificam tudo isso* ao discurso do MPL, cujo slogan aparece como “pano de fundo” em ambas as fotografias. Assim se reforça a ideia de que os protestos do MPL são manifestações violentas, frequentemente caracterizadas como “badernas”.

Por sua vez, os militantes rebatem esse tipo de acusação por meio de outros dois slogans, também recorrentes nas manifestações de junho de 2013: “*violência é a tarifa*” e “*3,20 é roubo*”. Chamaremos esses recortes de R2 e R3, respectivamente.

Aqui, vemos que os discursos sobre *a cidade* dão lugar a dizeres sobre a *violência* no espaço urbano. As ruas se tornam lugar de confronto entre gestos que (se) significam (uns aos outros) como gestos de violência, mas que de modo algum se confundem. Enquanto a violência atribuída ao MPL produz efeitos visíveis de “desordem” e “baderna”, a violência de Estado, que o movimento (d)enuncia, faz parte de uma “normalidade” obscura. Para usarmos os termos de Žižek (2008), a primeira é *subjetiva* (visível) e a segunda é *objetiva* (invisível).

De nossa parte convém destacar que, nos materiais que apresentamos, os sentidos da violência atribuída ao MPL são evidenciados pelo efeito de transparência das imagens 1 e 2, enquanto os sentidos da violência que o movimento atribui ao Estado se tornam obscurecidos na e pela linguagem, tal como é formulada nos slogans (R2 e R3). Ao passo que a violência do MPL aparece como “inegável” (pois aparece como “evidente” a partir do efeito de transparência da imagem), a violência da polícia e do Estado é *objeto de discussão* (silenciando-se na e pela opacidade da linguagem).

No entanto, não podemos nos esquecer de que o efeito de transparência produzido na e pela imagem é, em última análise, um efeito discursivo, pois, como afirma Pêcheux (1975), toda leitura de um texto é atravessada por discursos outros, produzidos independentemente daquilo que se lê (seja sob a forma da linguagem ou de imagens). Portanto, o caráter evidente dos sentidos de violência produzidos nas imagens 1 e 2 se constitui em uma discursividade que direciona os sentidos de como o espaço urbano pode (e deve) ser significado.

Neste caso, impõem-se sentidos ligados ao discurso da urbanização: na medida em que a rua é tomada como um lugar reservado (predominantemente) ao movimento de automóveis, a ocupação e o bloqueio de seu espaço por grupos de sujeitos significa como uma *invasão*, pois rompe (com) os limites que caracterizam a organização político-administrativa da cidade: no espaço onde deveriam estar os carros, estão sujeitos protestando contra um modelo urbano que privilegia o transporte individual em detrimento do coletivo. Essa discursividade também especifica o sentido do *fogo* que aparece nas imagens, particularizando seu efeito de violência. Não é um fogo *acidental* como o produzido por uma batida de carros, mas o fogo *incidental* de uma manifestação que visa “parar a cidade”. Ou, para dizermos de outro modo, não é um fogo que mobiliza o corpo de bombeiros, mas a *tropa de choque*.

As imagens 1 e 2, portanto, registram o acontecimento em um tipo de textualidade que dá sustentação ao discurso “politicamente correto”, que reduz o sentido de violência às suas *manifestações visíveis* (ŽIŽEK, 2008). A resposta do MPL, com os slogans que chamamos de R2 e R3, busca então enfatizar a violência invisível (pois tida como “normal”) das tarifas: “*violência é a tarifa*”, “*3,20 é roubo*”.

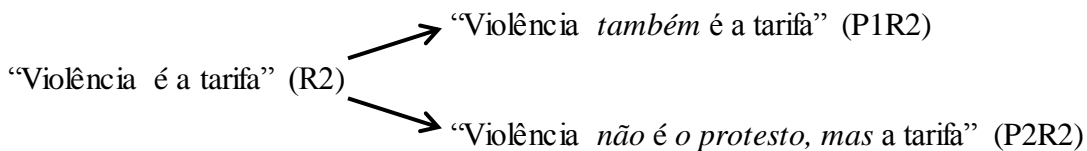
Em primeiro lugar, notamos que a aparição da palavra “violência” no início de R2 marca o enunciado como *réplica*, isto é, como um dizer que se reporta a um dizer anterior para retomar e deslocar certos efeitos de sentidos. No caso, há a contestação de um sentido pré-construído, que vinha sendo atribuído ao movimento: o de que os protestos não passavam de atos de vandalismo e violência injustificada⁴⁴. Ou seja, o que está pré-construído de R2 é que “o protesto é violento”. Esses sentidos de violência subjetiva (visível, atribuída ao MPL) são contestados face à ênfase em outro tipo de violência (esta objetiva): a tarifa paga pelo transporte público. A partir daí é que nos perguntamos: quais são os gestos de interpretação – lugar de funcionamento da ideologia (ORLANDI, 1996) – implicados no modo como essa contestação se formula?

⁴⁴ Esses sentidos pré-construídos reverberavam a partir de diferentes posições de autoridade. A esse respeito, destacamos o discurso do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

Isso pode ser apontado ao nos determos nos efeitos de sentidos produzidos pela palavra “violência” em cada caso. Partiremos da seguinte questão: trata-se de violência subjetiva ou objetiva?

No enunciado que trabalhamos como pré-construído (“o protesto é violento”), trata-se de violência subjetiva, visível, cujos agentes responsáveis são os manifestantes organizados em torno do MPL. Já no dizer dos manifestantes, que chamamos R2 (“violência é a tarifa”), trata-se de violência objetiva, invisível, “naturalizada” no interior da atual conjuntura. O pré-construído aponta para uma violência *evidente*, enquanto o dizer dos manifestantes significa (dá sentido) a um tipo de violência que se obscurece na opacidade das práticas sociais.

Então, para compreendermos melhor o funcionamento discursivo de R2, construímos duas paráfrases (P1R2 e P2R2):



Observe-se que essas duas paráfrases não se relacionam da mesma forma ao que está pré-construído em R2 (o entendimento de que “o protesto é violento”). Enquanto P1R2 sugere que *tanto a tarifa quanto o protesto são violência*, P2R2 dá a entender que *a real violência é a tarifa e não o protesto*. Novamente, nos deparamos aqui com a relação entre os sentidos de violência subjetiva e violência objetiva.

O efeito de sentido produzido em P1R2, ao alinhar os sentidos da violência atribuída aos manifestantes e os sentidos da violência da taxaço do transporte público, silencia uma distinção fundamental entre ambas: a primeira é uma forma de violência subjetiva, enquanto a segunda é objetiva. A palavra “também” coloca a violência dos manifestantes em uma relação de equivalência com a violência das tarifas, não deixando espaço de significação à diferença: a primeira é realizada por agentes claramente identificáveis e a segunda é sistêmica. Portanto, na formação discursiva em que se inscreve P1R2, há uma indistinção entre diferentes sentidos de violência. Como se a violência tivesse um sentido *único*.

Em P2R2 observamos um efeito diferente, uma vez que há aí a negação de um sentido em proveito da ênfase de outro. A negação dos efeitos de violência visível provocada nas e pelas manifestações serve ao argumento de que a tarifa é uma forma de violência ainda mais incisiva precisamente porque é “naturalizada”, invisível enquanto tal. Na formação discursiva de P2R2, há distinção entre diferentes sentidos de violência. Trabalha-se a *polissemia*.

Entre as duas paráfrases, a que mais se aproxima da formação discursiva em que se inscreve R2 é a segunda (P2R2), pois nela se dá espaço de significação à distinção entre as violências subjetiva e objetiva. No entanto, em termos de discurso, tanto os sentidos de P1R2 quanto os de P2R2 são constitutivos de R2, isto é, os sentidos produzidos nas duas paráfrases também fazem parte da constituição dos sentidos do enunciado de base. Ambas são leituras possíveis de R2.

Retornemos então ao recorte: “violência é a tarifa”. Com a abertura de sentidos a partir produzida nesta formulação, os manifestantes não se assumem como violentos, mas também não se negam como tais. Apontam, em vez disso, para a polissemia do termo “violência” para acusar o Estado que, ao organizar o espaço urbano, administra o político nas relações sociais: mais do que a manifestação de rua, violência é o *preço* que se paga pelo direito à mobilidade. Assim, o discurso dos manifestantes encontra na *violência do Estado* um argumento para justificar suas próprias ações como legítimas, sem assumir ou negar que sejam violentas.

Esses apontamentos nos conduzem a pensar a historicidade dos sentidos de violência em relação à constituição de movimentos sociais, sobretudo os de esquerda (como o MPL). Essa historicidade se reúne em torno de outra questão: *a violência é necessária para produzir transformação política e social?* Há muito essa pergunta divide intelectuais que se ocupam, nas ciências sociais, da relação entre teoria e política. De um lado, há pensadores como Fanon, que defendem a violência como indispensável a qualquer pretensão revolucionária⁴⁵. De outro, há perspectivas como a de Arendt (1970), que critica a “glorificação” da violência nos (e pelos) movimentos sociais de esquerda, sobretudo a partir dos anos 1960. No entanto, devemos salientar que o olhar “europeu” de Arendt se distingue fundamentalmente da compreensão desenvolvida por Fanon, que se deteve nas lutas pela independência da Argélia.

Como vimos, a constituição dos movimentos sociais de esquerda, na década de 1960, não se deu da mesma forma nos países do chamado “primeiro mundo” e “terceiro mundo”. Em maio de 1968, na França, a juventude “de esquerda” adotou a violência contra a polícia como uma forma (entre outras) de questionar as relações de poder estabelecidas dentro de um Estado democrático, ao passo que, no Brasil, a mesma juventude tinha na luta armada a única forma de questionar abertamente as relações de poder impostas em/por um Estado autoritário. São diferentes possibilidades de sentido que se produzem em relação às noções de violência, poder, resistência, revolta e revolução.

⁴⁵ Cf. Harvey (2014b).

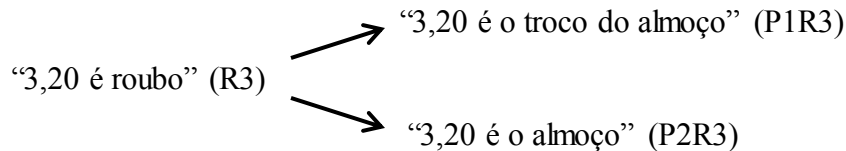
Há, segundo pensamos, uma *memória discursiva* que funciona na produção desses sentidos, ou seja, uma memória ao mesmo tempo histórica e estruturada pelo esquecimento, um efeito de (inter)discurso que determina (ideologicamente) o modo como a violência significa nesses movimentos. E é o funcionamento dessa memória (interdiscurso) que dirá em que medida a violência é ou não necessária para que se realize transformação política e social. Sentidos retornam, (re)emergem, vêm à tona.

Deste modo, quando os manifestantes do MPL afirmam que “*violência é a tarifa*”, sem assumir ou negar que seus atos sejam violentos, observamos o funcionamento de uma memória que remonta às ideologias de resistência contra a ditadura militar no Brasil, e segundo a qual há um grau de violência que é minimamente necessário e *justificado* contra certas imposições arbitrárias do Estado. Assim, seguindo as colocações de Benjamin (1921), podemos dizer que, ao mesmo tempo em que procuram “desmistificar” a violência do Estado, os manifestantes visam a afirmar sua própria violência como *divina*, ou seja, revolucionária: *violência não é o protesto* (que é justo), *mas a tarifa* (que é injusta). No entanto, como aponta Žižek (2008), a violência divina é “subjéctiva”, isto é, ela não será sempre interpretada como “justa”. Disso decorre que, em R2, o sentido de legitimidade que o MPL atribui à própria luta esbarra na polissemia da palavra violência: a tarifa é uma violência, mas o protesto também. A violência da tarifa é “injusta”, mas *legal*; a violência do protesto é “justa”, mas *ilegal*.

Tomando então R3 (“3,20 é roubo”) em relação a R2, a substituição do termo “tarifa” pela designação do preço (“R\$ 3,20”) faz os sentidos deslizarem, chegando a uma definição mais específica da violência “invisível” do Estado: “... *é roubo*”. O que é fundamentalmente diferente das formas de violência atribuídas ao MPL (desordem, vandalismo, depredação). Portanto, temos aqui uma proposição que “intervém como suporte do pensamento contido em outra proposição, e isso por meio de uma relação de implicação entre duas propriedades α e β (...) sob a forma ‘o que é α é β ’” (PÊCHEUX, 1975, p. 101-102). O dizer em R3 dá “suporte” ao que é dito em R2, produzindo assim um efeito de sustentação: *a tarifa é um roubo*.

Neste ponto, observamos que a especificação de um sentido aparentemente “vago” não é suficiente para dar conta das “dificuldades” que a linguagem aí impõe. Na própria tentativa de livrar-se da ambiguidade (no caso, da indistinção entre a violência objetiva das tarifas e a violência subjéctiva dos manifestantes), a contradição e o equívoco se instalam novamente, desta vez em torno da palavra “roubo”. Por trás da evidência do sentido de “ser roubado”, que, como diria Althusser, *qualquer um pode reconhecer por si mesmo*, está o fato de que esse roubo é institucionalizado, “naturalizado”, e não é sentido (percebido) da mesma maneira por todos que o reconhecem.

Para dizermos de outro modo: quanto mais baixa for a renda de um sujeito/indivíduo, mais violento será o sentido de se pagar uma tarifa de R\$ 3,20 para se locomover pela cidade. Apenas para elucidar nosso ponto de vista sobre o que precede, propomos abaixo duas paráfrases de R3 (P1R3 e P2R3):



Nessas duas paráfrases, vemos diferentes efeitos de sentidos para o “roubo” acusado em R3. Em ambas, o pagamento da tarifa de R\$ 3,20 é colocado como uma forma de violência: uma quantia que é “tomada” do sujeito em troca de sua locomoção. Por outro lado, a diferença, bastante evidente, é que em P1R3 o sujeito tem de abrir mão do troco que lhe sobra do almoço, enquanto em P2R3 o sujeito em questão precisa abrir mão do almoço em si. No primeiro caso *subtrai-se um excesso*, ao passo que no segundo *adiciona-se uma falta*. Portanto, embora os sujeitos constituídos em ambas as paráfrases possam se considerar “roubados”, os últimos são mais *violentados* do que os primeiros.

Em suma, quando os primeiros protestos do MPL em São Paulo, em junho de 2013, resultaram em confrontos violentos entre os manifestantes e a polícia, a própria noção de violência foi posta em questão. De um lado, imagens como as que apresentamos (1 e 2) tornavam “evidente” a violência atribuída aos manifestantes, classificada como *vandalismo*. De outro, os slogans utilizados pelo MPL como resposta (R2 e R3) especificavam a violência que o movimento atribui ao Estado como *roubo*. Sobretudo, é importante destacar que essas formas de violência não têm a mesma visibilidade: se a violência relacionada à tarifa é parte de uma “normalidade” produzida pela organização político-administrativa do espaço urbano, o assim chamado “vandalismo” dos manifestantes se apresenta como algo que perturba essa normalidade e desestabiliza a organização. A tarifa pode ser uma violência, mas é *consentida*. O “vandalismo” não.

Também é relevante notar que nos três slogans do MPL que analisamos (R1, R2 e R3) a questão da tarifa está sempre presente. Isso mostra que, no discurso do movimento, o gesto de ocupação das vias públicas é acompanhado de um dizer que busca relativizar a violência de “parar a cidade” ao expor o funcionamento de um sistema de transportes que verticaliza (hierarquiza) as condições de mobilidade dos sujeitos no espaço urbano. Essa perspectiva se condensa em outro slogan recorrente nos protestos do MPL: “*por uma vida sem catracas*”.

De todo modo, as cenas de ocupação das ruas se repetiriam nas semanas seguintes e a pauta dos protestos logo passaria a se *deslocar* em relação à agenda do MPL, centrada no direito à mobilidade. Foram nessas condições que começou a se desenhar a maior revolta popular no Brasil desde os movimentos “Diretas Já!” (1984-1985) e Caras Pintadas (1992).

CAPÍTULO V

REPRESSÃO POLICIAL E O DIREITO À MOBILIZAÇÃO

Antes de retomarmos nossas análises, há dois aspectos que gostaríamos de destacar sobre o que precede. O primeiro é que, dadas as relações de poder instituídas em um Estado capitalista e “democrático” como o Brasil (com um longo histórico de regimes autoritários), torna-se (ideologicamente) “necessária” uma postura agressiva para que um movimento social como o MPL ganhe *força* em reivindicações políticas que são ignoradas no e pelo jurídico. Além disso, é importante observar que o movimento não nega a sua própria violência, mas busca *tornar visível* a violência do Estado ao taxar a mobilidade dos sujeitos pela cidade. Porém, esse gesto de ocupação das ruas em manifestações de protesto, tomado como “desordem”, mobiliza outra forma de violência própria ao Estado, também “naturalizada”, mas desta vez bem visível: a *repressão policial*.

Na medida em que os manifestantes produzem *violência visível*, eles abrem precedente para que as relações de poder se imponham pela força. A polícia *pode* ser violenta, o policial *tem* a prerrogativa de usar violência explícita para conter violência explícita. Assim, o Estado não apenas adere ao jogo, mas entra em cena para assumir o seu controle. Isso é previsto pelos manifestantes, de acordo com as perspectivas estratégicas do MPL⁴⁶. No entanto, é importante ressaltar que o Estado não “adere ao jogo” como um sujeito. O Estado não é um sujeito, mas uma instituição, e enquanto tal funciona mediante uma estrutura organizada (e hierarquizada) de posições-sujeito. Essas posições (de sujeitos inscritos em lugares institucionais, onde “representam” o Estado) produziam outros sentidos em relação ao protesto, o que procuramos compreender ao longo das análises que apresentamos neste capítulo.

As primeiras manifestações do MPL em São Paulo em junho de 2013 geraram reações mistas entre a população: de um lado, a exaltação de quem se somava ao movimento nas ruas; de outro, o incômodo de quem ficou algumas horas parado no trânsito bloqueado; de um lado, o apoio de grupos independentes que realizaram protestos simultâneos em diferentes regiões da cidade, dificultando a reação da polícia; de outro, a indignação de sujeitos em posições de autoridade, que não apenas criticavam, mas condenavam e criminalizavam o movimento (JUDENSNEIDER [et. al.], 2013). Desta forma, o próprio espaço dessas manifestações de protesto se apresentava como um lugar de conflito entre a organização político-administrativa e a ordem histórico-social da cidade. Manifestações de um antagonismo tipicamente urbano.

⁴⁶ Cf. último parágrafo do Anexo B.

No dia 6 de junho, após o “primeiro grande ato” do MPL, o comandante da operação policial disse que “essas pessoas não estão a fim de se manifestar, mas sim de fazer baderna” (op. cit., p. 31). A mesma direção foi adotada pelos grandes veículos da imprensa paulistana, que utilizaram termos como “vandalismo”, “deprecação” e “caos” para descrever o protesto em suas manchetes (*ibidem*, p. 32) no dia seguinte.

Na noite de 07 de junho, durante o “segundo grande ato” do MPL, um promotor de São Paulo postou o seguinte texto em sua página pessoal do Facebook.

Estou há 2 horas tentando voltar para casa mas tem um bando de bugios revoltados parando a avenida Faria Lima e a Marginal Pinheiros.
 Por favor, alguém poderia avisar a Tropa de Choque que essa região faz parte do meu Tribunal do Júri e que se eles matarem esses filhos da puta eu arquivarei o inquérito policial.
 Petista de merda. Filhos da puta. Vão fazer protesto na puta que os pariu...
 Que saudades da época em que esse tipo de coisa era resolvida com borrachada nas costas dos medras ...⁴⁷.

Já de início chama à atenção a hostilidade que atravessa todo o dizer do promotor, marcada nos xingamentos e no ensejo de que a tropa de choque *matasse* os manifestantes, com a promessa de impunidade caso isso de fato ocorresse. O texto como um todo é bastante forte, mas em diferentes trechos encontramos marcas das formações imaginárias, que nos dão indícios mais precisos do discurso do sujeito e do sujeito do discurso.

Sigamos então por partes.

Primeiramente, temos acesso à imagem que o promotor faz do lugar dos manifestantes que protestavam nas ruas: “*um bando de bugios revoltados*”. Não um “bando de revoltados”, mas *bugios*. A aparição deste termo marca a posição do sujeito-promotor em uma relação de antagonismo com os manifestantes e, ao mesmo tempo, marca também um ponto em que o dizer crítico aos protestos é atravessado pelo discurso do preconceito étnico-social, que (des)qualifica as manifestações como “selvageria” e os manifestantes como “selvagens” inaptos à civilidade e ao convívio social.

Na sequência, vemos a imagem que o promotor faz de seu próprio lugar: “essa região faz parte do *meu Tribunal do Júri*”; “se eles matarem esses filhos da puta *eu arquivarei o inquérito policial*”. Esses são dizeres que se reportam às relações de força (ORLANDI, 1999) na produção do sentido, isto é, o sujeito aqui *se vale* de seu lugar social de promotor para produzir um efeito de “legitimidade” ao absurdo de seu pedido (o massacre de manifestantes).

⁴⁷ Uma cópia de tela (*printscreen*) da postagem no Facebook (deletada após a repercussão do texto) consta no Anexo D.

O sujeito parece “se esquecer” de que a autoridade de um promotor é construída no interior de determinadas práticas sociais, e não algo que ele carrega como uma “posse” pessoal. Ou seja, ele falou como se estivesse na posição de promotor, mas a partir de outro lugar: o de usuário de uma rede social, que não lhe confere o poder ostentado em suas palavras. Por outro lado, também não podemos considerar que esse é apenas uma “fala de promotor” fora de contexto, pois se trata de uma linguagem que ele dificilmente usaria perante um juiz, em um tribunal. Portanto, dois discursos aí se atravessam: um discurso persecutório formal, característico das promotorias jurídicas, e um discurso persecutório informal, próprio às redes sociais⁴⁸.

Ao final do texto, observamos ainda que a formulação “petista de merda” traz indícios de que a indignação do promotor não se dirigia apenas aos grupos de sujeitos que bloqueavam o trânsito, mas ao fato de que aquela era uma manifestação tipicamente de esquerda, tradicionalmente associada à *oposição*, mas que naquele momento representava a *situação* no interior do jogo político. Ao usar a palavra “petista”, no singular, a quem o promotor se refere? Dilma Rousseff? Fernando Haddad? O MPL?

Independentemente de quais fossem as intenções do promotor ao formular o seu dizer, sabemos que *o funcionamento ideologia se materializa no gesto de interpretação do sujeito* (ORLANDI, 1996), isto é, na constituição dos sentidos que se formulam a partir desse gesto. Neste caso, a associação de todo e qualquer movimento “de esquerda” ao termo “petista” se inscreve na formação discursiva *oposta*, isto é, crítica ao atual governo e alinhada “à direita”. O gesto do promotor se inscreve em um jogo discursivo baseado em duas generalizações, que sintetizam a disputa pelo poder do Estado no Brasil nas últimas duas décadas: de um lado, o “petismo de esquerda”; do outro, o “tucanismo de direita”.

Como já mencionamos, o MPL acolhe militantes de diferentes partidos de esquerda, mas se define como *apartidário*, isto é, ele não “toma partido” nesse jogo. Sua única ambição política é uma ambição prática, voltada para o social: *o passe livre*. É um discurso à esquerda (inclusive da “situação”). Assim, na medida em que o “desabafo” do promotor se inscreve em uma formação discursiva que podemos chamar “de direita” (ou “à direita”), ele traz marcas da ideologia (neo)liberal, como a ênfase exacerbada nas liberdades individuais e a primazia do privado sobre o público (“*meu Tribunal do Júri*”, “*eu arquivarei o inquérito policial*”).

⁴⁸ Esse discurso é comum ao que vem sendo chamado de *linchamento virtual*: a difamação e a desmoralização de indivíduos na internet, sobretudo em redes sociais. Ironicamente (ou não), foi exatamente o que aconteceu com o promotor de justiça em questão.

Não obstante as incitações ao crime, o depoimento pessoal do promotor foi elogiado em alguns comentários em sua página pessoal no Facebook⁴⁹, e a criminalização dos protestos continuou a encontrar eco entre as ditas “figuras de autoridade”. Ainda no dia 07 de junho, o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, deu a seguinte declaração:

Isso não é manifestação, é vandalismo. Por isso você tem que tratar como tal: vandalismo. Não é possível aceitar depredação do patrimônio público e prejuízo para a população. (...) Não é aceitável o que foi feito. É uma atitude totalmente absurda e a polícia tem de agir. A polícia não pode se omitir. (In: JUDENSNAIDER [et. al.], 2013, p. 34).

As acusações de *depredação* nos protestos ganharam força após a divulgação de uma nota do Metrô de SP, que estimava em 73 mil reais o prejuízo causado pelas manifestações do dia anterior. Como resposta, os manifestantes publicaram um cálculo onde mostravam, ironicamente, que o Metrô arrecada esse valor em apenas 4 minutos e meio de funcionamento (*idem*, p. 35). Com a disseminação das manifestações, a discussão sobre as suas *causas* dava lugar a polêmicas sobre os seus *efeitos*.

Por seu lado, a prefeitura de Fernando Haddad buscou contato com o movimento, convidando alguns representantes para um “diálogo informal”, que foi prontamente rejeitado na medida em que os manifestantes queriam “não uma interlocução entre cidadãos, mas entre movimento social e governo municipal” (*ibidem*, p. 36). Em outras palavras, o MPL almejava que seus atos fossem reconhecidos como politicamente legítimos, e não como o “vandalismo” despropositado que se anunciava na imprensa e no posicionamento das “autoridades”. Essa postura foi tomada pela prefeitura como um gesto de intransigência e indisposição ao debate (*ibidem*, p. 51).

No dia em que o MPL realizou seu “terceiro grande ato”, 11 de junho (terça-feira), Geraldo Alckmin e Fernando Haddad estavam em Paris a fim de promover a candidatura de São Paulo para sediar a Exposição Mundial de 2020. Na ausência de ambos, o número de manifestantes nas ruas da cidade triplicou (chegando a 15 mil pessoas), em grande parte, pensamos, devido à exposição que os dois primeiros atos tiveram na mídia e nas redes sociais durante o fim de semana, onde repercutiram diferentemente. Enquanto a imprensa noticiava a violência dos manifestantes (*vandalismo, depredação*), Facebook e Twitter eram inundados com diversos relatos e imagens denunciando a violência policial (*abuso de poder, agressão*). Voltaremos a isso mais à frente.

⁴⁹ Cf. Anexo D. Apesar dos comentários elogiando a postura do promotor, o depoimento teve uma grande repercussão negativa, o que o levou a apagar a postagem e pedir desculpas publicamente. Ainda assim, três dias depois ele se tornou alvo de inquéritos por parte do MP-SP e da Universidade Mackenzie, onde lecionava.

Por ora, diremos apenas que enquanto o MPL se esforçava para expor uma violência *invisível* do Estado (a tarifa, com seus reajustes periódicos), o próprio Estado respondeu com um tipo de violência *visível* (a repressão militarizada). Portanto, independentemente do impacto da campanha de “conscientização” sobre as tarifas, a violenta resposta da polícia produziu o efeito de levar mais gente às ruas, o que por um lado fortaleceu o movimento, mas ao mesmo tempo produziu nele um efeito de dispersão. Isto é, os dois mil manifestantes no “primeiro grande ato” do MPL na quinta-feira (06 de junho) consistiam em grupos espalhados por diferentes bairros da cidade, mas todos seguiam basicamente o mesmo *modus operandi*: ocupar as ruas e avenidas, protestar contra as tarifas, queimar catracas simbólicas de papelão, enfim, atrair as atenções para os problemas de mobilidade urbana.

No entanto, segundo Judensnaider ([et.al.] 2013, p. 37-38), já no dia seguinte, quando ocorreu o “segundo grande ato” (sexta-feira, 07 de junho), entre os 5 mil manifestantes havia militantes *Black Bloc* e outros grupos (em geral, anarquistas) que não necessariamente agiam de acordo com a agenda do MPL, embora estivessem ali para demonstrar apoio na luta contra um mesmo adversário: a polícia. Portanto, as intervenções da PM e da tropa de choque não apenas não contiveram as manifestações contra o aumento das tarifas, como, pelo contrário, elas *fomentaram mais protestos*.

Assim, no “terceiro grande ato” pela revogação do aumento, os 15 mil manifestantes que tomaram as ruas de São Paulo constituíam um grupo ainda mais heterogêneo de sujeitos. Na medida em que os protestos se disseminavam, a ocupação das ruas “escapava ao controle” do MPL, que já é em si um movimento descentralizado de coletivos relativamente autônomos. Tomemos o seguinte fragmento do relato de Judensnaider (et. al.):

Por toda a noite, as ondas de repressão policial motivam depredações, pichações e queima de sacos de lixo. Além de estações do metrô e agências bancárias, é depredada a sede do Partido dos Trabalhadores. Apesar da tentativa de militantes do MPL de impedir o ataque, o prédio tem seus vidros quebrados e o muro pichado. O movimento liga imediatamente para lideranças do partido para se desculpar por não ter conseguido conter os manifestantes. (op. cit., 2013, p. 63).

Em suma, a escalada de violência que sucedeu aos “grandes atos” organizados pelo MPL não era algo que estava nos planos do movimento, mas foi considerada “inevitável” após a repressão policial. Segundo um texto publicado no site tarifazero.org, em 12 de junho, “a revolta foi estimulada de fora para dentro, por aqueles que têm o monopólio da violência e brinquedinhos capazes de realizar essa violência, contra outros que não podem fazer mais nada além de quebrar vidraças e lixeiras” (*idem*, p. 67). Nesse ponto de vista, a violência dos manifestantes foi apenas uma reação de defesa contra os ataques da polícia.

De todo modo, o pedido de desculpas do MPL ao PT reforçava o entendimento de que as manifestações estavam passando dos limites, isto é, estavam se tornando *violentas demais*. Neste ponto, a questão que se colocava era: “quem começou?”. Os relatos e as imagens que circulavam na imprensa e nas redes sociais possibilitavam diferentes gestos de interpretação. Vejamos um caso interessante.

Naquela mesma noite (11 de junho), o fotógrafo Victor “Drago” Dragonetti Tavares, do coletivo SelvaSP, registrou uma cena que teria grande repercussão a partir do dia seguinte: em frente ao Tribunal de Justiça de São Paulo, um policial ferido, com o rosto ensanguentado, imobiliza um manifestante enquanto aponta sua arma em direção à câmera.



Imagem 3: Postagem do Coletivo SelvaSP (Fonte: www.facebook.com/selvasaopaulo)

A fotografia, postada na página do SelvaSP no Facebook, na noite de 12 de junho, trazia marcas da violência da polícia e dos manifestantes. Essas marcas se textualizam no corpo do policial, que aparece ao mesmo tempo como *agressor* e como *agredido*. Ou seja, essa mesma imagem produz simultaneamente efeitos de sentidos contraditórios, ancorados em diferentes *efeitos de evidência*: de um lado, a violência do policial, que se ajoelha sobre um manifestante deitado no chão, apontando sua arma para o fotógrafo; de outro, a violência dos próprios manifestantes, da qual resulta o ferimento que sangra no rosto do policial. Assim, cabe interrogar: o gesto do policial é de *ataque* ou de *defesa*? Poderia haver um meio-termo?

Eis o choque entre o simbólico e o político: a injunção à interpretação (trabalho da ideologia) já se impõe no próprio gesto de descrever a foto.

Segundo o texto que acompanha a imagem, “*os protestos vão muito além de R\$ 0,20*”. Há aí um deslocamento interessante em relação ao discurso do MPL, que sempre manteve uma insistente ênfase nas tarifas. Porém, é um dizer que se mostra solidário ao movimento: “*os meninos estão fazendo a parte deles pacificamente (...) e motivos pra raiva não faltam*”. Essas palavras, ao lado da fotografia, colocam o policial na posição de *vilão*.

No dia 12 de junho, quando a fotografia foi postada, a imprensa cobriu os protestos em um noticiário que destacava os fatos de violência desencadeados pelos atos dos manifestantes. A manchete da Folha de São Paulo dizia: “Contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista”. Já na primeira página d’O Estado de São Paulo, lia-se: “Maior protesto contra tarifa tem bombas e depredação”. Além disso, as capas dos dois jornais tinham o fogo como uma imagem recorrente⁵⁰: fogo em sacos de lixo; fogo no meio das ruas; fogo em um ônibus, incendiado por manifestantes; e fogo, também, nos disparos da tropa de choque. Em ambos, as imagens de *fogo* apareciam relacionadas às manifestações *contra a tarifa*, de modo que a responsabilidade pela violência nos protestos recaísse apenas sobre o MPL.

Essa versão sobre os eventos ganhou eco entre as ditas “autoridades” na quarta-feira (dia 12), embora não houvesse manifestações previstas para aquele dia. A cena do policial ferido diante do Tribunal de Justiça de São Paulo, fotografada por Victor Drago, foi noticiada na *Folha*, a partir do relato de um repórter que estava no local. Segundo ele, o policial foi atacado por um grupo de dez sujeitos “mais radicais” após tentar prender um manifestante que pichava as paredes do prédio da Justiça, e foi repudiado inclusive por integrantes do MPL⁵¹.

O governador Geraldo Alckmin, que havia elogiado a postura “firme e prudente” do policial “covardemente agredido” em declaração publicada pela *Folha* (JUDENSNAIDER [et. al.], 2013, p. 71), postou em sua conta no Twitter a seguinte mensagem: “Estranho um movimento que se diz a favor do transporte coletivo destruir ônibus e estação de metrô. Não é direito de expressão, é vandalismo⁵²”.

Em entrevista⁵³, o prefeito Fernando Haddad condenou a “violência gratuita” de “grupos minoritários”, mas não eximiu o MPL da responsabilidade pelos casos de violência e rechaçou abrir um diálogo com o movimento: “É fácil lavar as mãos depois que aconteceu.

⁵⁰ As capas dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo em 12/06/2013 constam no Anexo E.

⁵¹ Cf. <http://folha.com/no1293688>. O relato do repórter da Folha (Giba Bergamim Junior) está no Anexo F.

⁵² Cf. https://twitter.com/geraldoalckmin_/status/344920046772047872.

⁵³ Cf. <http://glo.bo/13XsOcY>.

Você promove um movimento e não tem capacidade de liderança e aí lava as mãos. Isso não é próprio da democracia. Democracia é assumir responsabilidades”.

Esta é uma declaração significativa, sobretudo diante do que já apontamos na seção anterior: a exposição das manifestações (e dos manifestantes) à contradição e ao equívoco, na medida em que o discurso do MPL, de cunho socialista, é atravessado pela discursividade do anarquismo. Isso, é importante enfatizar, não é algo que acontece de forma consciente. Não está nas intenções dos sujeitos, mas em processos ideológicos que produzem efeitos no corpo social dentro de uma determinada conjuntura. A relação com o Estado não é a mesma segundo o socialismo e o anarquismo. Mas há, neste caso, uma relação de identificação entre manifestantes socialistas e anarquistas quanto ao fato de que ambos têm a polícia como um “outro” comum. E isso porque nas condições de produção dos protestos o Estado é representado pelas polícias e, assim, os sentidos a ele associados são sentidos de autoritarismo, despreparo e violência. Assim, as ações de anarquistas (como os *Black Blocs*) ajudam a assegurar espaço para as manifestações de caráter socialista (como as do MPL), ao passo que estas também ajudam aquelas ao mobilizar multidões onde os anarquistas podem se dispersar com maior facilidade. Ao servirem de palco para manifestações de protesto, as ruas se tornam um espaço que aproxima diferentes posições da esquerda no interior dos movimentos sociais, e as afasta das posições de esquerda no interior do Estado.

No entanto, esse atravessamento de diferentes discursos da esquerda é também o que permite ao prefeito paulistano Fernando Haddad, ele mesmo em uma posição “de esquerda”, responsabilizar o MPL pelas ações de anarquistas para então acusar o movimento de ser “antidemocrático”. A própria organização horizontal e a ausência de figuras de liderança, que evocam no funcionamento interno do MPL sentidos de “democracia”, são utilizadas pelo prefeito como argumento: “*você promove um movimento e não tem capacidade de liderança e aí lava as mãos*”. Neste ponto, é imprescindível reiterar: as relações de identificação que apontamos entre socialistas e anarquistas não acontecem de propósito, mas resultam do modo como o político funciona no discurso da própria “esquerda”, dividindo-a.

Portanto, no discurso das “autoridades” políticas o MPL é considerado *responsável* pelos fatos de violência ocorridos nas manifestações contra o aumento das tarifas, o que foi reforçado pela grande imprensa. Nessas condições, a fotografia do policial “acuado” (re)aparece na capa da Folha de São Paulo em 13 de junho de 2013.

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 92 • QUINTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2013 • Nº 30.752

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 01H52 • R\$ 3,00

RECEBA HOJE

GUIA DA COPA DAS CONFEDERAÇÕES

Confira as sedes e a tabela do torneio que começa sábado

+ Perfil das oito seleções

NÚMEROS DO PROTESTO

- 87 ônibus depredados
- 8 policiais militares feridos
- 30 manifestantes feridos
- 19 detidos, dos quais 6 já foram soltos

Mantega recua e zera imposto para segurar a alta do dólar

Dois dias depois de afirmar à *Folha* que não pretendia retirar o IOF (imposto sobre Operações Financeiras) de operações com dólar no mercado futuro, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou que a alíquota de 1% deixará de existir. O objetivo é atrair mais dólares ao país e segurar a escalada da moeda americana, que ontem subiu para R\$ 2,149, a maior cotação em quatro anos. **Mantega 81**

Dilma Rousseff vê pessimismo em críticos do governo

Em um momento de queda de popularidade, a presidente Dilma acusou os críticos de serem como o "velho Bostelo", personagem do poeta português Luís de Camões e símbolo do pessimismo. Segundo ela, o "velho do Bostelo" não terá a última palavra no Brasil". **Poder 44**

Gov. de SP diz que será mais duro contra vandalismo

Polícia acionará Tropa de Choque em ato hoje, e Alckmin cobrará manifestantes por prejuízos



► **INCUBIDORAS** Ferido, policial militar Wanderlei Vignoli agarra militante e aponta arma a manifestantes para evitar que fosse linchado no protesto de ontem em SP; um dia depois, ele disse que teve medo de morrer ao ser cercado. **Colômbio 1 C2**

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) chamou de "baderneiros" e "vândalos" os manifestantes que incendiaram ônibus em protesto ontem, no centro de São Paulo, contra o aumento das tarifas de transporte.

"A polícia vai responsabilizar e exigir o ressarcimento de patrimônio destruído, seja público ou privado. Isso é absoluta violência, vandalismo, baderna e é inaceitável", afirmou Alckmin. Ele está em Paris com o prefeito Fernando Haddad (PT), que também condenou a violência durante a manifestação.

O ato deixou um rastro de destruição na cidade. Ao menos 87 ônibus foram danificados, vidros de lojas e bancas, quebrados, e estações de metrô, depredadas.

Novo protesto está marcado para hoje, às 17h, em frente ao Teatro Municipal.

A Polícia Militar diz que será mais dura na repressão a atos de vandalismo e que não tolerará nem casos isolados. A Tropa de Choque seguirá a manifestação.

Após reunião com líderes dos protestos, o Ministério Público diz que levará a Haddad e Alckmin proposta de suspensão por 45 dias da tarifa de R\$ 1,20. **Colômbio 1 C1**

guerra dos PINGUINS

Manifestantes contra o governo turco têm usado imagem de pinguim nos protestos. No primeiro dia, em vez de emitir imagens da repressão policial, a CNN nunca veiculou filme sobre as aves, enfurecendo ativistas. Em protesto, TV opositora cortou a transmissão do discurso do premiê para evitar imagens dos animais. **Mundo 420**

poder 434

Câmara rejeita nova divisão de recursos para os Estados

CIÊNCIA
Em 2014, sonda espacial pousará em cometa pela primeira vez **146 7**



TURISMO
Dunas e lagoas rendem cenário exclusivo a Lençóis Maranhenses **41**

CONTARDO CALLIGARIS
Estranho não é transar na escada, mas sim transar sempre na cama **134**

Delator de esquema de espionagem diz querer ser julgado em Hong Kong
Mundo 428

RODÍZIO **Colômbio 2 pág. 2**
Não devoto de futebol, cantor viveu glórias no futebol **7 8**

EDITORIAIS **Opinão 42**
Leta "Retomar a Paulista", a respeito de protestos abusivos, e "Tribunal em causa própria", acerca de emenda constitucional que cria quatro TRFs.

200.000 exemplares impressos + digitais

ATMOSFERA **Colômbio 2 pág. 2**
Sei entre os meus na capital paulista. **Mundo 434** **Relato 52C**

FALE COM A FOLHA
Seja como entrar em contato com o serviço de atendimento ao leitor e a publicidade. **161 20000000**, 011

COMPRA CERTA 2013
CAR-DRIVER

FAÇA A COMPRA CERTA.
i30
VENCEDOR DO PRÊMIO COMPRA CERTA DA REVISTA CAR AND DRIVER.

HYUNDAI

VEJA MAIS NA PÁGINA 5.

Imagem 4: Capa do jornal Folha de São Paulo (13/06/2013)

Os dizeres que acompanham a fotografia na Imagem 4 vão na direção oposta dos que aparecem na Imagem 3 (“*os meninos estão fazendo a parte deles pacificamente*”). Segundo a principal manchete do jornal, o “governo de SP diz que será mais duro contra o vandalismo” (e a imagem do policial “acuado”, logo abaixo, aparece como uma silenciosa justificativa). Indo além, a legenda da foto descreve a situação: “ferido, policial militar Wanderlei Vignoli agarra militante e aponta arma a manifestantes para evitar que fosse linchado no protesto de anteontem em SP; um dia depois, ele disse que teve medo de morrer ao ser cercado”.

Podemos observar que a mesma fotografia produz diferentes efeitos de sentidos nas condições de produção de uma postagem no Facebook e da versão digital(izada) da capa da Folha de SP. São diferentes *formas materiais* (ORLANDI, 1996) onde imagem e linguagem se imbricam de modo que o *efeito leitor* (ORLANDI, 1988) se realize de maneiras distintas: na postagem no Facebook, a imagem aparece em destaque e o texto verbal em segundo plano; na capa da *Folha*, a imagem aparece editada e sob uma manchete (escrita em letras garrafais) que já imprime certa direção à leitura, e esse efeito é reforçado pela legenda da foto.

Aqui, nossa reflexão encontra em Barthes⁵⁴ (1977) uma discussão teórica interessante. Em seu texto “A retórica da imagem”, o autor concebe dois modos de relação entre elementos verbais (próprios à língua) e visuais (próprios à imagem): 1) a *ancoragem*, onde o texto verbal direciona a leitura de um sentido “literal” para o que pode ser *descrito ou identificado* na imagem; e 2) o *revezamento*, onde há uma relação de complementaridade simbólica entre os elementos linguísticos e os visuais, trabalhando (n)os “limites” dos sentidos que podem ser *interpretados* na imagem. Ou seja, se de um lado a ancoragem implica a fixação e o controle de um *sentido unívoco* na relação entre língua e imagem, o revezamento está ligado a uma abertura e a um movimento de diferentes *sentidos possíveis* a partir dessa mesma relação.

No entanto, como lembra Orlandi (1995), a abordagem de Barthes partia da hipótese de que a interpretação da imagem sempre passa pela palavra, ou, como coloca a autora, de que “todo sistema de signos repassa-se de linguagem (verbal)” (op. cit., p. 36). Esta é uma posição rejeitada do ponto de vista da análise de discurso, que “restitui ao fato de linguagem sua complexidade e multiplicidade (aceita a existência de diferentes linguagens)” (*ibidem*, p. 35). A ancoragem, portanto, não implica a primazia do verbal sobre outras formas de linguagem. Pelo contrário, a concepção dessa primazia seria, segundo Orlandi, um efeito ideológico que tampona (não deixa ver) a incompletude como algo inerente a toda forma linguagem.

⁵⁴ Quanto às considerações relacionadas ao trabalho de R. Barthes, gostaríamos de agradecer aos apontamentos feitos pela professora Mirian dos Santos em nosso exame de qualificação.

Aliás, é interessante notar o modo como Barthes relaciona certa noção de ideologia ao mecanismo de ancoragem:

(...) the anchorage may be ideological and indeed this is its principal function; the text directs through the signifieds of the image (...). With respect to the liberty of the signifieds of the image, the text has thus a repressive value and we can see that it is at this level that the morality and ideology of a society are above all invested⁵⁵. (op. cit., p. 157).

Se, para Barthes, a ancoragem (o direcionamento da leitura da imagem por um texto verbal) “pode ser” ideológica, de nossa parte nos apoiamos nas considerações de Orlandi para compreender esses efeitos do verbal sobre o não verbal (e o imagético) como um fenômeno *necessariamente* ideológico, produzido pela ilusão de completude da/na linguagem verbal. Assim, não pensamos que a ancoragem “tem uma função ideológica”, mas que ela representa um *funcionamento ideológico* por meio do qual o discurso se materializa na relação entre língua e imagem produzindo efeitos de evidência, como vimos na capa da Folha de SP.

Voltando então à imagem do policial agressor/agredido, que apresentamos imbricada em diferentes materialidades nas imagens 3 e 4 (uma página do Facebook e a capa da *Folha*, respectivamente), consideremos agora apenas a fotografia em si.



Imagem 5: Victor Dragonetti Tavares (11/06/2013)

⁵⁵ “(...) a ancoragem pode ser ideológica e, de fato, essa é a sua principal função; o texto *direciona* através dos significados da imagem (...). Quanto à liberdade dos significados da imagem, o texto tem, assim, um valor *repressivo* e podemos ver que é neste nível que a moralidade e a ideologia de uma sociedade são acima de tudo investidas” (tradução nossa).

Considerando então a Imagem 5, que contém apenas a fotografia, podemos nos concentrar nos efeitos de sentido produzidos especificamente na e pela imagem. Há traços de pós-produção digital, sobretudo, no realce das sombras. Os cantos escurecidos produzem o efeito de concentrar a luz no centro da imagem, como se um holofote iluminasse os sujeitos ali retratados. Além disso, há ainda um tratamento mais refinado de realce dos contrastes e também dos contornos das formas (isto é, dos objetos e sujeitos capturados na foto), conferindo certa *textura* à imagem.

Quanto ao enquadramento em si, há um efeito relevante produzido pela posição do sujeito fotógrafo: ao mesmo tempo em que ele captura frontalmente os “sujeitos solitários⁵⁶”, o ângulo de sua posição em relação ao prédio produz um efeito de *profundidade*. E esse efeito permite questionar o relato do repórter da *Folha*, segundo o qual o policial estava “prestes a ser linchado”. A fotografia em si não dá a ver de onde veio o ferimento na cabeça do policial, mas apenas um manifestante desarmado sendo imobilizado por um policial armado.

Outro aspecto relevante do enquadramento é o fato de que a cabeça do policial está perfeitamente centralizada pelo gesto do fotógrafo (como se pode notar nas imagens 3 e 5), mas não na capa da Folha de SP (imagem 4), onde a imagem aparece *cortada* e os efeitos de realce das sombras são substituídos por uma tonalidade mais clara. Isso diminui o efeito de profundidade produzido pelo gesto do fotógrafo e, assim, reforça a versão dada pelo jornal para o acontecimento (o suposto iminente linchamento do policial e o seu “gesto de defesa” diante dos manifestantes).

Portanto, nas imagens 3 e 4 há diferentes textos verbais associados a uma fotografia, mas também diferentes versões dessa mesma fotografia. E não são apenas diferentes textos, mas, sobretudo, diferentes formas materiais verbais (de mídia impressa e de mídia digital), que apresentam diferentes relações de sentidos com versões de uma mesma imagem.

Se considerarmos que na Imagem 5 a ênfase recai sobre a *violência do policial*, podemos notar que o texto presente na Imagem 3 não direciona, mas *complementa* os sentidos produzidos pela fotografia em si, ou seja, há aí um mecanismo de revezamento que trabalha (n)os limites desses sentidos. Por outro lado, o texto que aparece na Imagem 4, junto à foto cortada, este sim *direciona* os sentidos produzidos pela imagem, de modo que a ênfase recaia sobre a *violência dos manifestantes* (o que não está tão evidente na fotografia por si só).

⁵⁶ Agradecemos aqui novamente à professora Mirian, que chamou à atenção a *solidão* dos sujeitos na imagem.

Quando a fotografia é postada na página do coletivo SelvaSP no Facebook, ela é acompanhada de um dizer que aparece como *acessório* e coloca o policial na posição de *vilão*. Já na capa da *Folha*, ela é “subordinada” a um dizer que aparece como *essencial*, e coloca o policial na posição de *vítima*. São diferentes *relações de sentidos* (ORLANDI, 1999a) que se estabelecem entre a imagem e a linguagem, mas também diferentes *relações de força* (*idem*): na Imagem 3, temos a página de um coletivo independente de indivíduos em uma rede social; na Imagem 4, a primeira página do jornal de maior circulação do país. Na capa da *Folha*, os efeitos de sentidos da fotografia não apenas são direcionados por um dizer (o da manchete), mas por um dizer tem o peso institucional de um gigante da comunicação/imprensa/mídia. E, no caso em questão, o respaldo das autoridades municipais e estaduais.

Essa postura contrária às manifestações foi endossada na quinta-feira (13 de junho) pelos editoriais dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*. A expectativa para o “quarto grande ato” contra o aumento das tarifas, marcado para o final da tarde, era de mais tensão e violência. Nesse cenário, os dois maiores jornais da cidade de São Paulo publicaram, em suas seções opinativas, artigos que urgiam a polícia a assumir o controle das ruas, que havia sido tomado por “vândalos” e “baderneiros”. Ambos os textos vinham sem assinatura, mas com o carimbo das respectivas instituições, e adotavam uma posição enunciativa a partir da qual falavam (supostamente) em nome de “toda a população”, usando como argumento os “fatos” noticiados nos dias anteriores pelos próprios jornais.

O texto publicado na *Folha*, intitulado “Retomar a Paulista⁵⁷”, começava enumerando os casos de violência (as pessoas feridas, os ônibus danificados, os prejuízos do metrô, os “milhões de paulistanos reféns do trânsito⁵⁸”) para então afirmar que as reivindicações pela revogação do aumento eram apenas “*pretexto*, e dos mais vis”, para que “*jovens predispostos à violência*” pudessem “*tirar proveito* da compreensível irritação geral” com os sistemas de transporte coletivo. Ou seja, embora se reconheça que há problemas no transporte público, não se confere legitimidade às manifestações do MPL, tomadas como gestos que visam a produzir apenas *violência e desordem*.

Nesse dizer, os sujeitos que se manifestam contra as tarifas e aqueles que protestam contra a violência policial se tornam *indistintos*, isto é, suas especificidades são diluídas, como se a tendência *socialista* do MPL e o caráter *anarquista* dos Black Blocs fossem uma só

⁵⁷ Cf. Anexo G. Os grifos nos trechos citados são nossos.

⁵⁸ Neste ponto, é relevante notar que os paulistanos não se tornam “reféns do trânsito” somente após a irrupção de um movimento social que ocupa as vias públicas, mas já estão nessa condição pelo próprio modo como a organização do espaço urbano privilegia o automóvel em detrimento de outros meios de transporte na cidade.

e mesma coisa. É nessa indistinção que a retórica do editorial procura apontar contradições: “*o que agências bancárias têm a ver com ônibus?*”. Na medida em que o MPL é situado como uma *liderança* entre os diferentes grupos de manifestantes, é sobre ele que recai o ônus dos atos de depredação do patrimônio público e privado ocorridos nos protestos.

O texto então rebate o argumento, que começava a crescer entre os manifestantes, segundo o qual a violência nos protestos tinha início somente após a repressão policial: “demonstram com isso, a *ignorância* de um preceito básico do convívio democrático: *cabe ao poder público impor regras e limites ao exercício de direitos* por grupos e pessoas quando há conflito entre prerrogativas”. Enfatiza-se a primazia dos deveres e da responsabilidade sobre o exercício dos direitos e da liberdade: “o direito de manifestação é sagrado, mas não está acima da liberdade de ir e vir”. A nosso ver, este é um enunciado que elide a divisão social na relação entre direitos e deveres: *o direito de manifestação (a todos) é sagrado, mas não está acima da liberdade (que nem todos têm) de ir e vir*.

Ao final do texto, o jornal reforça a criminalização do MPL e de seus integrantes: “cientes de sua condição *marginal e sectária*, (...) sua estratégia para atrair a atenção pública é *prejudicar o número máximo de pessoas*”. O jornal, assim, convoca o Estado a mobilizar seus aparelhos para impedir o avanço das manifestações: “é hora de pôr um ponto final nisso. (...) No que toca ao vandalismo, só há um meio de combatê-lo: a força da lei”.

Por sua vez, o editorial do *Estadão* (com o título “Chegou a hora do basta⁵⁹”), também enfatizava a urgência de que o Estado agisse com mais dureza para conter as manifestações: “daqui para a frente, ou as autoridades determinam que a polícia aja com maior rigor do que vem fazendo ou a capital paulista ficará entregue à desordem”. Além disso, o texto segue a mesma tendência de outros dizeres que procuravam criminalizar os protestos contra a tarifa quando afirma que “*o vandalismo tem sido a marca dos protestos organizados pelo MPL*”.

Quanto à ação da polícia, o jornal considerava que foi somente após ser atacada pelos manifestantes que “a PM *reagiu* com gás lacrimogêneo e balas de borracha”. E ressaltava que “a PM agiu *com moderação*”, a despeito das alegações dos manifestantes, “que a acusaram de truculência para justificar os seus atos de vandalismo”. Como exemplo, o texto citava o policial que “quase foi linchado pelos manifestantes que tentava conter” e dizia que, embora os integrantes do MPL tivessem reconhecido que “perderam o controle das manifestações”, isso não atenuava “a sua responsabilidade pelo *fogo* que atearam”.

⁵⁹ Cf. Anexo H. Os grifos nos trechos citados são nossos.

Ao final do texto, o *Estadão* ainda criticava a “atitude excessivamente moderada” do governador Geraldo Alckmin e a postura “reticente” do prefeito Fernando Haddad, e cobrava que eles assumissem o controle da situação: “o fato é que a população quer o fim da baderna – e isso depende do rigor das autoridades”.

Há alguns pontos que merecem ser destacados na abordagem do editorial do *Estadão*. O primeiro é a ideia de que a repressão à base de gás lacrimogêneo e balas de borracha foi uma “ação moderada” por parte da PM para conter os manifestantes. A palavra “moderação” aí implica que não houve *exagero*, mas nessas condições estritas de produção do discurso ela também pode sugerir que houve *precaução demais*: a “ação moderada” da PM reflete a “atitude excessivamente moderada” do governador que a administra, e que é instigado a “endurecer o jogo” pelo texto do jornal. O segundo ponto é sobre a função-autor no editorial, assinado não por um sujeito, mas pela instituição autodenominada *O Estado de São Paulo*, que se representa no texto quando fala em nome da “população⁶⁰”. Isto é, quando o jornal fala sobre “o que a população quer”, o que escapa é *o que o jornal quer que a população queira*: “o fim da *baderna*”, ou seja, o fim das manifestações contra o aumento das tarifas, o fim da “violência dos manifestantes”. Daí a sua reivindicação por mais *violência policial*.

Naquele dia (13 de junho), as demandas dos maiores jornais do estado de São Paulo foram atendidas: o efetivo da PM havia sido reforçado por policiais da tropa de choque, e esta tinha o aval do governador para empregar a violência que fosse necessária para impedir o avanço dos manifestantes às principais avenidas da cidade⁶¹. A mera designação de membros da tropa de choque para o quadro da PM já denunciava que a polícia estava predisposta a agir com mais truculência contra os manifestantes. Essa expectativa de tensão também motivou, naquele dia, a publicação de uma nota pela Anistia Internacional.

A Anistia Internacional vê com preocupação o aumento da violência na repressão aos protestos contra o aumento das passagens de ônibus no Rio de Janeiro e em São Paulo. Também é preocupante o discurso das autoridades sinalizando uma radicalização da repressão e a prisão de jornalistas e manifestantes, em alguns casos enquadrados no crime de formação de quadrilha. (...) É fundamental que o direito à manifestação e à realização de protestos pacíficos seja assegurado. A Anistia Internacional é contra a depredação do patrimônio público e atos violentos de ambos os lados e considera urgente o estabelecimento de um canal de diálogo entre governo e manifestantes para que se encontre uma solução pacífica para o impasse⁶².

⁶⁰ A palavra é recorrente no texto: “os manifestantes (...) *aterrorizaram a população*”; “a atitude excessivamente moderada do governador *já cansava a população*”; “o fato é que *a população quer o fim da baderna*”. Por fim, o jornal cita as palavras de F. Haddad: “essa liberdade está sendo usada em *prejuízo da população*”.

⁶¹ Informação publicada na Folha de SP, em 13 de junho de 2013 (*apud* JUDENSNAIDER [et. al.], 2013, p. 89).

⁶² Cf. <https://anistia.org.br/noticias/anistia-internacional-defende-solucao-pacifica-para-impasse-entre-manifestantes-e-autoridades/>.

Segundo os conceitos propostos por Orlandi (1983), temos aqui um *discurso polêmico* que contrasta com o *discurso autoritário* da grande imprensa e dos governos: enquanto estes se recusam a “escutar” os dizeres do MPL (pois não o reconhecem do ponto de vista político), a Anistia Internacional defende o estabelecimento de um processo de interlocução, ainda que “regulado por certas condições” (*idem*, p. 154), entre governo e movimento social. Em suma, é um dizer que invoca a repetição de certos sentidos *já ditos* pelos próprios manifestantes, mas que produz diferentes efeitos na medida em que parte de uma organização internacional e não governamental de defesa dos direitos humanos, que os governos e a grande imprensa não podem simplesmente *ignorar*, como vinham fazendo com o MPL.

Isso mostra que, ao longo do dia 13 de junho, as condições de produção do discurso começavam a favorecer uma ruptura do discurso autoritário que censurava os protestos e, sobretudo, o MPL. Esse processo se deflagrou após um desentendimento entre representantes do movimento e a liderança da PM sobre o trajeto que a manifestação deveria seguir⁶³. Quando um grupo atravessou um dos bloqueios policiais, a tropa de choque rapidamente foi acionada e tiveram início as cenas de brutal repressão que marcariam o “quarto grande ato” do MPL contra o aumento das tarifas.

Com ataques desmedidos e uso arbitrário de força policial, a PM parece cumprir a prescrição dos jornais no início da manhã, buscando evitar a qualquer preço a chegada da manifestação à Avenida Paulista. Paradoxalmente, acaba por bloquear a avenida, impedindo o fluxo de trânsito. Na tentativa de dispersar o protesto, a região torna-se praça de guerra: manifestantes são perseguidos e alvejados com balas de borracha e bombas de concussão, as quais atingem também transeuntes e jornalistas que cobriam os protestos. (JUDENSNAIDER [et. al.] 2013, p. 95).

Os relatos⁶⁴ apontam que a intervenção da tropa de choque no trajeto percorrido pelo protesto do MPL ocorreu nas proximidades da Praça Roosevelt, pouco após o grupo chegar à Rua da Consolação em direção à Avenida Paulista. No entanto, embora a repressão no local tenha dispersado os manifestantes que protestavam contra a tarifa, a própria Avenida Paulista começava a ser ocupada por outros grupos de indivíduos que se revoltavam com a violência da PM e da tropa de choque, e estes foram recebidos com a mesma truculência dispensada aos integrantes do MPL.

⁶³ Dois diferentes relatos deste episódio se encontram nos anexos I e J.

⁶⁴ Cf. anexos I e J.

Entre os inúmeros relatos e imagens que circularam naquele dia pelas redes sociais denunciando a violência policial, um dos que mais repercutiram foi um vídeo gravado no cruzamento da R. Consolação com a Av. Paulista, e postado no Facebook por Marcel Bari⁶⁵. As imagens mostravam diversas pessoas espalhadas pelo local, gritando “*sem violência!*”, quando um grupo de policiais abre caminho para a tropa de choque, que avança disparando bombas de efeito moral e balas de borracha em direção aos manifestantes.

Porém, esse grupo de manifestantes não era o mesmo que seguia com o MPL o trajeto desde o Teatro Municipal, mas simplesmente pessoas que estavam na Avenida Paulista e ali também começavam a se mobilizar. Enquanto os manifestantes do MPL protestavam contra o aumento das tarifas de transporte coletivo, os novos grupos que se somaram ao movimento protestavam contra a repressão policial. Eram, portanto, diferentes manifestações de protesto que se realizavam nas diversas partes da cidade, mas que se faziam indistintas aos olhos de uma PM fortemente amparada pela tropa de choque. Aos poucos, as manifestações em nome do direito à *mobilidade urbana* começavam a dar lugar a protestos pelo próprio direito à *mobilização social no espaço urbano*.

Até o dia seguinte, o vídeo foi compartilhado dezenas de milhares de vezes no Facebook⁶⁶. A partir daí, um novo slogan se torna recorrente no *discurso sobre* os protestos: “*não são só 20 centavos*” (chamaremos este recorte de R4).

Ao deslocar o foco das tarifas de ônibus, este dizer produz uma abertura de sentidos sobre a ocupação das ruas, constituindo ao mesmo tempo uma negação (formulada) e uma afirmação (silenciada). Ao negar que o aumento das tarifas seja a única causa dos protestos, R4 afirma existirem outras razões que justificam as manifestações, embora não as especifique. Essa elipse é bastante significativa⁶⁷. Ou seja, se não é pelos 20 centavos, *então é pelo quê?* Há algo que *falta*, algo que não aparece, mas está ali, produzindo efeitos de sentidos que estão na constituição do dizer, e que escapam à formulação. A falta, nas palavras de Eni Orlandi⁶⁸, “é o lugar do possível”. Desta forma, como observa a professora Paula Chiaretti⁶⁹, “cria-se aí um lugar onde qualquer manifestação pode se inscrever”. Com a formulação na negativa, há todo um *possível* que se afirma na incompletude da linguagem, na materialidade do silêncio.

⁶⁵ Cf. <http://on.fb.me/1ytCb3m>.

⁶⁶ Cf. <http://on.fb.me/1uDhmlj>.

⁶⁷ Gostaríamos de agradecer aqui às professoras Paula Chiaretti e Eni Orlandi pelos apontamentos feitos sobre esta questão específica.

⁶⁸ Esta citação foi registrada em nosso exame de qualificação.

⁶⁹ *Idem*.

Aqui, duas colocações teóricas são pertinentes. A primeira é que, segundo Orlandi (1995), o que significa no silêncio não pode ser “traduzido” em palavras sem ser modificado, pois se trata de diferentes matérias significantes. E a segunda é que, para a mesma autora (1996), um dos efeitos produzidos pela ideologia é a *injunção à interpretação*.

Assim, a partir da abertura de sentidos produzida em R4, surgem outros dizeres com a tentativa de dar visibilidade ao que *não* aparece no enunciado para, enfim, explicar a “causa” do efeito, isto é, o porquê de não serem *só 20 centavos*. Enquanto buscam dar substância (unidade) a sentidos dispersos, é nesses gestos de interpretação que se materializa a ideologia: esses dizeres procuram “dar visibilidade ao que não aparece” no enunciado, mas mostram *mais* do que isso.

Tomemos a imagem a seguir.

NÃO SÃO SÓ 0,20 CENTAVOS

1994, ônibus custava R\$0,50
até 2013, houve inflação de 332,22%

AJUSTANDO, DEVERIAM CUSTAR

R\$2,59 R\$2,16

cobrando R\$3,20, São Paulo recolhe, POR DIA, mais de **54 MILHÕES**

SUFICIENTE PARA EM UM ANO:

- construir 500.000 casas populares
- contratar 1.500.000 professores
- construir 65.000 postos de saúde
- comprar 750.000 carros populares

PRA ONDE VAI O NOSSO DINHEIRO?

Não aguento quando
June 14, 2013 · 🌐

Não são os 0,20 centavos, mas as mentiras dos políticos, a violência da polícia, a opressão a toda uma população que se esforça todos os dias para viver suas vidas e vê seu dinheiro indo embora cada vez mais rápido. Pra onde está indo esse dinheiro? Porque para a população certamente não está.

Se querem saber quanto mais do que pagamos não está sendo convertido, confirmem esse site: <http://www.impostometro.com.br/> - ele mede quanto de impostos já pagamos esse ano (e o que poderíamos fazer com esse dinheiro).

Utilizamos essas matérias como referência:
<http://bit.ly/19A4Ryg>
<http://bit.ly/118d777> — with Celina Dilan, Luciano Dezotti, Itací Carlos Antigo Junior, Gabriela Trindade, Poliana Trindade Ghirau, Ana Clara Miranda, Rose Trindade, Carlos Gabriel Guimarães, Priscila Grava, Ju Pascuotte, Carlos Cruz, Hércio Arantes Filho, Vivianne Soares Victorino and Mirtes Soares Vitorino.

Like · Comment · Share

7,492 people like this.

38,658 shares

Write a comment...

Imagem 6: Página “Não aguento quando” no Facebook (Fonte: <http://on.fb.me/1yDnNW4>)

Na imagem, o enunciado “*não são só 20 centavos*” (R4) aparece em um infográfico e é sustentado a partir de cálculos que demonstram os milhões de reais movidos diariamente pelos provedores do transporte público. Aqui, a palavra “só” indica que *as cifras são outras*, isto é, o que está ali em jogo todos os dias não são apenas centavos, mas, de fato, milhões. Busca-se legitimar os sentidos de R4 pela inscrição em um discurso matemático/estatístico, que se pretende exato e evidente.

Assim, a ideia de que *não são só 20 centavos* é justificada em um ponto de vista que releva a exploração econômica do valor atribuído ao transporte na cidade. O foco não está na quantia que é desembolsada individualmente, mas nas implicações sociais dessa taxação ao se ter em vista o “todo” da organização urbana. Enfatiza-se um prejuízo coletivo, que é compartilhado entre o corpo social e tomado como se fosse da própria cidade, a partir de uma relação de equivalência com outros sentidos. O infográfico mostra que o valor arrecadado diariamente em São Paulo pelos sistemas de ônibus e metrô é suficiente para, em um ano: construir 500 mil casas populares; criar 66 mil postos de saúde; contratar 1,5 milhão de professores; e *comprar 750 mil carros populares*.

Ou seja, quando se faz a projeção do que poderia ser feito com o investimento pago pela população nas tarifas de ônibus e metrô, pensa-se em moradia, saúde, educação e transporte. Mas este último é contemplado de um ponto de vista que considera o *automóvel* como modelo de mobilidade urbana, o que vai de encontro à luta pelo passe livre, que almeja uma socialização da acessibilidade. Assim, ao mesmo tempo em que se coloca a questão do transporte (ônibus e metrô) como um problema social e público, sugere-se uma solução individualista e privada (o automóvel). À medida que o infográfico conduz à interpretação de que “não são só 20 centavos” (*pois são milhões*), os 20 centavos são tomados apenas como uma cifra: evita-se considerar que o problema real não é o preço que todos têm de pagar pelo transporte, mas o fato de que uma parte considerável da população não tem condições de pagar esse preço: enquanto o prejuízo de alguns é pagar caro pelo transporte, o de outros é ser privado do direito à mobilidade por não poder pagar por ela. Essa divisão (do) social é apagada no infográfico, pelo equívoco que coloca em relação de equivalência dois modelos contraditórios de mobilidade urbana (um baseado no transporte público/coletivo e o outro no transporte privado/individual).

Além disso, é interessante observar a direção de sentidos no texto postado ao lado do infográfico: antes de mencionar “a opressão a toda uma população que se esforça todos os dias para viver suas vidas e vê seu dinheiro indo embora cada vez mais rápido”, o texto cita “as mentiras dos políticos” e a “violência da polícia” como razões que subjazem à eclosão de protestos contra o aumento das tarifas. Desta forma, a construção de um “sentido literal” para o enunciado “não são só 20 centavos” no infográfico, que aponta para a violência objetiva (sistêmica) inerente à organização do transporte público urbano nas democracias capitalistas, é acompanhada por um texto verbal que coloca em questão sentidos de violência subjetiva (mentiras dos políticos, violência da polícia). No infográfico, a pretensão de um sentido exato e o apagamento da divisão social. No texto verbal, novamente uma abertura de sentidos.

No entanto, há algo em comum entre os sentidos produzidos pelo infográfico e pelo texto verbal que o acompanha: em ambos, há uma discursividade que coloca a primazia do individual sobre o coletivo, por meio da qual se evita os sentidos da própria divisão social. Esse efeito é produzido no infográfico pelo uso da imagem do carro (um modelo individual, particular, privado) como exemplo de meio de transporte em que se poderia investir com o dinheiro arrecadado pelo transporte público. Já no texto verbal, a primazia do individual aparece de forma mais sutil, quando fala da “opressão a toda uma população que se esforça todos os dias para viver suas vidas”. Aqui, a divisão social também é cuidadosamente evitada: a expressão “toda uma população” aparece de forma generalizada, como se o esforço e o preço pago diariamente por todos fosse o mesmo. Esquece-se aí de que alguns pagam caro, mas outros não podem pagar; que alguns perdem o troco do almoço, enquanto outros perdem o próprio almoço para que possam se locomover ao trabalho ou em busca de emprego. Assim, na medida em que os 20 centavos são reduzidos a uma mera cifra, apaga-se o fato de que essa cifra não tem o mesmo *valor* para todos que “vivem suas vidas” no espaço urbano.

As diferentes materialidades imbricadas na Imagem 6 (o infográfico e o texto verbal) reúnem dizeres que se inscrevem em uma formação discursiva onde a divisão do corpo social (a luta de classes) é *escamoteada*, seja a partir de cálculos que reduzem as tarifas de transporte a uma cifra, ou mediante dizeres que generalizam os efeitos produzidos pela imposição dessa taxa em uma formação social heterogênea e desigual. Essa formação discursiva remete à ideologia liberal, que privilegia as liberdades individuais e o direito à propriedade privada.

Portanto, os efeitos de sentido produzidos na Imagem 6 mostram um momento em que o dizer dos protestos começa a se deslocar em relação ao discurso do MPL, na medida em que passa a ser atravessado por uma discursividade liberal. A contradição se instala no próprio discurso dos protestos, que se expõe assim ao equívoco. Esse processo desloca a polarização que até então predominava entre o discurso do MPL e o das “autoridades”, surgindo precisamente no auge da repressão contra os protestos pela revogação do aumento: como pudemos verificar⁷⁰, as primeiras ocorrências de postagens no Twitter com a *hashtag* “#nãosãosó20centavos” (e algumas variações possíveis, como “#nãosãoapenas20centavos”) ocorreram entre as tardes de 13 e 14 de junho, em reação à repressão policial.

Vejamos então outra imagem que, divulgada na noite de 13 de junho de 2013, produziu efeitos distintos sobre a ideia de que “não são só 20 centavos” (R4).

⁷⁰ Para colher essas informações, utilizamos um mecanismo de busca chamado *Topsy* (cf. Anexo K).



Imagem 7: Página “Mães de Maio” no Facebook (Fonte: <http://on.fb.me/1y9gyXE>)

Ao contrário do que vimos em R4, no enunciado “*Não é por centavos. É por direitos.*” (que chamaremos R5) não há somente uma negação da pauta inicial dos protestos do MPL, mas também a afirmação de outro (efeito de) sentido para as manifestações, que deixavam de ser vistas apenas como uma luta *contra* o aumento para serem tomadas como algo “maior” (ou mais “geral”): uma luta *por* direitos.

Esse deslocamento dos protestos em relação às pautas (claramente definidas) do MPL, sugerido na opacidade de R4, deixa marcas na forma material de R5, não apenas no que é afirmado (“*é por direitos.*”), mas na *imbricação* (LAGAZZI, 2004) da linguagem verbal com elementos não verbais: na inscrição “R\$ 0,20”, a vírgula (que determina o valor dos *centavos*) é elipsada por uma mancha vermelha que escorre sobre o fundo preto da imagem. Cores que produzem efeitos: no fundo preto, *a censura*; na mancha vermelha, *o sangue de quem se atreve a desafiar a censura*. E, na vírgula que não se deixa ver, o ponto de vista segundo o qual o que estava verdadeiramente em jogo (pelo menos a partir daquele momento) não era a reivindicação dos 20 centavos, mas a defesa das liberdades civis e dos direitos humanos.

O efeito produzido pela mancha vermelha no centro da arte gráfica é significativo: sobre o pano de fundo da censura, o sangue escorre. A partir dessa relação entre diferentes matérias significantes, o enunciado que chamamos R5 (“*Não é por centavos. É por direitos.*”) mantém uma relação de sentidos com outros dizeres que começaram a circular em diferentes protestos a partir dos dias 13 e 14 de junho, como “a polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela” e “na periferia as balas são de verdade”. Vemos aí, novamente, um processo de *divisão* dos sentidos: assim como a violência da tarifa não é experimentada da mesma maneira por todos, o mesmo ocorre com a violência policial.

Porém, na medida em que os efeitos de sentido produzidos na e pela arte gráfica deslocam uma questão específica (o aumento das tarifas) para uma questão mais “geral” (sobre direitos humanos), a reivindicação pontual do MPL (revogação do aumento) também dá lugar à denúncia de um problema sistêmico (a violência produzida pela divisão social), como argumento para legitimar as manifestações.

É nessa abertura de sentidos que a contradição se instala novamente. Na arte gráfica, afirma-se que “não é por centavos”; mas, de acordo com as pretensões sociopolíticas do MPL, *é sim por centavos*: o objetivo do movimento sempre foi a revogação dos aumentos de tarifas. Ou seja, é a partir da questão da mobilidade e das tarifas do transporte público urbano que o MPL endereça o problema sistêmico da divisão social nas cidades. Essa é sua especificidade enquanto movimento social urbano, e é precisamente isso que fica diluído no recorte que chamamos R5 (“Não é por centavos. É por direitos.”), inscrito na arte gráfica.

Por outro lado, os efeitos de sentido produzidos no e pelo texto verbal postado com a arte gráfica procuram alinhar o discurso sobre direitos humanos ao discurso sobre mobilidade: “*já experimentou a violência de ter que pular o almoço, todos os dias, para pagar a condução ao trabalho?*”. Aqui, o discurso sobre os direitos humanos não desloca o discurso sobre a mobilidade urbana (como vimos na arte gráfica), mas é por ele atravessado.

A seguir, de forma mais explícita, a página “Mães de Maio” no Facebook manifesta apoio ao MPL: “*tâmo junt@s com Passe Livre São Paulo: A CAUSA É JUSTA!*”. Este dizer traz marcas do que C. Dias (2008) conceitua como *corpografia*, a saber, um movimento do sujeito e do sentido, a partir do qual se dá a “textualização do corpo na letra” (op. cit., p. 21): traços do corpo se projetam na grafia, em um modo de funcionamento da língua/escrita que aparece em condições de produção específicas, ligadas ao que a mesma autora (2011) chama de *a forma material do eletrônico*. É o caso da linguagem típica da internet, o “internetês”, com suas abreviações e substituições de caracteres, produzindo efeitos de sentidos a partir da própria grafia, isto é, da escrita em sua forma digital. Conforme escreve C. Dias (2008, p. 29), “a invenção de uma escrita provoca uma mexida na língua dos gramáticos”.

Podemos destacar alguns aspectos da corpografia no texto verbal que acompanha a arte gráfica na Imagem 7. A aparição reduzida do verbo “estamos” (no enunciado, “tâmo”) incorpora na escrita digital uma forma característica da língua falada (coloquial, informal), própria às *ruas*. Em seguida, no termo “junt@s”, o sinal de arroba (“@”) produz um efeito de indeterminação do gênero (podendo significar tanto *juntos* quanto *juntas*), o que identifica esse dizer aos movimentos sociais que lutam pela igualdade de gênero, sobretudo feministas. Por fim, a exclamação em caixa alta (“A CAUSA É JUSTA!”) remete a um grito de protesto.

Temos então *formas verbais reduzidas* (“tâmo”), *indeterminação de gênero* (“junt@s”) e o *emprego de maiúsculas* (“A CAUSA É JUSTA!”) como diferentes formas de produzir efeitos de sentidos a partir de um trabalho sobre a grafia. Esse trabalho dá visibilidade ao “traço subjetivo da letra que identifica o sujeito a um sentido urbano (da tribo)” (DIAS, 2008, p. 42-43). No caso, ao sentido de que *a causa* (do MPL) *é justa* (para quem se dedica à defesa dos direitos humanos, como o movimento Mães de Maio⁷¹).

Assim, as diferentes materialidades significantes que vemos imbricadas na Imagem 7 (a arte gráfica e o texto verbal) reúnem dizeres que se inscrevem em uma formação discursiva onde a divisão social (a luta de classes) *é contemplada*, seja a partir de um jogo de cores (preto/vermelho) que remete à violência mítica (instauradora do poder do Estado), ou pela corpografia que, como salienta C. Dias (2008), produz laços sócio-afetivos que identificam o sujeito a um sentido urbano. No caso, este sentido urbano é o de usar as ruas da cidade como espaço para manifestações de protesto que colocam em pauta problemas decorrentes da própria organização desses espaços, dando visibilidade ao antagonismo que ali se reproduz sob a forma de uma suposta “normalidade”. A formação discursiva aí em questão, portanto, remete à ideologia socialista, que prima pelo bem coletivo contra os privilégios individuais.

Pensando então a relação entre as imagens gráficas e os textos verbais que aparecem nas duas postagens, podemos fazer mais alguns apontamentos.

Na imagem 6, o texto visual (do infográfico) produz o sentido de uma crítica à exploração econômica realizada no transporte público urbano (“não são só 20 centavos” → *são milhões*), enquanto o texto verbal vai na direção de uma crítica à dominação política do espaço das cidades (“não são só 20 centavos” → *são as mentiras, a violência e a opressão*). Em contrapartida, na imagem 7 o texto visual (da arte gráfica) significa uma crítica à dominação política do espaço urbano (“não é por centavos” → *é por direitos*), ao passo que o texto verbal formula uma crítica à exploração econômica (“não é por centavos” → *é pela violência de se precisar pular o almoço para pagar a condução*).

Aqui, é importante lembrarmos o que afirma Žižek (2012): *a ênfase na dominação resulta em um programa democrático, ao passo que a ênfase na exploração resulta em um programa comunista*. Na (con) fusão dessas duas diferentes formas de crítica social, vemos o funcionamento da ideologia, pela contradição, no próprio interior dos discursos de protesto.

⁷¹ O movimento “Mães de Maio” reivindica a responsabilização da polícia do Estado de São Paulo pelos crimes de maio de 2006: no período do dia das mães, conflitos entre a facção criminosa PCC e grupos de extermínio formados por policiais corruptos resultaram, entre os dias 12 e 20 daquele mês, no assassinato de 493 pessoas (cf. <http://glo.bo/KSKxYi>).

Voltemos então à materialidade desses dizeres. Acima de tudo, devemos lembrar de que o discurso do MPL se filia ao socialismo. É esse o seu lugar no jogo político-ideológico. E que a “violência” do movimento nas ruas está ligada ao fato de que suas reivindicações não encontram eco no sistema jurídico onde ele está socialmente inserido. Então, as manifestações do MPL tomam a forma de uma crítica à própria democracia, que não atende igualmente a todos e por esta razão exige de alguns segmentos sociais manifestações mais “drásticas”, que têm lugar nas ruas e não no âmbito das instituições políticas convencionais.

Assim, quando as mobilizações do MPL passaram a ser vigorosamente reprimidas pela polícia reforçada pelas tropas de choque, o que até aquele momento eram manifestações contra a exploração econômica do e no espaço urbano começa a também abranger protestos contra uma forma de dominação política desse e nesse espaço. E desta forma a ênfase que favorecia um programa comunista/socialista dá lugar a gestos de interpretação que significam essa reivindicação como um *apelo por democracia*. Daí o equívoco: o funcionamento do “sistema democrático” é justamente o que recobre o antagonismo que movimentos sociais como MPL e Mães de Maio procuram expor.

À sombra do autoritarismo militar, o discurso dos protestos deixa de se concentrar em direitos específicos (como o direito de ir e vir ou o direito à liberdade de expressão) e passa a falar simplesmente em *direitos*. Começa a se afirmar uma demanda pela democracia. Assim, diante desses espectros da ditadura (cerceamento das liberdades, violência repressiva militar), a questão da tarifa (os “20 centavos”) passa a ser vista tão somente como “a gota d’água” ou “a ponta do *iceberg*”.

Em suma, tendo em vista o discurso dos (e sobre os) protestos iniciados pelo MPL, consideramos que o dia 13 de junho de 2013 pode ser compreendido como um *acontecimento*, no sentido que Pêcheux (1983, p. 17) confere à palavra, isto é, como o “ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória”. No caso, a *atualidade* da repressão policial contra os manifestantes se filiava a uma *memória* da ditadura militar, afetando assim o modo como os protestos eram significados pelos próprios manifestantes em sua heterogeneidade.

Esse efeito de dispersão se refletiu também nas posturas das diferentes “autoridades”. Até aquele momento (14 de junho), o governo federal não havia se manifestado oficialmente. Por sua vez, o governo estadual se manifestou em defesa da PM e da tropa de choque, enquanto o governo municipal tentava estabelecer um diálogo com as lideranças do MPL (JUDENSNAIDER [et. al.] 2013, p. 104). Ou seja, a resposta das “autoridades” aos protestos já não representava mais um “unísono” contra a violência dos manifestantes, como ocorreu (aparentemente, ao menos) até a manhã de 13 de junho.

No entanto, o deslocamento mais notável foi o que se viu na grande mídia impressa. Como podemos ver nas capas dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo no dia 14 de junho⁷², a condenação à “violência dos manifestantes” deu lugar a um noticiário que destacava justamente os abusos da violência policial no dia anterior, quando as capas das mesmas publicações haviam pedido “mais rigor” na repressão aos protestos. A manchete da *Folha* dizia: “PM reage com violência a protestos e SP vive noite de caos”. Já o *Estadão* anunciava que “Confronto fere mais de 100; paulistano vive dia de caos”. Embora a manchete não mencionasse o papel da PM na eclosão dos confrontos, a legenda da foto em destaque descrevia a rua ali registrada como um “campo minado”, citando o uso de bombas de gás e balas de borracha pela tropa de choque.

A partir do acontecimento do dia 13 de junho, quando o “quarto grande ato” do MPL foi intensamente “assombrado por espectros” de um período ditatorial, o discurso da grande imprensa sobre os protestos tomou uma nova direção, e deixou de insistir na criminalização das manifestações quando acusou, enfim, a violência que partia da polícia. A capa da *Folha*, ao trazer a imagem de uma jovem jornalista ferida no olho direito por uma bala de borracha disparada pela tropa de choque, tornava evidente o que os manifestantes já vinham acusando (e a mídia não podia mais ignorar): a violência repressiva era abusiva e autoritária. Ou seja, enquanto a truculência policial vitimava apenas manifestantes e transeuntes desavisados, ela era tratada na e pela imprensa como parte da “normalidade democrática”; quando as vítimas se tornaram os próprios jornalistas, não havia mais como negar que se tratava de *censura*.

Daí em diante, o discurso da grande imprensa foi marcado por uma ampla cobertura das manifestações, que já se disseminavam por todo o território nacional. Como observam Judensnaider ([et. al.] 2013, p. 140-141), aí tem início um movimento discursivo que procura “separar os bons dos maus manifestantes (...) e os não violentos dos violentos”. Neste ponto, tem início um processo que visa ao mesmo tempo forjar a imagem do “bom manifestante” (em oposição aos chamados “vândalos”) e transformar o acontecimento da onda de protestos em um grande espetáculo midiático.

⁷² Cf. Anexo L.

CAPÍTULO VI

O ESPETÁCULO MIDIÁTICO

No dia 18 de junho de 2013, diversos grandes *sites* da internet no Brasil publicaram reportagens sobre a origem⁷³ da música “Vem pra rua” (R7), cujo refrão havia se tornado palavra de ordem de um dos maiores movimentos de protesto da história brasileira. Tratava-se de um *jingle* promocional⁷⁴ de uma grande marca de automóveis (a Fiat) como parte de uma campanha publicitária que tematizava a Copa das Confederações de 2013, torneio de futebol realizado pela FIFA no Brasil.

A competição, ocorrida entre os dias 15 e 30 daquele mesmo mês em diversas capitais brasileiras, tem regras rígidas para anunciantes que não fazem parte da lista de patrocinadores oficiais do evento (entre os quais a Fiat). Por esta razão, o *jingle*, que ocupou importantes espaços comerciais em canais de TV abertos e fechados, não traz nenhuma menção direta à Copa do Mundo de futebol, e também não cita o nome da marca promotora da campanha. Partiu-se da premissa de que “no País do futebol, teremos muito mais gente torcendo pela Seleção fora do que dentro dos estádios⁷⁵” para produzir a trilha sonora de uma campanha de *marketing* que, segundo o próprio autor da canção, esforçou-se para criar um *jingle* que não parecesse um *jingle*:

A agência tinha um *briefing*: “queremos um *jingle hit*” e algumas das palavras-chave que eram “vem pra rua” e “a rua é a maior arquibancada do Brasil”. (...) começamos com algo mais tradicional no mundo dos *jingles*... sem sucesso. “Não é isso” disse a agência... (...) Isso se repetiu por pelo menos mais 4 *jingles* e suas variações que se não me engano chegou ao numero 9 de tentativas. (...) Até que um dia, já “puto” da vida e desgastado com todo o processo, pensei comigo mesmo: “eles não querem um *jingle*... eles querem uma musica de verdade!” (NICOLAU, 2013).

Em outras palavras, era necessário que a música não parecesse ter sido encomendada, muito embora o tema e algumas palavras-chave já tivessem sido impostos ao autor da canção, de antemão. O resultado (paradoxal), após intensa exposição televisiva, foi a transformação do *jingle* de uma fábrica de automóveis em música-tema das manifestações de protesto contra o sistema de transporte público, que se espalharam por centenas de cidades brasileiras.

⁷³ Estadão, Exame, G1, e UOL, sendo que este último atribuiu (equivocadamente) a autoria da canção a Wilson Simoninha. Os links estão listados nas referências de internet.

⁷⁴ A campanha da Fiat foi produzida por uma parceria entre as agências de publicidade Leo Burnett Tailor Made e Click Isobar. Já o *jingle* foi criado pela produtora S de Samba, que tem entre seus proprietários Wilson Simoninha e Jair Rodrigues.

⁷⁵ Cf. <http://bit.ly/MX6RIK>.

Para analisar esse fenômeno, procuramos dar visibilidade ao complexo enredamento de materialidades discursivas que se produziu em torno do enunciado “vem pra rua”. Assim, trabalhamos com a imbricação de diferentes textualidades: a letra da música, a voz utilizada na gravação, o videoclipe lançado na internet e o filme publicitário exibido na TV, bem como a *hashtag* usada ao lado do enunciado nas redes sociais.

O enunciado “vem pra rua”, cuja inserção no *jingle* foi uma das exigências feitas ao compositor da trilha, apresenta uma marca característica do discurso publicitário: o uso do imperativo em linguagem coloquial. “Vem pra rua” é uma forma escrita que, diferentemente de paráfrases ortográficas como “venha à rua” ou “venha para a rua”, apresenta marcas de oralidade que produzem no modo imperativo não o efeito de uma ordem, mas o de um convite, dissimulando o caráter apelativo da linguagem publicitária.

Embora a campanha produza certo efeito de “marca registrada” sobre o enunciado, isto não significa, de modo algum, que este tenha no comercial da Fiat um “ponto de origem”. Por esta razão, consideramos pertinente interrogar os sentidos que aí aparecem sob a forma de *pré-construído*. Antes que o enunciado “vem pra rua” tivesse aparecido com o sentido de convocar a torcida pela seleção brasileira de futebol, ele já havia circulado anteriormente, em outras condições de produção, com o sentido de convocação para protestos de rua⁷⁶. Assim, vemos que sentidos ligados a movimentos de protesto funcionam no enunciado “vem pra rua” como uma rede de implícitos por meio da qual se produz o efeito de pré-construído, onde “algo fala antes, em outro lugar, independentemente” (PÊCHEUX, 1975, p. 88-89). Para compreendermos a irrupção desses sentidos pré-construídos, é relevante pensar o modo como o dizer “vem pra rua” se textualiza na letra do *jingle*, em sua relação com outros dizeres.

No refrão da música, o enunciado é seguido de uma explicativa: “Vem pra rua / Porque a rua é a maior arquibancada do Brasil”. O período se forma mediante o funcionamento da palavra “porque” como conjunção coordenativa, isto é, como elemento de ligação entre orações sintaticamente independentes. Do ponto de vista semântico, no entanto, a relação do enunciado “vem pra rua” com o tema da *torcida que não entra nos estádios* se produz em uma discursividade que materializa contradições sociais relacionadas a um espetáculo esportivo que demandou enormes investimentos públicos. “Pode vir que a festa é sua”, diz a letra. No entanto, aqueles que ajudaram a financiar o evento e foram dele excluídos são convidados a celebrá-lo *do lado de fora*.

⁷⁶ Cf. Anexo M.

“Porque a rua é a maior arquibancada do Brasil”. Este enunciado estreita as possibilidades de sentido da chamada às ruas, produzindo o que percebemos como um duplo efeito de silenciamento. Por um lado, a “rua” é reduzida a um espaço onde o sujeito pode transitar livremente para celebrar uma festa cujo acesso lhe é negado, estando aí apagado o fato de que esse sujeito precisa disputar tal espaço com os próprios carros produzidos em massa pela mesma empresa que o convida a ir às ruas. Por outro lado, a “arquibancada” é reduzida a um lugar de festa e harmonia, estando aí silenciado o fato de que as arquibancadas brasileiras também são lugares marcados pela violência. Na metáfora “rua/archibancada”, assim, há um apagamento de sentidos ligados à mobilidade, à acessibilidade e à violência.

Em outro trecho, a letra diz: “Que o Brasil vai tá gigante / Grande como nunca se viu”. O efeito de sentido de grandeza está ligado ao destaque internacional que os dois eventos da FIFA (a Copa das Confederações em 2013 e a Copa do Mundo em 2014) propiciam ao Brasil, que tenta afirmar sua grandeza como potência econômica mundial. Mas toda essa exposição “global” pode suscitar sentidos contraditórios, na medida em que a contraparte do grande potencial econômico externo é uma grande inequidade social interna. A Copa do Mundo foi alardeada em diversos setores da sociedade brasileira como uma oportunidade de se fomentar investimentos em infraestrutura que ficariam como “legados da Copa” para o povo brasileiro. Porém, o superfaturamento de estádios e o atraso nas licitações para reformas em aeroportos e obras de mobilidade urbana colocaram em causa essa autoafirmação do gigantismo brasileiro no âmbito internacional, dando visibilidade a outros sentidos possíveis (e pouco desejáveis) para a grandeza do Brasil em suas contradições internas, que ficam silenciadas no *jingle*.

Observamos esse deslizamento de sentidos no comentário de uma internauta⁷⁷, que chama a atenção para um interessante efeito de homonímia produzido pela letra: “que o Brasil vai tá gigante, grande como nunca, *civil*” (grifo nosso). Nessa formulação, o choque do simbólico com o político faz o sentido de gigantismo deslizar do econômico ao social.

Pensando a relação do enunciado “vem pra rua” com outros dizeres que aparecem na letra da música, observamos que o sentido de tomar as ruas para torcer pela seleção brasileira na Copa é produzido a partir do silenciamento de diversos outros sentidos possíveis sobre a expectativa dos brasileiros em relação ao evento realizado no país. Apagam-se contradições relacionadas a temas como exclusão, mobilidade, acessibilidade e violência, além da situação político-econômica do Brasil. Contradições que reaparecem no *jingle* pela citação de uma antiga canção do folclore brasileiro: “*se essa rua fosse minha...*”.

⁷⁷ Este comentário se encontra no site “Update or Die!”. Cf. NICOLAU, 2013.

Na sequência de nossa análise da complexa materialidade discursiva construída em torno do enunciado “vem pra rua” na elaboração da campanha publicitária, consideramos necessário também levar em conta a discursividade produzida pela voz que canta a música. Segundo o relato do autor e produtor do *jingle* (NICOLAU, 2013), a produção da trilha teve sua duração estendida por demandas que a agência publicitária impôs ao longo do processo. Em um desses casos, quando a canção já estava gravada, solicitaram que os vocais fossem feitos por um cantor famoso. Segundo Wilson Simoninha, um dos proprietários da produtora responsável pelo *jingle*:

Ficamos entre Seu Jorge e Falcão. Só que o Falcão, por ser um cara que não faz publicidade, poderia ser um cara diferente. Quando o Falcão botou a voz, no primeiro *play* que a gente deu, todo mundo ficou falando 'caralho!' e a partir daí a coisa andou (*in* LORENTZ, 2013).

Nota-se, assim, também no processo de escolha do vocalista, a necessidade de fazer com que o *jingle* não parecesse um *jingle*. Era preciso levar em consideração que os timbres das vozes de Seu Jorge e Falcão produzem diferentes efeitos de sentidos em sua sonoridade. Seu Jorge é um artista que transita com naturalidade entre a música, o cinema e a televisão, tendo já alguns trabalhos publicitários em seu currículo. Já Falcão, cantor da banda O Rappa, tem sua voz ligada a uma música que, diferentemente da de Seu Jorge, é conhecida pela crítica social investida em suas letras.

Podemos, assim, notar o funcionamento da memória (interdiscurso) na forma material da voz, que traz em sua sonoridade efeitos de sentidos ligados a diferentes processos de identificação. Tendo em vista a repercussão do *jingle* ao longo das manifestações de junho, podemos apontar que, quando recoberta pela materialidade da voz de Falcão, a canção mobilizou justamente aqueles sentidos sobre o social que a textualidade de sua letra silencia. No entanto, quando o *jingle* se transformou em canção-tema dos protestos, o dono da voz que convocou a população às ruas se recolheu em silêncio: “Falcão, por meio de sua assessoria, disse que não vai comentar a canção. Ele apenas foi contratado para ‘colocar a voz’ na música, sem ter participado da criação” (LORENTZ, 2013).

É relevante destacar que este recolhimento do músico ao silêncio não implica necessariamente uma recusa das mobilizações sociais de protesto, mas sim, possivelmente, das contradições produzidas pelo uso do *jingle* como tema das manifestações. Durante uma apresentação de sua banda, realizada no dia 15 de junho de 2013 em Londrina, Falcão fez uma série de críticas ao governo federal brasileiro, aos problemas do transporte público no

Brasil e à organização dos eventos da FIFA no país⁷⁸. Se considerarmos as diferentes posições sujeito ocupadas por Falcão na campanha publicitária e no palco com O Rappa, é significativo o fato de que uma voz fortemente associada à “canção de protesto” tenha contribuído para desencadear tamanha mobilização social a partir de um *jingle* promocional. Eis aí o equívoco, pelo funcionamento contraditório da ideologia no discurso publicitário.

Ao declarar que não participou do processo de criação da música, mas “apenas foi contratado para colocar a voz”, Falcão parece desconhecer os efeitos de sua própria voz no impacto causado pela peça publicitária. Ou melhor, ele parece reconhecer ali uma voz que não é a sua, mas de uma empresa que vê a canção como ferramenta para ajudar a vender uma ideia bastante distinta daquilo que expressa a música de cunho social feita pelo Rappa. É possível questionar: se Falcão bradasse “vem pra rua!” para endossar os protestos, quem poderia dizer que ele não estaria ainda fazendo a propaganda da Fiat? Se, em junho de 2013, o cantor não quis comentar o sucesso do *jingle* ao qual ele havia “emprestado” sua voz, seis meses depois ele decidiu se defender das críticas de fãs decepcionados com a suposta alienação de um músico considerado “sério” que havia “se vendido”. Nas palavras do vocalista:

Uma das coisas que O Rappa mais desenvolveu foi o lado social. Estamos do lado das pessoas. Não temos partido, mas queremos ajudá-las, queremos fazer o melhor. Acontece que um dia o Simoninha me ligou e disse que precisava de mim para uma música. Fui lá, fiz umas três versões e veio a propaganda da televisão. Eu disse que não queria aparecer, mas que podiam usar minha voz. Até que foi parar na internet, gravaram um vídeo com ela de fundo e as pessoas na rua. Queriam até me bater. Mas foi tudo espontâneo, convite, letra, gravação. Não tenho culpa, só coloquei minha voz a serviço de uma parada. Não sabia que ia ter essa repercussão. (*in JOVEM PAN*, 2013).

Em dezembro de 2013, Falcão deu outra indicação do efeito que sua voz produziu sobre a letra da canção “Vem pra rua”. Pela primeira vez em 15 anos de carreira, O Rappa passava por um período de inatividade que gerou especulações sobre o fim da banda. Assim, segundo o vocalista, havia grande expectativa entre os fãs pelo lançamento de um novo trabalho: “Acho que as pessoas queriam logo um disco novo. Se eu for pensar agora, acho que me convidaram para a campanha no momento certo. Não tinha pensado nisso. Qualquer coisa que eu cantasse ganharia uma repercussão grande” (*idem*). De fato, O Rappa estava gravando um novo disco quando a campanha da Fiat foi veiculada, e uma parte considerável do público acreditou, em princípio, que aquele *jingle* era uma nova música da banda⁷⁹.

⁷⁸ Cf. < <http://www.youtube.com/watch?v=F6sfzdrf8vQ> >

⁷⁹ Essa confusão pode ser vista nos comentários do vídeo feito em Londrina, em 15/06/2013. Cf. < <http://www.youtube.com/watch?v=F6sfzdrf8vQ> >

Além da textualidade da letra da música e da voz de Falcão, o acontecimento discursivo do enunciado “vem pra rua” tem ainda, na complexidade de sua constituição, toda uma materialidade audiovisual construída em torno do *jingle* entre o comercial lançado em maio e os protestos de junho. No lançamento da campanha publicitária, a página da Fiat no YouTube publicou dois vídeos⁸⁰. No dia 08 de maio de 2013 foi postado um videoclipe da canção completa, trazendo imagens da gravação em estúdio, por um grupo de músicos centrado em torno do vocalista Falcão. Depois, em 16 de maio, o mesmo perfil publicou o comercial que foi veiculado em TVs abertas e pagas até o dia 22 de junho, segundo o diretor de *marketing* da Fiat, João Ciaco (*in* SCHELLER, 2013).

Uma observação do primeiro vídeo divulgado pela Fiat mostra que o vocalista, de fato, fez mais do que apenas “colocar a voz” no *jingle*: ele também “emprestou” seu *corpo* em um videoclipe feito para a música. Apesar de o vocalista ter solicitado que sua imagem não fosse usada no comercial de TV, a divulgação prévia da canção pelo videoclipe criou uma relação de identificação entre a imagem do cantor e a da empresa promotora da campanha. Há marcas dessa relação na própria página onde o vídeo foi postado: “O Falcão chamando todo mundo! Vem pra rua, porque a rua é a maior arquibancada do Brasil!”⁸¹.

Uma vez que o filme publicitário foi veiculado mais de uma semana após a divulgação do videoclipe, a imagem de Falcão já havia sido associada ao enunciado “vem pra rua” antes mesmo que este aparecesse no comercial de TV. Esse movimento ajudou a produzir o efeito de que o *jingle* não parecesse um *jingle*: dos dois vídeos postados pela Fiat em sua página no YouTube, o videoclipe da música completa teve, até 31 de janeiro de 2014, mais do que o triplo de visualizações em relação filme publicitário produzido para a televisão, com o *jingle* editado. Ou seja, nas condições de produção do espaço da internet, o *single* (registro fonográfico de uma só canção) e o *videoclipe*, que representam as principais (plata)formas do produto vendido atualmente pela indústria fonográfica, já faziam da canção um “sucesso”.

Mas o videoclipe deixa ver que se trata de um *jingle*: não é O Rappa ali no estúdio, apenas o cantor Falcão na companhia de outros músicos. A marca da Fiat aparece na inscrição “Estúdio Fiat” na abertura do vídeo, sugerindo um tipo de “patrocínio” a um projeto musical. Como se a Fiat estivesse *servindo à música*, e não *se servindo dela*. Por sua vez, o comercial de TV não deixava ver se a música era d’O Rappa ou um *jingle*, e teve intensa exposição entre maio e junho de 2013, quando foi veiculado diariamente nas TVs aberta e fechada.

⁸⁰ Os links de ambos os vídeos se encontram nas referências de internet.

⁸¹ Cf. Anexo N.

Antes de falarmos sobre os efeitos de sentido produzidos na e pela materialidade do filme publicitário, gostaríamos de pontuar algumas considerações teóricas sobre a *televisão* enquanto sua condição de produção, o que nos ajuda a compreender o fenômeno midiático.

Segundo Orlandi (2001), tem-se aí algo que atinge o olhar do sujeito à distância, dando-lhe a ver alguma coisa que se passa em outro lugar e produzindo assim um “efeito de testemunho” (op. cit., p. 179). Na medida em que esse movimento da imagem (audio)visual atravessa o espaço, rompendo as barreiras da distância, ele também produz efeitos sobre a relação quantidade/tempo: “anula a *demora*, elide a *espera*, instala o regime de urgência. Desfaz a necessidade cronológica: individualiza e instantaneiza.” (*idem*). Disso resulta que o sujeito/indivíduo telespectador, diante de imagens, dizeres e fatos que ele pode “presenciar” (mesmo sem estar presente) perde a dimensão histórica da constituição dos sentidos possíveis, formuláveis. Isso porque a televisão oferece uma repetição dessas imagens e dizeres que só (re)produz o “mesmo”, evitando os efeitos da historicidade. Como escreve a mesma autora:

Enquanto instrumento marcado pela produtividade – múltiplos meios e homogeneização dos fins – a Tevê é um lugar de interpretação extremamente eficaz. Porque *anula* a memória, a reduz a uma sucessão de fatos com sentidos (dados) quando, na realidade, o que se tem são fatos que reclamam sentidos. É este reclamar sentido que permitiria a historicização, a inscrição do acontecimento na história. A Tevê produz acontecimento *sem* história. A Tevê produz repetição sem memória. (ORLANDI, 2001, p. 180).

Nesse sentido, a repetição televisual produz apenas a variedade do “mesmo”, ou seja, ela somente (re)produz efeitos de evidência a partir do que dá a ver/ler/ouvir na imbricação de diferentes formas de linguagem e imagem. Nas palavras de Orlandi (*ibidem*, p. 182), o que se historiciza, enfim, é o fato “do homem se significar por essa linguagem que apaga a memória histórica e a substitui por uma memória metálica”, onde os sentidos não se constroem em um processo de *filiação* de diferentes dizeres no âmbito do interdiscurso (eixo da constituição), mas a partir de um mecanismo de *estratificação* desses dizeres no âmbito do intradiscurso (eixo da formulação). No funcionamento dessa memória metálica, não há a possibilidade de irrupção do *outro*, do *novo* ou do *diferente*; há apenas a repetição serializada do *mesmo*, em formas variadas. Como insiste Orlandi (*ibidem*), tem-se aí um mecanismo de *multiplicação dos meios e homogeneização dos fins*.

Considerando então que essa memória metálica funciona não apenas pela televisão, como também pelo computador e outros tipos de construtos técnicos, na medida em que ela “se constitui através das possibilidades de armazenamento de dados” (DIAS, 2013, p. 60), voltemos então à análise do filme publicitário “vem pra rua”, divulgado na TV e na internet.

Na textualização do filme publicitário, os elementos verbais e não verbais assumem diferentes formas. Enquanto o plano verbal se divide entre a letra do *jingle* (que toma a forma da oralidade) e as palavras que aparecem por escrito nas imagens do vídeo, o plano não verbal se divide entre aspectos musicais (o timbre da voz e a seção instrumental) e visuais (movimento de corpos e objetos) do videoclipe. Para compreender os efeitos produzidos por essa materialidade audiovisual, procuramos descrever⁸² o modo como a edição do vídeo sincronizou uma sequência de imagens com o que é cantado na música.

Assim, observamos que, ao ser musicalizada, a linearidade da letra ganha uma cadência específica a partir da sincronicidade entre os versos cantados e as imagens editadas. Se, por um lado, o recobrimento da letra pela voz faz com que o gesto do cantor se sobreponha ao do compositor, por outro, o gesto do editor se sobrepõe ao do cantor, num movimento que produz efeitos de unidade e dispersão de sentidos na passagem da escrita à oralidade, e desta ao audiovisual. Nesse movimento, procuramos compreender como a edição de imagens dá visibilidade a uma série de contradições relacionadas aos sentidos que a letra silencia (a exclusão social, os problemas de mobilidade urbana e a violência).

No que se refere à *exclusão*, identificamos que o verso “Vem, vamo pra rua” (A1) e uma paráfrase – “Vem, vamo com a gente” (A5) – são acompanhados de duas imagens em movimento: na primeira (V1), três meninos aparecem jogando bola no que parece ser o corredor de uma favela de morro; na segunda (V5), outro grupo de crianças aparece correndo no meio de ruas e avenidas. Na imbricação do áudio com o visual, a *rua* aparece como um espaço habitado por crianças pobres, individuadas na falha das instituições (ORLANDI, 2012), muitas das quais encontram no futebol profissional a única possibilidade de se inserirem na sociedade. Esta imagem expõe uma contradição própria à indústria do futebol: embora esta movimente enormes somas de dinheiro, são poucos os talentos premiados com a consagração profissional, que se sustenta em um padrão exageradamente elevado e mantém a maioria excluída do processo. Assim, a sincronia das imagens às paráfrases supracitadas torna visível o fato de que a convocação para torcer nas ruas por um time de poucos heróis consagrados implica se deparar também com muitos daqueles que não tiveram a mesma “sorte”.

⁸² A descrição das relações de sincronicidade entre o áudio e o visual está formulada na tabela do Anexo O. Como há alguns versos que se repetem ao longo da música, enumeramos os versos cantados no áudio em uma coluna com a letra A, e fizemos breves descrições das imagens que acompanham os versos no vídeo, que enumeramos em uma segunda coluna com a letra V.

A sincronicidade entre o áudio e o vídeo também torna visíveis algumas contradições relacionadas à questão da *mobilidade*. Os versos “Vem pra rua” (A8) e “Pra maior arquibancada do Brasil” (A9), que aparecem em sequência, são acompanhados de duas tomadas de câmera: a primeira (V8) mostra pessoas festejando na rua, em meio ao trânsito parado; já na segunda (V9), é possível ver um homem dentro de um carro, buzinando repetidas vezes, em um aparente gesto de “celebração”. Esse movimento de imagens reproduz (e transforma) a cena de tomada das ruas que normalmente se segue à conquista de um campeonato: o gesto de aparente celebração do motorista silencia outros sentidos possíveis para o uso da buzina nessas mesmas condições de produção, uma vez que a buzina dos festeiros e a daqueles que estão apenas tentando se deslocar de um ponto a outro da cidade se tornam indistintas em meio à massa sonora. Cria-se assim a ilusão de unidade na massa de corpos e carros pelo apagamento da diferença e das contradições que a ocupação das ruas, seja ela de caráter festivo ou não, produz. O espaço *falta*.

Já no que diz respeito à *violência*, no momento do verso “Sai de casa” (A7) surge a imagem de uma pessoa mascarada envolta em uma fumaça avermelhada (V7), enquanto o verso “Vem pra rua” (A18) aparece sincronizado com a tomada de uma câmera no alto de um edifício, mostrando o cruzamento de duas avenidas repleto de corpos em verde e amarelo, do meio de onde sai também uma fumaça avermelhada que se assemelha àquela produzida pelos sinalizadores utilizados por torcidas organizadas no Brasil. Assim, dois versos que trazem o imperativo de convocar a torcida às ruas são acompanhados de imagens que remetem à violência recorrente nas arquibancadas dos estádios de futebol e também nas ruas brasileiras.

A última cena do filme publicitário tem como imagem de fundo um fogo produzindo a mesma fumaça avermelhada, sobre o qual aparece escrito um dizer que também é falado pela voz de um locutor: “Vem com quem mais entende de rua. Vem com a Fiat”. Embora não fique claro que tipo de *entendimento* é esse, nesta formulação a palavra “rua” materializa a contradição e o equívoco na linguagem e no discurso da publicidade, na medida em que a rua é um espaço *físico* e também *social*, recoberto pelo *urbano*, sob uma organização onde intervêm o Estado e o Mercado, de modo que ela seja, além de tudo, um espaço de exercício da *cidadania* e do *consumo*. É nesse sentido da rua como espaço de consumo que a marca Fiat (que tem se destacado no mercado de carros populares) significa seu próprio lugar como “quem mais entende de rua”. E, a partir desse imaginário, se dirige ao seu público-alvo: aqueles que assistiriam à Copa do Mundo do lado de fora dos estádios, muitos dos quais experimentam outros sentidos e têm outro entendimento da rua enquanto espaço simbólico, político, social, urbano. E assim, os sentidos de “ir pra rua” também são outros.

Ainda na última cena do comercial, a inscrição “#vempraru” aparece no vídeo. Esse tipo de inscrição, sem espaços e antecedida pelo sinal de cerquilha (#), funciona em redes sociais como Twitter, Facebook e Instagram como um mecanismo de indexação conhecido como *hashtag*. Trata-se de uma das principais ferramentas para a promoção de campanhas virais nas redes sociais: ao clicar em uma *hashtag*, tem-se acesso a um hipertexto que agrega todas as postagens que foram marcadas com aquela inscrição. Isso torna possível medir, tanto nas redes sociais quanto através de mecanismos de busca, o alcance de diferentes tópicos, sendo que os mais comentados aparecem em uma lista do Twitter chamada *trending topics*. Assim, compreendemos o funcionamento da *hashtag* como um registro de memória metálica, que acumula todas essas diferentes formulações como simples dados, sem consideração das condições de produção, da historicidade, da materialidade do dizer.

Pêcheux (1983), escrevendo sobre as diversas formulações que o discurso midiático produziu sobre o acontecimento das eleições presidenciais na França em 1981, afirma que os diferentes enunciados formulados pela mídia “não se encontram em relação interparafrástica”, pois “remetem a um mesmo fato, mas não constroem as mesmas significações” (*idem*, p. 20). Pensando então o uso da *hashtag*, entendemos que os enunciados aí reunidos também não se encontram em relação interparafrástica e não constroem as mesmas significações, mas com uma diferença fundamental em relação ao que observa Pêcheux acerca do discurso midiático: os enunciados indexados por uma *hashtag* não remetem sempre ao mesmo fato⁸³.

Muito embora a aparição da inscrição “#vempraru” ao final do comercial de TV sugerisse o engajamento do público na campanha da Fiat nas redes sociais, o efeito produzido foi outro: com a escalada dos protestos desencadeados pelo MPL, a repetição da *hashtag* passou a indexar postagens que convocavam as pessoas a ir às ruas não para torcer em um torneio de futebol, mas para exigir transformação social. Na contradição evocada pela palavra “rua”, produzia-se o equívoco no discurso publicitário: não foi apenas a rua enquanto espaço de consumo que o público ali reconheceu, mas, sobretudo, a rua como um *espaço político*. Daí em diante, uma profusão de outros dizeres (e efeitos de sentido) passou a ser associada ao enunciado “vem pra rua”, tanto no espaço eletrônico, a partir da marca que o sinaliza como uma *hashtag* (#), quanto no próprio espaço dos protestos urbanos, enquanto palavras de ordem recorrentes nos cartazes dos manifestantes⁸⁴.

⁸³ Cf. Anexo M.

⁸⁴ Cf. Anexo P.

A intensa exposição do filme publicitário da Fiat em canais de TV aberta e fechada, que se estendeu até o dia 22 de junho, produziu efeitos não apenas no discurso dos protestos de rua como também no discurso jornalístico sobre as manifestações. Como mencionamos no final do capítulo anterior, após os episódios de violência policial que marcaram os protestos do dia 13, seguiu-se um deslocamento brusco no viés da grande imprensa. Segundo relatam Judensnaider ([et.al.], 2013) e Ortellado (2015), no final de semana dos dias 15 e 16 de junho, a abordagem dos grandes meios de comunicação da mídia impressa e televisiva apresentou três mudanças significativas: 1) deixava-se de mencionar as justificativas dos governos para o aumento das passagens; 2) deixava-se também de silenciar os excessos da violência policial; e 3) começava-se a buscar outras causas, além da do transporte, para a escalada dos protestos, de modo que a *crise* que começava a ser noticiada fosse vista não como resultante das ações do MPL, mas como fruto de uma insatisfação generalizada, que teve no aumento das tarifas apenas “a gota d’água”.

Além disso, como também já citamos, parte desse movimento midiático⁸⁵ consistiu em um processo de individua(liza)ção do sujeito manifestante. A nosso ver, isso se liga ao fato de que não era mais possível (des)qualificar as manifestações em si como “atos de violência”, daí a necessidade de se distinguir os manifestantes “pacíficos” e os “vândalos”, os não violentos e os violentos. Com efeito, o imaginário do “bom manifestante” que começa a se formular a partir daí é marcado por imagens de indivíduos cujos corpos se textualizavam de maneira semelhante ao de um típico torcedor da seleção brasileira de futebol: rostos pintados nas cores verde e amarela, a referência ao hino nacional, os “gritos de guerra⁸⁶” e bandeiras do Brasil, ostentadas ao ar ou envoltas no corpo. Corpos de sujeitos que participavam do evento como *indivíduos espectadores*.

Esse efeito metafórico não é uma “novidade” de junho de 2013. Muito pelo contrário, imagens semelhantes a essas constituem um dos principais registros visuais do movimento Caras Pintadas, em 1992, momento em que também houve a construção de um *espetáculo*, “uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (DEBORD, 1967, p. 14). E, assim como 21 anos antes, esse espetáculo, essa relação intermediada pela mídia, criou espaço e fomentou a circulação de um misto de protesto e torcida contra o governo federal.

⁸⁵ Vemos esse deslocamento da mídia como um movimento que buscava sustentar sua posição de *intermediação*. Como coloca Silva (2012, p. 28), “no contexto de uma sociedade moderna, a sociedade dita ‘democrática’, o imaginário em que se produz primeiro a imagem da *imprensa*, e depois da *mídia*, é a de uma instituição que ‘intermedia’ a relação do cidadão com as demais instituições”.

⁸⁶ Referimo-nos a enunciados semelhantes ao *on a gagnè* francês, analisado por M. Pêcheux (1983).

No dia 16 de junho, domingo, as capas⁸⁷ dos três jornais de maior circulação no Brasil (Folha de SP, O Estado de SP e O Globo) traziam imagens do jogador Neymar comemorando um gol no primeiro jogo da seleção brasileira de futebol na Copa das Confederações da FIFA, acompanhadas de manchetes que destacavam um mesmo fato: as vaias da torcida à presidente Dilma Rousseff. Não se tratava de um dizer de protesto, especificamente, mas de um rumor produzido coletivamente, cuja materialidade produzia efeitos. Três dias depois, a entidade organizadora do futebol mundial anunciou que eram proibidas as manifestações de protesto nos estádios. Quanto às vaias, no entanto, a FIFA nada podia fazer: *elas fazem parte do jogo*, tanto no espetáculo esportivo quanto no espetáculo político.

Não obstante, naquele mesmo dia, torcedores levantaram cartazes de protesto durante o hino nacional e algumas imagens foram transmitidas pela televisão⁸⁸. Os cartazes diziam: “esse protesto não é contra a seleção, mas sim contra a corrupção!”, sendo que a palavra “corrupção” aparecia em vermelho, cor do partido do governo federal. Assim, associado à imagem do “bom manifestante” cujo corpo se textualiza como o de um *torcedor*, o protesto passa a ter o seu sentido direcionado à *corrupção*. Essa foi a imagem amplamente veiculada pela mídia após a “virada” em seu discurso, para retomarmos o termo utilizado por Judensnaider ([et. al., 2013] e Ortellado (2015). Tudo, desde os primeiros protestos do MPL, passa a ser significado na grande imprensa como “manifestação contra a corrupção”.

É precisamente neste ponto que podemos compreender os protestos *já transformados* em um espetáculo midiático pelo acontecimento discursivo que produziu um deslocamento do fenômeno de massa desencadeado pelo MPL. Um deslocamento de sentidos relativos às *manifestações* e aos *manifestantes*, ou seja, um deslocamento do lugar de constituição dos sentidos e sujeitos no espaço discursivo dos movimentos sociais de protesto. Enfim, um movimento próprio a uma formação ideológica específica, determinada em última instância pelo modo de produção capitalista, em seus fluxos e refluxos na história.

Trata-se, a nosso ver, de um movimento característico do *espetáculo*, que, segundo Debord (1967), produz um distanciamento do real e da realidade (imaginária) à medida que se constitui como “a *afirmação* da aparência e a afirmação de toda vida humana – isto é, social – como simples aparência” (op. cit., p. 16). Segundo observamos, o protesto tornado espetáculo funciona mediante essa construção de um imaginário das aparências do “bom manifestante” como aquele que vai às ruas em defesa do “Brasil”.

⁸⁷ Cf. Anexo Q.

⁸⁸ Cf. Anexo R.

Cabe perguntar, parafraseando Renato Russo: que “Brasil” é esse? É o país? A nação? O Estado? A seleção de futebol? Essa (con) fusão de sentidos em torno da mesma palavra é fruto de um *patriotismo de ocasião* construído em condições de produção específicas, marcadas pelo encontro (geográfico e histórico) de dois importantes acontecimentos urbanos: de um lado, o acontecimento político/social dos movimentos pela mobilidade e, de outro, o acontecimento político/econômico/midiático dos grandes eventos esportivos internacionais. Na medida em que as bandeiras levantadas por movimentos sociais de esquerda como o MPL são trocadas pela bandeira do Brasil, os protestos que se formulavam como reivindicações por mobilidade dão lugar a uma queixa generalizada contra a corrupção. Esse movimento, assim como a construção de uma imagem do “bom manifestante” que se aproxima à de um *torcedor* (espectador), inscreve a posição sujeito aí implicada em um *lugar passivo*.

Neste momento de nossa reflexão, as colocações de T. Silva (2012) sobre o discurso da/na televisão são relevantes para compreendermos o espetáculo midiático que observamos nesse momento de junho de 2013 (a partir do final de semana dos dias 15 e 16). Trata-se, segundo a autora, de um discurso que “tem como imaginário de interlocutor o *consumidor*” (*idem*, p. 38). Assim, ela reitera:

E, dizendo isso, estamos dizendo que há uma sobreposição do *discurso publicitário* aos outros discursos, como o *discurso cultural* e mesmo o *discurso jornalístico*, em que estariam representados os interesses não diretamente do consumidor, mas daquele cidadão, o interlocutor do Estado (*ibidem*).

De nossa parte, podemos acrescentar que o discurso publicitário também se sobrepõe a um discurso social, que, como mostra Orlandi (2004), é por sua vez atravessado pelo urbano. Essa sobreposição fica marcada no discurso dos protestos, sobretudo nos deslocamentos de sentidos produzidos pela adoção do *jingle* “vem pra rua” como slogan das manifestações.

Quanto a isso, seria possível dizer que a linguagem publicitária visou ao consumidor, mas o atingiu enquanto sujeito cidadão. No entanto, pensamos que mesmo nesse caso as considerações anteriores continuam válidas, uma vez que esse sujeito cidadão se reconheceu enquanto tal em um lugar marcado pela “indistinção entre participação (do cidadão como integrante da sociedade) e mercado/consumo” (SILVA, 2012, p. 38). Assim, à medida que a espetacularização do protesto tem como um de seus efeitos o fato de que o cidadão passa a ser (re)tratado como consumidor, a reivindicação de direitos públicos, referentes à cidadania, também toma a forma de uma reclamação de direitos privados, ligados ao consumo.

Elementos marcantes dessa *sobreposição do sujeito consumidor ao sujeito cidadão* podem ser observados na imagem abaixo.



Imagem 8: Cópia de tela de enquete no Facebook (Fonte: www.missingpunchline.com.br).

Esta imagem consiste em uma cópia de tela (*printscreen*) de uma enquete publicada no Facebook, que encontramos no blog Missing Punchline. De modo que a imagem foi recortada da rede social, enquanto a legenda que aparece abaixo, em letras maiúsculas, é um comentário feito pelo autor do blog (MARTINS, 2013). Ele chama a atenção para o fato de que a abertura de novas pautas através daquela enquete fazia o espaço de protesto se assemelhar a um SAC (serviço de atendimento ao consumidor), percepção esta que se inscreve de forma irônica na legenda: “*O protesto dos menino aí é bom mesmo, hein? Me vê dez*”. Gesto de interpretação que mobiliza o sentido de *quantidade* para apontar a forma *serializada* dessas “novas pautas”, acusando assim o efeito de sentido de *exploração* no próprio interior do discurso de protesto.

Consideramos esse recorte⁸⁹ feito pelo autor do blog um gesto bastante significativo. Afinal, ao observarmos tanto a questão posta pela enquete quanto as possíveis respostas colocadas em votação, topamos com uma profusão de dizeres que se inscrevem em diferentes formações discursivas, que se relacionam umas às outras em diferentes medidas. Portanto, detivemo-nos nas seguintes partes: a *questão* colocada pela autora da enquete; a *primeira resposta*, assinalada pelo autor do blog antes de copiar a imagem de tela; e a *quinta resposta*, que toca de um modo específico a pauta inicial dos protestos de junho de 2013.

A formulação da pergunta a ser respondida pela enquete parte de um pré-construído sobre os protestos de junho de 2013, que se materializa no enunciado “o Brasil acordou” (R6). Lembramos que, no gesto analítico, o que importa não é saber “o que” isso quer dizer, e sim “como” essas palavras fazem sentido. Para tanto, consideramos duas paráfrases.

Primeiramente, pensamos que outra forma possível de se dizer o que é dito em R6 seria dizer que “os brasileiros acordaram” (P1R6). Esta paráfrase dá visibilidade a um efeito de metonímia que funciona na palavra “Brasil”, a partir do qual se projeta uma imagem de unidade, totalidade e completude. Isto é, ao se falar sobre “os brasileiros” como “o Brasil”, apaga-se a heterogeneidade que fica marcada na forma do plural, e com isso apaga-se também o sentido do *antagonismo* instalado na pluralidade, na multiplicidade e na diversidade.

Além disso, pensamos que outra possibilidade para a formulação de R6 seria dizer que “o Brasil levantou” (P2R6). Já esta paráfrase aponta para o funcionamento da metáfora na palavra “acordou”, a partir do qual nos deparamos com um deslizamento de sentidos ligados a um despertar, a um modo de se pôr em movimento. Assim, ao se falar que o Brasil “acordou”, o efeito de sentido deste “despertar” se coloca como uma súbita tomada de consciência que (ir)rompe (de) um estado de torpor e insensibilidade. Diferentemente, a palavra “levantou” associa esse mesmo “despertar” ao movimento de se erigir, colocar-se de pé e se fazer crescer frente a algo, evocando assim ao mesmo tempo o sentido do levante, da insurreição.

Observamos então, a partir daí, que a formulação “o Brasil acordou” (R6) se inscreve em uma formação discursiva que evita simultaneamente, na formulação desse dizer, o sentido de que o Brasil abrange um corpo social heterogêneo/antagônico, e o sentido de que “acordar” neste caso se refere a uma tensão no próprio interior desse corpo social. Dito de outro modo, nos efeitos de evidência produzidos pelo dizer “o Brasil acordou”, silencia-se o sentido de que *os brasileiros se levantaram* (no e contra o próprio “Brasil”, isto é, *uns contra os outros*).

⁸⁹ Como *recorte*, consideramos não apenas a cópia de tela (*printscreen*), que o autor do blog fez da enquete no Facebook, mas também (e principalmente) a inscrição de seu comentário abaixo da enquete, tal como aparece em seu blog e apresentamos na Imagem 8.

Em suma, a formulação da pergunta traz diversas marcas do gesto de interpretação do sujeito autor da enquete em relação aos protestos desencadeados pelo MPL em junho de 2013: o protesto como lugar de oportunismo (“*aproveitando que...*”), a unidade e a espontaneidade imaginárias de um movimento de massa (“*o Brasil acordou*”), a importância do efeito de reconhecimento (“*e está tendo repercussão internacional*”), a generalização das suas causas (“*lutar juntamente por outros ideais que melhorem a vida no Brasil*”) e, enfim, as pretensões de totalidade e de completude (“*por mim todos*”). Há aí uma linguagem apelativa que aponta para o discurso da publicidade como constitutivo da imagem que a autora da enquete faz sobre o referente, isto é, a onda de protestos.

Aqui, são bastante relevantes as considerações de Souza (1999) sobre os modos de produção de sentidos através de enquetes. Segundo este autor, o funcionamento da enquete consiste em um processo de *interpelação discursiva* que “aloja-se em uma memória de significações – o interdiscurso – na qual o sujeito, ao ser interpelado pelo questionário já tem assinalado o seu lugar para responder” (op. cit., p. 251). Assim, a formulação da enquete produz ao mesmo tempo uma abertura de sentidos com a pergunta e um fechamento com as respostas pré-estabelecidas, de modo que “a cena da aplicação do questionário emerge regida por uma outra voz cujo efeito é converter o entrevistado em refém das palavras alheias” (*idem*, p. 253). Mediante as injunções dessa voz, que é a voz do sujeito que formula a enquete, “o sujeito inquirido é interpelado em uma posição da qual não pode escapar” (*ibidem*).

Porém, no caso da enquete postada no Facebook, há uma diferença importante em relação ao que é observado por Souza em sua análise de uma enquete feita pelo Datafolha, pois na rede social é possível clicar em uma opção chamada “outro” e ali inscrever uma alternativa que não se encontra nas respostas já dadas. A partir desse gesto, cria-se aí um lugar não previsto pelo autor da enquete, de modo que possa haver resistência às injunções dessa “outra voz” que procura “converter o entrevistado em refém das palavras alheias”.

É esse o caso da primeira opção, assinalada pelo autor do blog que fez a cópia de tela: “*pára de enfiar tema nada a ver no protesto pra diluir o movimento, seu pelego*”. Esta é uma resposta que, ao contestar a sugestão colocada na formulação da pergunta, procura invalidar a enquete como um todo, uma vez que as outras pautas são consideradas “nada a ver” e serviriam apenas para “diluir o movimento” que teve início com as manifestações pedindo a revogação do aumento das tarifas de transporte. Nesse sentido, aqueles que levam a enquete a sério são chamados de “pelegos”, termo que remete a um indivíduo rústico, tosco, que demonstra não compreender a situação na medida em que desvia o foco do protesto do que até então era a sua questão central: a revogação do aumento, sob a bandeira da “tarifa zero”.

Essa resposta, ao “escapar” à interpelação discursiva colocada pela enquete, aponta para a contradição e o equívoco em sua formulação. Ali, a única alternativa que se reporta à pauta do transporte público limita-se a pedir um serviço “digno” e “por um preço justo”. Apoia-se em um efeito de evidência sobre o que é *justo*, esquecendo-se de que a mesma coisa considerada justa para alguns pode ser (e quase sempre é) injusta para outros. É *isso* que o MPL denuncia ao levantar a bandeira do passe livre. Assim, esse efeito de evidência de que “um transporte digno” vale “um preço justo” se constrói mediante *o apagamento do discurso de esquerda* nos protestos contra o aumento das tarifas. Elide-se a divisão do corpo social. Silencia-se a ideia de “tarifa zero”, bem como a especificidade política do MPL.

Neste ponto, a análise da enquete nos remete mais uma vez à obra de Debord (1967). Eis o que afirma o autor, na tese 54:

O espetáculo, como a sociedade moderna, está ao mesmo tempo unido e dividido. Como a sociedade, ele constrói sua unidade sobre o esfacelamento. Mas a contradição, quando emerge no espetáculo, é, por sua vez, desmentida por uma inversão de seu sentido; de modo que a divisão é mostrada unitária, ao passo que a unidade é mostrada dividida (op. cit., p. 37).

A partir daí, passamos a observar que a formulação da enquete (contendo a pergunta e as respostas não assinaladas) se inscreve em uma formação discursiva onde a manifestação de protesto significa como um espaço em que diferentes movimentos sociais *se condensam*: “dois se fundem em um”, ou, como escreve Debord, “a divisão é mostrada unitária”. Segundo pensamos, trata-se de uma perspectiva *idealista*, calcada na concepção de um sujeito consciente e mestre de suas ações e intenções, sendo que o protesto é aí tomado como resultante de um movimento de *conscientização social*.

Já a resposta assinalada pelo autor do blog se inscreve em uma formação discursiva onde a manifestação de protesto, tal como é significada na e pela enquete, aparece como um espaço em que a unidade de certos movimentos sociais *se divide* em pautas contraditórias: “um se divide em dois”, ou, nas palavras de Debord, “a unidade é mostrada dividida”. Aqui, vemos que se trata de uma perspectiva *materialista*, baseada em uma concepção de sujeito dividido e ideologicamente constituído, de modo que o protesto é aí tomado como resultante de um movimento de *resistência política*.

Vale salientar que essa relação de formações discursivas é algo que observamos nas formações imaginárias marcadas na enquete acerca do referente (os protestos e suas causas), sob a forma de uma série de enunciados que revelam uma tensão entre unidade e dispersão (de sujeitos e sentidos) no interior dos movimentos sociais de protesto.

Pode-se observar a partir de tudo isso que (n)a formulação da enquete (se) materializa uma ideologia de *mercado*, que apela ao cidadão como *consumidor* (não apenas de objetos, mas de ideias, discursos e sentidos). A manifestação de protesto materializa uma disputa que tem movimentos sociais de um lado e o Estado do outro, sendo que o mercado é o que está no *meio* e sempre pendendo para este último, trabalhando o social em favor do poder instituído. No caso em questão, o mercado fomenta o movimento social ao passo que administra, mediante os seus interesses, um serviço público concedido pelo Estado, e, ao mesmo tempo, dilui esse mesmo movimento ao fornecer-lhe certas bases discursivas a partir das quais ele tenta se propagar, expondo-se assim à contradição e ao equívoco: o protesto é promovido como um meio para vários fins possíveis, ao ponto de se tornar um fim em si mesmo.

Portanto, a enquete produz um efeito semelhante ao que observamos na formulação “não são só 20 centavos”: uma abertura de sentidos, que cria um lugar onde qualquer manifestação pode se inscrever.

Como já mencionamos, esse movimento de abertura dos sentidos dos protestos foi fomentado pela mídia (imprensa e televisiva) no final de semana dos dias 15 e 16 de junho, quando já não era mais possível classificar as manifestações como simples atos de violência. Como lembra Ortellado (2015):

Assim, na semana do dia 17 de junho, os protestos contra o aumento das passagens, que já estavam acontecendo em várias capitais, se ampliaram ainda mais e mobilizaram milhões de pessoas em todo o país. Outras pautas como o rechaço à classe política e à corrupção, críticas à Copa do mundo e a demanda por melhores serviços públicos se somaram à reivindicação por redução das tarifas de transporte, mas sem tirar dela a dominância. (op. cit.).

Na segunda-feira, dia 17 de junho, o “quinto grande ato” do MPL foi alvo de ampla cobertura midiática, com atualizações que interrompiam a programação da TV aberta e um acompanhamento “em tempo real” nos noticiários da TV fechada e em portais da internet⁹⁰. Naquele dia, os protestos se transformaram em um fenômeno popular que não se limitava às grandes capitais e se espalhava por cidades do interior do país. Em Brasília, no início da noite, manifestantes invadiram o prédio do congresso nacional, num momento em que as imagens, transmitidas ao vivo, ganharam ares cinematográficos. Foi o auge do espetáculo midiático produzido a partir dos protestos.

⁹⁰ Chamou-nos a atenção, nesse dia, a enorme mobilização das equipes de jornalismo do canal Globonews e do portal UOL durante todo o dia. Até então, esse tipo de esforço era visto apenas na cobertura feita pelo grupo independente Mídia Ninja, veiculada pelas redes sociais.



Imagem 9: Mídia Ninja (Fonte: <http://on.fb.me/1Ahxls4>).

Esta foto, publicada pelo coletivo de jornalismo independente Mídia Ninja, tornou-se uma das imagens-símbolo dos protestos de junho de 2013. Ela captura o momento preciso em que os manifestantes ocupam a parte do edifício onde se localiza a câmara dos deputados: tendo se posicionado entre as luzes do prédio e o construto hemisférico com abertura superior, os manifestantes tiveram suas sombras projetadas sobre a superfície das paredes inclinadas, produzindo na cúpula um efeito pitoresco e, de certa forma, até poético. Embora estivessem de fato do lado de *fora* do edifício, mais precisamente em sua cobertura, as enormes sombras ali projetadas produziam o efeito de sentido de que os manifestantes haviam “tomado conta” da sede do poder legislativo e, por extensão, os protestos atingiam enfim o governo federal.

É interessante notar o modo como esse efeito se produziu a partir da *materialidade* do prédio projetado por Oscar Niemeyer. Diz a Wikipédia sobre o seu *significado*:

Poeticamente, as cúpulas que compõem a marca registrada do edifício não estão posicionadas de tal forma por acaso. O Senado, que encontra-se abaixo da cúpula côncava (virada para baixo, esquerda), pretende transmitir e prevalecer a reflexão, a ponderação, o equilíbrio e o peso da experiência (já que o mandato dos senadores é de 8 anos) àqueles que o seu interior ocupar; também pode representar a mais alta “cúpula” do país, sendo aquela que irá validar as regras e leis da nação. Já a cúpula convexa (virada para cima, direita), localizada acima da Câmara dos Deputados, é maior e mais aberta; seu vértice vasto está aberto a todas as ideias e ideologias, tendências, anseios e opiniões que compõem o povo brasileiro, representados no interior do edifício pelos deputados (CONGRESSO NACIONAL [EDIFÍCIO]).

Portanto, a disposição das cúpulas é tomada como tendo um significado, um efeito de sentido relacionado às *formas abstratas* da semiesfera “fechada” sobre o senado e do hemisfério “aberto” sobre a câmara dos deputados.

Aqui, gostaríamos de explicitar o modo como compreendemos, a partir de Orlandi (1998, 2012a), a *forma material* da língua como algo que se distingue de suas outras formas significantes (como a abstrata ou a empírica). Se a forma empírica da língua é a da dimensão de seu uso cotidiano, e a forma abstrata é a compreendida pelo linguista, a forma material é aquela que contempla o seu movimento na história, ou seja, é a sua forma discursiva.

No caso do prédio do congresso nacional, não estamos diante de formas da língua, mas de certa forma de linguagem arquitetônica no espaço urbano. Isso não impede, porém, que possamos observar a forma material do espaço que se textualiza na imagem fotográfica, desde que tenhamos em vista o movimento daquelas formas abstratas na história.

É justamente isso que podemos apreender na Imagem 9, pois é o próprio modo de constituição daquelas formas abstratas que permite a projeção das sombras dos manifestantes, colocados entre as luzes lançadas sobre o prédio e as suas paredes inclinadas para o exterior, no acontecimento dos protestos do dia 17 de junho. Esse efeito não poderia ter sido produzido na cúpula “fechada”, que representa o senado, mas tão somente na que simboliza a abertura de “*todas as ideias e ideologias, tendências, anseios e opiniões que compõem o povo brasileiro*”, que supostamente estariam “*representados no interior do edifício pelos deputados*”.

Para apreendermos esse espaço em sua materialidade, temos de nos reportar às condições de produção: em junho de 2013, após o deslocamento dos sentidos dos protestos por mobilidade para os de manifestações contra a corrupção, fomentava-se pelo espetáculo midiático a evidência de que todas essas diferentes “ideias”, “ideologias”, “tendências”, “anseios” e “opiniões” *não* eram representados no interior daquele prédio institucional. E foi sobre aquele espaço que as sombras dos manifestantes se projetaram, agigantando-se.

Ganha corpo aí outro slogan que foi apropriado, nas manifestações de junho de 2013, do discurso publicitário: “*O gigante acordou*”, paráfrase de uma campanha publicitária do uísque Johnny Walker, “O gigante não está mais adormecido”, de 2011. Que, por sua vez, também é uma paráfrase do dizer “o Brasil acordou”, inscrito na enquete que analisamos. Novamente, vemos aqui a sobreposição do discurso social/urbano pelo discurso publicitário. E, ainda mais uma vez, uma imagem de manifestante que se assemelha à de um torcedor, através de um efeito metafórico produzido pela projeção das sombras na cúpula do edifício: os corpos indistintos, os braços erguidos para o alto em gestos de celebração. Um *on a gagnè* (“ganhamos!”) que se dispersa entre o acontecimento político e o espetáculo midiático.

As sombras dos manifestantes, ao se projetarem na cúpula da câmara dos deputados, mostram aquela forma abstrata tomada no movimento da história, como forma material, dando visibilidade assim à materialidade discursiva de um modo de organização do urbano que ali aparece desorganizado: o prédio do congresso nacional, ocupado por manifestantes. Desta forma, a *materialidade* da construção se tornava visível mediante um movimento social (historicamente determinado) que desestabilizava os sentidos relacionados àquele espaço. Esse movimento, no interior do espetáculo midiático que ali se deflagrava, produzia o sentido de uma manifestação direcionada ao governo federal.

E desta forma o acontecimento foi noticiado, não somente a partir das transmissões televisionadas “ao vivo” (como a do Globonews) e das coberturas *online* “em tempo real” (como a do UOL), mas também nas capas dos principais jornais brasileiros no dia seguinte⁹¹. A Folha de São Paulo estampava em sua capa uma imagem parecida com a Imagem 9, acompanhada da manchete “*Milhares vão às ruas ‘contra tudo’; grupos atingem palácios*”. Já O Estado de São Paulo trazia uma imagem da mesma cena, capturada por um ângulo diferente, e anunciava que “*Protesto se espalha pelo País e políticos viram alvo*”. Por sua vez, O Globo reproduzia uma imagem pequena dos manifestantes ocupando o congresso nacional, ofuscada pela imagem panorâmica de uma enorme passeata no Rio de Janeiro sob a manchete “*O Brasil nas ruas*”.

Essas três manchetes apresentam três regularidades que já observamos nas análises anteriores: a generalização das pautas das manifestações (“milhares vão às ruas *contra tudo*”), o direcionamento dos protestos a uma revolta contra o governo (“políticos viram alvo”) e o imaginário de unidade e completude produzido sobre os manifestantes (“o Brasil nas ruas”). Diferentes gestos de interpretação que, em conjunto, ressignificavam as manifestações dentro de um paradigma ao mesmo tempo democrático e totalitário, em que a mobilização social era politicamente neutralizada e absorvida *em* e *por* um discurso institucional. Esse movimento de sentidos mostra o funcionamento da ideologia na e pela linguagem, na medida em que o *discurso sobre* as manifestações se apropriou do discurso de protesto em si, e o fez mediante a construção de uma “narrativa oficial” que administrava os sentidos daquele acontecimento político, social e urbano. Assim, o que começou como um movimento social de esquerda passou a ser tomado como uma mobilização popular contra o governo federal “de esquerda” e, quando a tensão social se tornou politicamente insustentável, a revogação do aumento das tarifas foi anunciada em São Paulo e no Rio de Janeiro, na noite de 19 de junho de 2013.

⁹¹ Cf. Anexo S.

Na manhã seguinte, o que pode ser reconhecido como o maior êxito do MPL em seus dez anos de existência foi alardeado nos grandes jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro⁹² como uma vitória “das ruas” e uma derrota dos governos municipais e estaduais. Enquanto a *Folha* e o *Globo* davam destaque à “derrubada das tarifas”, o *Estadão* enfatizava o recuo nas posições de F. Haddad e G. Alckmin, bem como a persistência do MPL em manter o ato programado para aquele dia. Nos próximos dias, a abordagem da imprensa voltaria a destacar a *violência* dos e nos protestos que se seguiram, e direcionaria a “crítica das ruas” à figura da presidente Dilma Rousseff⁹³.

Enquanto o MPL ainda não tinha anunciado o cessar dos protestos após revogação do aumento das tarifas, o “grande ato” marcado para o dia 20 de junho foi mantido em um comunicado divulgado no Facebook:

O ato desta quinta se mantém. Além de comemorar a vitória popular, sairemos às ruas em solidariedade às lutas das demais cidades do país e em apoio a todos os companheiros presos, detidos e processados durante os atos contra o aumento, contra a criminalização do movimento (PASSE LIVRE SÃO PAULO, 2013).

Porém, naquele dia outros grupos continuaram se manifestando em protesto contra questões pontuais (como a PEC 37) e mais “gerais” (como a “corrupção no e do governo”), e a violência desencadeada nesses diferentes protestos forçou o MPL a voltar atrás, anunciando uma interrupção “momentânea” das suas manifestações⁹⁴.

Esse episódio não foi incluído no relato (ricamente documentado) de Judensnaider ([et. al.] 2013) sobre as mobilizações do MPL, mas foi endereçado por P. Ortellado (2015), um dos autores, no texto escrito como prefácio para a segunda edição do livro. Ele chama a atenção para o fato de que ali teve início um choque político no próprio interior dos protestos, a partir do qual se deflagrou um “grande, confuso e um tanto violento confronto entre esquerda e direita que não havia aparecido nos protestos dos dias 6, 7, 11, 13, 17 ou 18”. Desde então, fomentou-se no cenário político um antagonismo exacerbado entre militantes de partidos e movimentos sociais de esquerda, e manifestantes que se alinhavam em uma direita de oposição ao governo federal. Isso foi algo que continuou produzindo efeitos nos meses que se seguiram, sobretudo no período das eleições de 2014. Rapidamente, o sentido de “unidade” do “Brasil nas ruas” se mostrou profundamente contraditório.

⁹² Cf. Anexo T.

⁹³ Cf. Anexo U.

⁹⁴ Cf. <http://bit.ly/1EWwJZx> e <http://bit.ly/1FxSxlj>.

Além disso, outro efeito que observamos a partir do espetáculo midiático construído em junho de 2013 foi o investimento do Estado em seu aparelho repressivo⁹⁵. Sobretudo após a morte de um cinegrafista da TV Bandeirantes, atingido na cabeça por um sinalizador lançado por manifestantes em 06 de fevereiro de 2014, os protestos contra a Copa do Mundo, anunciados desde o ano anterior, foram marcados pela presença de um efetivo policial amplo (ou melhor, *amplificado*), algumas vezes em maior número do que os próprios manifestantes, de modo que esses protestos logo perderam força⁹⁶.

Já no início de 2015, um novo aumento nas tarifas de transporte público (que subiu de R\$ 3 para R\$ 3,50) motivou uma série de novos atos do MPL, e desta vez os excessos da violência policial não despertaram um levante popular como aquele visto em junho de 2013. Ao que parece, o movimento (ideológico, discursivo) levado a cabo pela mídia, que fomentou uma imagem do “bom manifestante” em oposição à do *suposto vândalo*, foi bem sucedido, e os “bons manifestantes”, aqueles que evitavam todo viés político em defesa do “Brasil”, afastaram-se dos protestos de rua com a chegada da Copa do Mundo em junho de 2014, quando voltaram a ocupar a posição de meros “torcedores”, espectadores distantes e passivos. E, no espaço dos protestos de rua, sobraram apenas os “vândalos com motivação política”.

É claro que isso tudo é efeito ideológico, ou seja, aqueles que protestam nas ruas hoje, no início de 2015, não se reduzem a meros “vândalos com motivação política”, mas é esse o lugar reservado a indivíduos que aparecem em manifestações de protesto no espaço urbano, ao menos em um discurso que podemos considerar *dominante*, na atualidade. Isso resulta de um processo discursivo que, pelo que compreendemos a partir de nossas análises, já produzia importantes efeitos de sentidos sobre o sujeito manifestante e o gesto de protestar nas ruas, desde os acontecimentos de junho de 2013.

O relato da jornalista Eliane Brum (2015), presente na primeira manifestação contra o aumento de cinquenta centavos nas tarifas de transporte público, em 10 de janeiro de 2015, traz uma descrição impressionante do que é estar nesse lugar estereotipado do manifestante, sobretudo quando questiona:

Fico muito espantada, como jornalista e como cidadã, com o uso da palavra “confronto” para definir o que aconteceu na primeira grande manifestação de 2015. E em muitas outras antes dela. Qual era a minha condição e a dos manifestantes de nos “confrontarmos” com centenas de policiais armados? Qual era o confronto quando estávamos estatelados contra uma parede levando bombas de gás e balas de borracha? Que confronto é este entre as forças de repressão do Estado e cidadãos exercendo seu direito legítimo de protestar? (op. cit.).

⁹⁵ Cf. <http://bit.ly/1EsynlY>.

⁹⁶ Cf. <http://bit.ly/1z2nLFI>; <http://folha.com/no1512551>.

A nosso ver, esses questionamentos dão visibilidade à grande dificuldade que os movimentos sociais urbanos enfrentam (e continuarão a enfrentar) após o fenômeno social, urbano, político e midiático que se condensou em junho de 2013: o fato de que o aparelho repressivo de Estado foi reforçado, mas não necessariamente está hoje melhor preparado para lidar com as manifestações de rua *sem se valer da violência* que lhe é autorizada e legitimada. Terá sido o legado de toda aquela mobilização uma manutenção do abismo social no urbano? Essa e várias outras questões ficarão a serem discutidas sem que haja uma resposta definitiva. Assim, retomando as palavras de Pêcheux (1982a, p. 19), podemos dizer que junho de 2013 ameaça ficar historicamente marcado como o momento de apenas mais um dos tantos “progressos na arte de fazer marchar as massas, produzindo-lhes o invisível”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O (DIS)CURSO DOS PROTESTOS

Passados já quase dois anos, aquele fenômeno ainda não cessou de produzir efeitos. Desde que os protestos do Movimento Passe Livre contra o aumento das tarifas em 2013 provocaram uma espécie de reação em cadeia tanto política quanto social, muitas das cenas ali deflagradas se repetiram. O que impõe uma enorme dificuldade para qualquer sujeito que se preste ao gesto de delimitar *o que é isso* que nós chamamos simplesmente “junho de 2013”, mas que também recebeu outras denominações como “Jornadas de Junho”, “Manifestações de Junho”, “Revolta do Vinagre”, etc. Muito ainda se discute sobre qual é o lugar, na atualidade, dos movimentos sociais urbanos, dos aparatos repressivos de Estado que “policiam” as ruas, da classe política e também da mídia, que fomenta a circulação de certas versões dos fatos em detrimento de outras.

Parte dessa discussão se concentra em tentar compreender junho de 2013 como um *acontecimento histórico*. Tomando-se essa perspectiva, pode-se facilmente cair na questão: qual é o sentido desse acontecimento? O que ele significa? Há inúmeras respostas possíveis, mas muitas deixarão em aberto um detalhe fundamental: qual é o sentido disso *para quem*? Esse sentido certamente não será o mesmo, por exemplo, para quem se manifestou contra o aumento das tarifas e para quem protestou contra isso e mais uma série de outras coisas. Também não será o mesmo para quem se machucou e quem não se machucou, ou para quem foi agredido e para quem agrediu. Não será o mesmo sentido para a imprensa que ocupa os grandes meios de comunicação e para aquela que atua no espaço das redes sociais da internet. Tampouco para quem participou dos protestos e para quem somente viu de fora.

Ao se tentar fixar um sentido para o acontecimento, perde-se a dimensão da alteridade e da historicidade dos efeitos de sentidos. Evita-se a contradição, tenta-se resolver o equívoco. Esquece-se de que o sentido pode sempre ser outro.

Tendo em vista todas essas dificuldades, buscamos pensar junho de 2013 como um *acontecimento discursivo*. Assim, não interrogamos o sentido do acontecimento na história, mas a historicidade dos efeitos de sentidos produzidos pelo acontecimento enquanto discurso. Não nos afastamos da contradição, mas procuramos por ela a fim de compreender o equívoco, isto é, o modo como ela *se inscreve* na história pelo trabalho ideológico. Com esse propósito, confrontamos diferentes gestos de interpretação para tentar dar visibilidade ao modo como eles se constituíam não em relação a si mesmos, mas um em relação ao outro.

Ao longo de nossas análises, nos deparamos com diferentes formas do *discurso de protesto* e do *discurso sobre* os protestos de junho de 2013.

Primeiramente, destacamos o discurso do MPL com o efeito de uma manifestação pelo direito à mobilidade, e também o discurso de apoio a esses protestos produzindo o efeito de uma manifestação pelo direito à mobilização. São discursos que não se confundem, pois em cada um deles o gesto de ocupar as ruas como forma de protesto significa diferentemente. No discurso do MPL, o protesto de rua aparece como um movimento que justifica a si mesmo como exercício da liberdade de expressão com o propósito de reivindicar o direito de ir e vir. Já no discurso de apoio ao MPL, esses mesmos protestos de rua constituem um movimento que se apresenta como um exercício do direito de ir e vir, e que tem como objetivo reivindicar o direito à liberdade de expressão.

Portanto, a relação entre esses dois direitos funciona de maneira inversa no discurso do MPL e no discurso que se apresenta em apoio ao movimento após a repressão policial, e aí reside uma questão importante: o protesto que reivindica a mobilidade procura *tornar visível* o que, a partir de Žižek (2008), entendemos como uma forma de violência invisível do Estado, enquanto o protesto que reivindica o direito à mobilização aponta para um modo de violência de Estado que *já é visível*. Nesse sentido, o discurso de protesto do MPL denuncia como violência um modo de funcionamento do Estado que não é em si entendido como violência (pois faz parte da dita “normalidade”), ao passo que o discurso de protesto em apoio ao MPL denuncia como violência um modo de funcionamento do Estado que, este sim, *é* entendido como violência. E é socialmente imposto como parte de sua legitimidade jurídica.

Pela inversão da relação entre o direito de ir e vir e o direito à liberdade de expressão, esses dois discursos de protesto tocam o ponto de uma contradição política: a crítica feita pelo MPL, que acusa a violência invisível produzida pelo sistema de transporte público, é uma crítica à *exploração* do e no espaço urbano; já a crítica dos movimentos populares em apoio ao MPL, que denuncia a violência visível produzida pelo aparelho repressivo do Estado, consiste em uma crítica à *dominação* do e no espaço urbano. E, como aponta Žižek (2012), essas duas críticas apontam, respectivamente, para um programa de orientação *comunista* e para um programa essencialmente *democrático*. Assim, a contradição está no fato de que esses movimentos de protesto se inscrevem em perspectivas opostas no que diz respeito ao funcionamento do Estado capitalista. O protesto em apoio ao MPL, muitas vezes, abriu mão da crítica à exploração do e no espaço urbano para criticar a dominação desse e nesse espaço. Ao passo que o foco da manifestação se desloca à violência visível (e autoritária) do Estado, as formas de violência invisível (e democrática) se mantêm disfarçadas na “normalidade”.

Daí o equívoco: o discurso dos protestos que apareceram para “apoiar” o MPL funcionava ideologicamente *contra* o discurso do próprio movimento, e isso à medida que colocava em segundo plano a questão das tarifas. Foi o que pudemos observar quando os *slogans* do MPL deram lugar a outros motes como “não são só 20 centavos” e “vem pra rua”. Os sentidos dos protestos começaram a deslizar em variadas direções, através de um espaço discursivo que se abria e materializava o trabalho da ideologia. Esse foi um traço marcante da passagem das manifestações do MPL aos protestos contra a repressão policial.

Além desses “discursos de” protesto (do MPL e do movimento popular em seu apoio), observamos também aspectos interessantes do *discurso sobre* os protestos na e pela mídia.

Desde o início das manifestações, no dia 6 de junho, até o auge da repressão no dia 13, o discurso sobre os protestos na grande imprensa (re)tratava os acontecimentos como atos de vandalismo e, ao mesmo tempo, apagava os excessos da repressão policial. Ou seja, o protesto era tomado como violência e a violência da polícia era tomada como “manutenção da ordem”. A partir do dia 14 essa abordagem mudou, e a “violência dos protestos” passou a ser atribuída à polícia. Então, no final de semana dos dias 15 e 16, esse discurso da grande imprensa sobre os protestos começou a apontar outras causas para a onda de manifestações, de modo que a questão das tarifas pudesse ser vista como tendo sido apenas o “estopim” de um movimento popular a partir do qual uma série de insatisfações generalizadas veio à tona no país inteiro. Assim, do dia 17 em diante, esse discurso sobre os protestos foi investido na produção do efeito de sentido de que toda aquela insatisfação condensada nas ruas brasileiras apontava para um mesmo alvo: o(s) governo(s).

Esse discurso midiático sobre as manifestações também consistiu, em grande medida, em um discurso sobre os *manifestantes*. Como também vimos, quando não foi mais possível reduzir o protesto a um “vandalismo” (pois os mais *violentos* ali não eram os manifestantes, mas a polícia), seguiu-se um gesto de interpretação que procurou forjar uma distinção entre manifestantes pacíficos (os “bons manifestantes”) e não pacíficos (os “vândalos”) e, assim, por extensão, uma divisão de sentidos entre os protestos que eram considerados válidos e aqueles que não o eram.

Observamos ainda, em diferentes momentos, o funcionamento do discurso midiático através de um processo em que certos discursos são recobertos pelo discurso publicitário. No caso do filme “vem pra rua”, em que o *slogan* de uma campanha comercial foi apropriado por um movimento de protesto, deparamos novamente com a contradição e com o equívoco. Muitos não se reconheceram ali como consumidores, mas como cidadãos. E, não obstante, corresponderam nas ruas e nas redes sociais como consumidores.

As imagens de torcedores-manifestantes e o recorte da enquete do Facebook mostram, nesse reconhecimento ideológico, a eficácia do imaginário: o “discurso de” passou a ser recoberto pelo “discurso sobre”. O *espetáculo midiático*, forma que usamos para nos referir ao discurso da mídia sobre os protestos, atingiu em cheio um grande número de sujeitos nas ruas, que abraçou a imagem do manifestante que levanta a bandeira do Brasil contra todas as outras (principalmente as de partidos políticos) e pinta o corpo em verde e amarelo para ir às ruas protestar contra tudo que não esteja a favor de um “Brasil” imaginário, supostamente uni(fica)do e homogêneo.

Desta forma, o discurso dos manifestantes em defesa do “Brasil” confere peso ao que a mídia já fomentava ao apontar os governos como responsáveis pela situação: o sentido dos protestos como sendo o de uma grande manifestação dos brasileiros contra a *corrupção*. Criou-se assim um problema para todos os governantes, e ao mesmo tempo uma oportunidade para todos os grupos que se configuravam como oposição: a classe política em exercício, sempre alvo de acusações de toda a sorte, passou a ser ainda mais pressionada mediante a enorme tensão social. O aumento das tarifas foi então, após muitas promessas em contrário, revogado em São Paulo e no Rio de Janeiro no final do dia 19 de junho, e em outras cidades nos dias seguintes.

Com a revogação do aumento, o MPL tinha conquistado uma grande vitória política enquanto movimento social urbano. A confusão ocorrida no dia 20 de junho, quando o ato previsto como *protesto* foi mantido como *celebração* dessa vitória e logo depois cancelado em função do tumulto com outros grupos que continuavam *em protesto* por outros motivos, foi emblemática da dispersão que já se produzia no discurso das manifestações. De acordo com relatos como o de Ortellado (2015), a briga começou quando manifestantes de direita começaram a tomar, rasgar e queimar as bandeiras de partidos de esquerda ostentadas por outros manifestantes. Embora todos reconhecessem a revogação do aumento como uma vitória, nem todos estavam dispostos a admitir que aquela vitória fosse, em grande medida, uma vitória de um movimento “de esquerda”, pois, para muitos, a esquerda no poder era responsável pela *corrupção* que se tornara uma das principais pautas das manifestações, sobretudo após a revogação das tarifas.

Como pudemos observar ao longo de nossas análises, esses foram efeitos de sentidos nos quais o discurso da mídia havia investido vigorosamente, pelo menos desde o dia 14 e principalmente após o dia 17 de junho, quando manifestantes ocuparam a cobertura do prédio do congresso nacional, em Brasília. O espetáculo midiático *se apropriou* das manifestações e de seus sentidos, trabalhando um “monopólio da aparência” (DEBORD, 1967, p. 17).

Neste ponto, os protestos já eram objeto de uma disputa que concernia mais a relação das instituições entre si do que a relação do conjunto de instituições do Estado com os movimentos sociais que paralisavam o espaço urbano. Os manifestantes passavam a aparecer como personagens que participavam como meros espectadores dessa disputa, que reduzia os sentidos de cidadania aos de um objeto de consumo. Para usarmos as palavras de Courtine (1985, p. 16), as manifestações de protesto logo se tornaram um espaço das *línguas de vento*: “discursos de um mestre que não ousa dizer seu nome”.

Compreendemos ainda, como parte importante desse processo em que o *discurso de protesto* passa a ser recoberto por um *discurso sobre*, os caminhos e descaminhos da violência e seus efeitos de sentidos. O MPL, como vimos, enfatiza que a luta contra as tarifas é uma luta contra uma violência de Estado que é parte de seu funcionamento objetivo (sistêmico) e se faz invisível no imaginário de uma normalidade democrática não violenta. Mas, após o início das manifestações contra o aumento, deparamos com uma série de gestos de violência subjetiva, tanto por parte dos manifestantes que paralisaram as ruas, enfrentaram a polícia e até mesmo brigaram entre si, quanto por parte da polícia e das tropas de choque, cuja violência repressiva não atingiu apenas os manifestantes, mas também jornalistas e basicamente qualquer sujeito desavisado que estivesse nos locais dos protestos.

Não se pode negar que houve uma série de episódios de violência em junho de 2013. Porém, o que se pode dizer sobre o movimento desses sentidos no acontecimento discursivo? A nosso ver, a violência dos manifestantes não se confunde jamais com a violência policial, embora ambas possam (a)parecer indistintas no espaço dos protestos de rua, sobretudo no discurso construído pela mídia sobre as manifestações. Esse discurso não deu espaço para os sentidos da violência objetiva do Estado, concentrando-se sempre nos efeitos de sentidos da violência subjetiva, aquela exercida por um *agente identificável* e passível de ser por ela responsabilizado. A eficácia desse discurso consistiu em caracterizar o espaço de protesto como um espaço intrinsecamente violento, seja pelas ações de manifestantes ou da polícia, independentemente de existirem ali os “bons manifestantes”, isto é, indivíduos não violentos. Assim, mesmo tendo acusado os excessos da repressão policial, o discurso midiático voltou, após a revogação do aumento, a noticiar os protestos como fatos de violência, tal como fizera antes da repressão policial às manifestações do dia 13 de junho.

O entendimento de que as manifestações urbanas são atos necessariamente violentos, segundo pensamos, é um efeito ideológico produzido a partir daquilo que Orlandi (2004) aponta como a *sobreposição do social pelo urbano*: os protestos de rua só são assim tomados na medida em que rompem com um discurso urbanista que busca organizar o social.

As consequências desse efeito ideológico são de extrema importância para os atuais movimentos sociais que se realizam no espaço urbano. Quanto a isso, gostaríamos de retomar algo que já mencionamos no final do segundo capítulo: nas condições de produção das atuais formações sociais democráticas e capitalistas, os próprios discursos de protesto se constituem como espaços discursivos onde se engendram novas formas de assujeitamento. A partir daí, pensamos ser relevante o esforço de compreender as condições em que os protestos de rua funcionam como espaços de resistência e/ou revolta.

A nosso ver, os protestos do MPL se configuram como gestos de resistência na medida em que devolvem ao espaço urbano um sentido político que é apagado na e pela organização das ruas, dos trajetos, enfim, das injunções de sentido(s). No movimento de ocupar e paralisar esse espaço está implicada a própria reivindicação que é feita em relação a ele: *mobilidade*. Mostra-se, à força da ocupação, o que é não dispor do movimento no espaço das cidades. Além disso, esse é também um gesto de revolta, de insurreição, de uma mobilização social que tem como objetivo se ampli(fic)ar.

Assim, quando essas manifestações por mobilidade conseguiram expandir seu escopo mediante o apoio de sujeitos que passaram a protestar contra os abusos da repressão policial, duas consequências se impuseram. De um lado, a revolta conferiu força política aos protestos e representou uma contribuição essencial para a revogação do aumento das tarifas. De outro, ela abriu margem para uma série de outras reivindicações (e queixas) que tornavam obscura a especificidade do MPL enquanto movimento de resistência. Quando a revogação do aumento foi anunciada, o movimento de resistência se recolheu vitorioso, mas a revolta persistiu e foi eventualmente, gradativamente, *administrada* pelas instituições.

Podemos, então, delinear algumas conclusões.

A nosso ver, a não ser que o fenômeno da revolta esteja vinculado a um gesto de resistência coletiva (como o do MPL), o Estado sempre estará com a vantagem, pois ele está preparado para lidar com a revolta, seja através da repressão ou de seus aparelhos ideológicos. Já os gestos de resistência, aqueles que surgem no e do espaço das suas falhas, quanto a esses o Estado estará sempre em certa desvantagem uma vez que, como temos procurado formular, a resistência se torna possível precisamente onde o poder “vacila”. Nesse sentido, pensamos que não é suficiente, para os movimentos sociais de rua, apenas romper a organização do espaço urbano sem dar corpo aos sentidos do social que são aí apagados. É preciso, portanto, *mobilizar a revolta sem abdicar dos gestos de resistência*.

Talvez essa seja a grande lição apre(e)ndida no e pelo Movimento Passe Livre ao longo de seus caminhos e descaminhos em junho de 2013.

REFERÊNCIAS

Bibliografia:

ALTHUSSER, L. [1970] **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. [1972] **Resposta a John Lewis**. In: Posições-1. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

_____. [1975] **Sustentação de tese em Amiens**. In: Posições-1. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

_____. [1976] **Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. In: Sobre a reprodução. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

ALVES, G. [2012] **Ocupar Wall Street... e depois?** In: Harvey, D. [et al]. Occupy. São Paulo: Boitempo/Carta Maior.

APPLEBAUM, A. [2011] **What the Occupy protests tell us about the limits of democracy**. In: Washington Post, 17 de outubro de 2011. Disponível em: < <http://wapo.st/Y5PDOJ> >

ARENDT, H. [1970] **Sobre a violência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BADIOU, A. [2008] **Maió de 1968 revisitado, quarenta anos depois**. In: A hipótese comunista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BARBAI, M. [2013] **Na Paulista, “tá dando pra se viver”?** In: Petri, V. e Dias, C. Análise de discurso em perspectiva. Santa Maria: UFSM.

BARTHES, R. [1977] **Rhetoric of the image**. In: Heath, S. (org). Image – Music – Text. Trans. Stephen Heath. New York: Hill and Wang.

BENJAMIN, W. [1921] **Para uma crítica da violência**. In: Escritos sobre mito e linguagem. São Paulo: Editora 34, 2011.

BURKE, P. [2008] **Lembranças de maio**. In: Folha de São Paulo, 04 de maio de 2008. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0405200805.htm> >.

CARNEIRO, H. S. [2012] **Rebeliões e ocupações de 2011**. In: Harvey, D. [et al]. Occupy. São Paulo: Boitempo/Carta Maior.

CARRANZA, O. [2007] **Populismo y guerrilla**. In: Radiografía de los populismos argentinos. 1ª ed. Córdoba: el autor.

CASTELLS, M. [2012] **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. [2013] **Posfácio à edição brasileira**. In: Redes de indignação e esperança. Rio de Janeiro: Zahar.

COURTINE, J. J. [1981] **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____. [1982] **O professor e o militante**: contribuição à história da análise do discurso na França. In: *Metamorfoses do discurso político*. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. [1985] **O chapéu de Clémentis**. In: Indursky, F.; Ferreira, M.C.L. (org.) *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

_____. [1992] **Uma genealogia da análise do discurso**. In: *Metamorfoses do discurso político*. São Carlos: Claraluz, 2006.

DEBORD, G. [1967] **A sociedade do espetáculo**. 1ª ed. (1997). 12ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

DE DECCA, E. [1991] **A revolução acabou**. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 10, nº 20, p. 63-74, Mar./Ago. 1991.

DIAS, C. [2008] **Da corpografia**: ensaio sobre a língua/escrita na materialidade digital. Santa Maria: UFSM/PPGL.

_____. [2011] **e-Urbano**: a forma material do eletrônico no urbano. In: Dias, C. (org.) *E-urbano* [online]. Campinas: Labeurb-Nudecri/Unicamp.

_____. [2013] **A poética do cotidiano na rede**. *Signo y Seña – Revista del Instituto de Lingüística*, v. 1, p. 57-70, 2013.

HAROCHE, C. [1984] **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: Hucitec, 1992.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. [1971] **A semântica e o corte saussuriano**: língua, linguagem, discurso. In: *Revista Linguagem*, São Carlos, nº 3, Out/Nov 2008. Disponível em: < http://www.letras.ufscar.br/linguagem/edicao03/traducao_hph.php >

HARVEY, D. [2014a] **‘Vivemos hoje no que eu chamaria de democracias totalitárias’**. Entrevista concedida a André Antunes. In: *Revista Poli*. Ano VI, nº 32, Jan/Fev. 2014. Disponível em: < <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/EdicoesRevistaPoli/R39.pdf> >

_____. [2014b] **A violência nas ruas e o fim do capital**. Disponível em: < <http://blogdabotempo.com.br/2014/07/31/harvey-a-violencia-nas-ruas-e-o-fim-do-capital/> >.

LACAN, J. [1992] **O seminário, livro 17**: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar.

LACLAU, E. [2005] **O retorno do “povo”**: razão populista, antagonismo e identidades coletivas. In: *Política e Trabalho – Revista de Ciências Sociais*. João Pessoa, (23):09-34.

LAGAZZI, S. [2004] **Pontos de parada na discursividade social**: alternância e janelas. In: Morello, R. (org.). *Giros na Cidade*. Campinas: Labeurb/Nudecri – Unicamp.

MALDIDIER, D. [1993] **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

MARICATO, E. [2013] **É a questão urbana, estúpido!** In: Maricato, E. [et al]. Cidades rebeldes. São Paulo: Boitempo/Carta Maior.

NUNES, J. H. [2013] **Marchas urbanas:** das redes sociais ao acontecimento. In: Petri, V.; Dias, C. (orgs.). *Análise de Discurso em Perspectiva*. Santa Maria: UFSM.

OLSON, P. [2012] **Nós Somos Anonymous:** por dentro do mundo dos hackers. Barueri: Novo Século, 2013.

ORLANDI, E. P. [1983] **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2009.

_____. [1988] **Discurso e leitura.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. [1992] **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas: Unicamp, 2007.

_____. [1995] **Efeitos do verbal sobre o não verbal.** In: Revista Rua. Campinas, 1:35-47.

_____. [1996] **Interpretação;** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2007.

_____. [1998] **Discurso e argumentação:** um observatório do político. In: Fórum Linguístico. Florianópolis, n. 1 (73-81), jul.–dez.

_____. [1999a] **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 8ª ed. Campinas: Pontes, 2009.

_____. [1999b] **Maio de 1968:** os silêncios da memória. In: Archard, P. [et.al.] O papel da memória. Campinas: Pontes.

_____. [2001] **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2008.

_____. [2002] **Sobre ética e significação.** In: Língua e conhecimento linguístico. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. [2004] **Cidade dos sentidos.** Campinas: Pontes.

_____. [2006] **Conversa com Eni Orlandi.** Entrevista concedida a R. G. Barreto. In: Teias, Rio de Janeiro, n. 13-14, Jan/Dez. 2006.

_____. [2009] **Espaço da violência:** o sentido da delinquência. In: Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas 51(2):219-234, Jul./Dez. 2009.

_____. [2010] **Formas de individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea:** o caso da delinquência. In: Discurso e políticas públicas urbanas. Campinas: RG.

_____. [2012a] **Discurso em análise:** sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes.

_____. [2012b] **Eni Orlandi fala sobre análise do discurso e linguagem.** Entrevista concedida a Tatiana Fávaro (Globo Universidade). Disponível em: < <http://glo.bo/SI8nNa> >.

PÊCHEUX, M. [1969] **Análise automática do discurso.** In: Gadet, F. e Hak, T. Por uma análise automática do discurso. 4ª ed. Campinas: Unicamp, 2010.

_____. [1975] **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** 4ª ed. Campinas: Unicamp, 2009.

_____. [1977] **Remontemos de Foucault a Spinoza.** Tradução brasileira por Maria R. V. Gregolin. Mimeo, 2000.

_____. [1978] **Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação.** In: Semântica e discurso. 4ª ed. Campinas: Unicamp, 2009.

_____. [1982a] **Delimitações, inversões, deslocamentos.** In: Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas, 19:7-24, 1990.

_____. [1982b] **Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal?** In: Orlandi, E. P. (org.). Análise de discurso – Michel Pêcheux. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2011.

_____. [1983] **O discurso: estrutura ou acontecimento?** 5ª ed. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. [1975] **A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas.** In: Gadet, F.; Hak, T. Por uma análise automática do discurso. 4ª ed. Campinas: Unicamp, 2010.

POMAR, M. [2013] **Não foi um raio em céu azul.** In: Judensneider, E. [et.al.] 20 centavos. São Paulo: Veneta.

RANCIÈRE, J. [2008] **Vamos invadir!** In: Folha de São Paulo, 04 de maio de 2008. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0405200811.htm> >.

ROLNIK, R. [2013] **As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações.** In: Maricato, E. [et. al.] Cidades rebeldes. São Paulo: Boitempo/Carta Maior.

SALAZAR, G. [2006] **La violencia política popular em las “Grandes Alamedas”:** Santiago Chile 1947-1987. 2ª ed. Santiago: LOM Ediciones.

SECCO, L. [2013] **As jornadas de junho.** In: Maricato, E. [et. al.] Cidades rebeldes. São Paulo: Boitempo/Carta Maior.

SILVA, T. D. [2012] **Comunicação e instituição: a esfera pública no Brasil.** In: Silva, T. D.; Souza, T. C.; Augustini, C. (org.). Imagens na comunicação e discurso. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig.

SOUZA, P. [1999] **As enquetes como discurso: um caso de acesso às palavras do racismo.** In: Indursky, F. & Ferreira, M. C. L. (org.). Os múltiplos territórios da análise do discurso. Porto Alegre: Sagra Luzzatto.

VAINER, C. [2013] **Quando a cidade vai às ruas**. In: Maricato, E. [et. al.] Cidades rebeldes. São Paulo: Boitempo/Carta Maior.

VIANA, N. [2013] **O Wikileaks e as batalhas digitais de Julian Assange**. In: Assange, J. [et al]. Cypherpunks. São Paulo: Boitempo.

VIANA, S. [2013] **Será que formulamos mal a pergunta?** In: Maricato, E. [et. al.] Cidades rebeldes. São Paulo: Boitempo/Carta Maior.

ŽIŽEK, S. [2008] **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. [2012] **O ano em que sonhamos perigosamente**. São Paulo: Boitempo.

Documentos:

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE [2012] **Realizações da CNV**. Disponível em: < <http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/realizacoes-da-cnv> >.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL – ALA VERMELHA [1967] **Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo da “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”**. In: Reis Filho, D. A. & Sá, J. F. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda nos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

Internet:

BRUM, E. [2015] El País – Brasil. **Meu ‘confronto’ com a polícia de Alckmin**. Artigo publicado em 10/01/2015. Disponível em: < http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/10/opinion/1420896908_403524.html >.

CONGRESSO NACIONAL (EDIFÍCIO). In: **Wikipédia**. Disponível em: < [http://pt.wikipedia.org/wiki/Congresso_Nacional_\(edif%C3%ADcio\)#Significado](http://pt.wikipedia.org/wiki/Congresso_Nacional_(edif%C3%ADcio)#Significado) >.

FIAT [2013] **Vem Pra Rua – música**. Vídeo publicado em 08/05/2013. Disponível em: < http://www.youtube.com/watch?v=3rMX_rrv36w >.

FIAT [2013] **Vem Pra Rua**. Vídeo publicado em 16/05/2013. Disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=SxMIwZZPlcM> >.

JOVEM PAN [2013] Entretenimento – Música. **Criticado por cantar “Vem pra rua”, Falcão desabafa: “queriam até me bater”**. Matéria publicada em 05/12/2013. Disponível em: < <http://jovempan.uol.com.br/entretenimento/musica/criticado-por-cantar-vem-pra-rua-falcao-desabafa-queriam-ate-me-bater.html> >.

LORENTZ, B. [2013] G1 – Música. **Criador de ‘Vem pra rua’ comenta uso da música em protestos**. Matéria publicada em 18/06/2013. Disponível em: < <http://g1.globo.com/musica/noticia/2013/06/criador-de-vem-pra-rua-comenta-uso-da-musica-em-protestos.html> >.

MARTINS, G. [2013] Missing Punchline. **Protesto, o novo SAC da classe média**. Texto publicado em 20/06/2013. Disponível em: < <http://missingpunchline.com.br/2013/06/20/protesto-o-novo-sac-da-classe-media/> >.

NICOLAU, H. R. [2013] Update or die! **O processo de criação de “vem pra rua”**. Matéria publicada em 19/06/2013. Disponível em: < <http://www.updateordie.com/2013/06/19/o-processo-de-criacao-do-jingle-vem-pra-rua-fiat/> >.

ORTELLADO, P. [2015] El País – Brasil. **Dois anos depois: afinal, era por vinte centavos?** Artigo publicado em 16/01/2015. Disponível em: < http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/15/opinion/1421362752_961392.html >.

PASSE LIVRE SÃO PAULO [2013] Facebook. **Sobre a revogação do aumento**. Disponível em: < <http://on.fb.me/1BpG12C> >.

PORTUGAL, M. [2013] Exame – Marketing. **Campanha “Vem Pra Rua” não sairá do ar, diz Fiat**. Matéria publicada em 18/06/2013. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/campanha-vem-pra-rua-nao-saira-do-ar-diz-fiat> >.

SHELLER, F. [2013] O Estado de São Paulo – Economia. **‘Vem pra rua’ agora é dos brasileiros, diz Fiat**. Matéria publicada em 18/06/2013. Disponível em: < <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,vem-pra-rua-agora-e-dos-brasileiros-diz-fiat,156875,0.htm> >.

UOL [2013] Entretenimento – Música. **Autor de “Vem Pra Rua”, Simoninha vê música virar tema de protestos e diz que é “um prazer”**. Matéria publicada em 18/06/2013. Disponível em: < <http://musica.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/18/gravada-por-falcao-hit-dos-protestos-vem-pra-rua-foi-composta-por-simoninha.htm> >

VEJA [2013] Economia – Marketing. **Campanha da Fiat ‘Vem Pra Rua’ deveria acabar – mas continua**. Matéria publicada em 24/06/2013. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/campanha-da-fiat-vem-pra-rua-deveria-acabar-mas-continua> >.

ANEXOS

- Anexo A – O discurso do MPL sobre o direito de ir e vir
- Anexo B – O discurso do MPL sobre o direito à livre manifestação do pensamento
- Anexo C – Estatísticas sobre as manifestações de junho de 2013 em São Paulo
- Anexo D – Promotor de justiça pede a morte dos manifestantes no Facebook
- Anexo E – Capas dos jornais Folha de SP e O Estado de SP em 12 de junho de 2013
- Anexo F – O relato do repórter da Folha de SP sobre o PM que “quase foi linchado”
- Anexo G – Editorial do jornal Folha de SP em 13 de junho de 2013
- Anexo H – Editorial do jornal O Estado de SP em 13 de junho de 2013
- Anexo I – Relato de repórter d’O Estado de SP sobre a violência em 14 de junho de 2013
- Anexo J – Relato de Judensnaider (et. al.) sobre a violência em 14 de junho de 2013
- Anexo K – As primeiras ocorrências de *hashtags* deslocando a questão dos 20 centavos
- Anexo L – Capas dos jornais Folha de SP e O Estado de SP em 14 de junho de 2013
- Anexo M – As primeiras ocorrências de *hashtags* com o enunciado “vem pra rua”
- Anexo N – Falcão em destaque no videoclipe da música “Vem pra rua” no Youtube
- Anexo O – Sincronicidade entre o áudio e o visual no comercial de TV “Vem pra rua”
- Anexo P – Manifestações de protesto com o slogan “Vem pra rua”
- Anexo Q – Capas da Folha de SP, O Estado de SP e O Globo em 16 de junho de 2013
- Anexo R – Torcedores protestam na Copa das Confederações em 19 de junho de 2013
- Anexo S – Capas da Folha de SP, O Estado de SP e O Globo em 18 de junho de 2013
- Anexo T – Capas da Folha de SP, O Estado de SP e O Globo em 20 de junho de 2013
- Anexo U – Capas da Folha de SP, O Estado de SP e O Globo em 21 e 22 de junho de 2013

Anexo A

– O discurso do MPL sobre o *direito de ir e vir*.

O que é Tarifa Zero?

Tarifa zero é o meio mais prático e efetivo de assegurar o direito de ir e vir de toda população nas cidades. Essa idéia tem como fundamento o entendimento de que o transporte é um serviço público essencial, direito fundamental que assegura o acesso das pessoas aos demais direitos como, por exemplo, a saúde e a educação.

Com o crescimento sem planejamento das cidades, o acesso à saúde, à educação, ao lazer, ao trabalho, entre tantos outros, ficou extremamente complicado, custando além de muito dinheiro, várias horas do nosso dia. Nas grandes cidades os deslocamentos são uma necessidade diária, pois sem eles a vida social ficaria inviabilizada.

Nos locais mais distantes dos grandes centros, o acesso aos direitos fundamentais só pode ser concretizado através do transporte coletivo. E para assegurar que o conjunto da população possa desfrutar desses direitos, o transporte precisa ser público e gratuito. Caso contrário, as pessoas que não tem dinheiro para pagar a tarifa não poderão chegar aos seus destinos e exercer os seus direitos.

A tarifa zero deverá ser feita através de um Fundo de Transportes, que utilizará recursos arrecadados em escala progressiva, ou seja: quem pode mais paga mais, quem pode menos paga menos e quem não pode, não paga. Por exemplo: o IPTU de bancos, grandes empreendimentos, mansões, hotéis, resorts, shoppings etc., será aumentado proporcionalmente, para que os setores mais ricos das cidades contribuam de maneira adequada, distribuindo renda e garantindo a existência de um sistema de transportes verdadeiramente público, gratuito e de qualidade, acessível a toda a população, sem exclusão social.

Fonte: <http://tarifazero.org/tarifazero/>

Anexo B

– O discurso do MPL sobre o *direito à livre manifestação do pensamento*.

Perspectivas Estratégicas

O MPL não tem fim em si mesmo, deve ser um meio para a construção de uma outra sociedade. Da mesma forma, a luta pela Tarifa Zero não tem um fim em si mesma. Ela é o instrumento inicial de debate sobre a transformação da atual concepção de transporte coletivo urbano, rechaçando a concepção mercadológica de transporte e abrindo a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade, como direito para o conjunto da sociedade; por um transporte coletivo fora da iniciativa privada, sob controle público (dos trabalhadores e usuários).

O MPL deve ter como perspectiva a mobilização dos jovens e trabalhadores pela expropriação do transporte coletivo, retirando-o da iniciativa privada, sem indenização, colocando-o sob o controle dos trabalhadores e da população. Assim, deve-se construir o MPL com reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo, vindo a se somar a movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente. Portanto, deve-se participar de espaços que possibilitem a articulação com outros movimentos, sempre analisando o que é possível fazer de acordo com a conjuntura local.

Os projetos reivindicados para a implementação do passe livre para uma categoria não devem implicar em aumento das tarifas para os demais usuários.

O MPL deve fomentar a discussão sobre aspectos urbanos como crescimento desordenado das metrópoles, relação cidade e meio ambiente, especulação imobiliária e a relação entre drogas, violência e desigualdade social.

O MPL deve lutar pela defesa da liberdade de manifestação, contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais. Nesse sentido, lutar contra a própria repressão e criminalização de que tem sido alvo.

Fonte: <http://www.mpl.org.br/>

Anexo C

– Quantidade de manifestantes reunidos nos protestos organizados pelo MPL em São Paulo, em junho de 2013.

MANIFESTAÇÃO	DATA	Nº DE MANIFESTANTES
“Primeiro Grande Ato”	06/06/2013 (quinta-feira)	2 mil ⁹⁷
“Segundo Grande Ato”	07/06/2013 (sexta-feira)	5 mil ⁹⁸
“Terceiro Grande Ato”	11/06/2013 (terça-feira)	10 mil a 12 mil ⁹⁹
“Quarto Grande Ato”	13/06/2013 (quinta-feira)	5 mil ¹⁰⁰ a 20 mil ¹⁰¹
“Quinto Grande Ato”	17/06/2013 (segunda-feira)	65 mil ¹⁰²
“Sexto Grande Ato”	18/06/2013 (terça-feira)	50 mil ¹⁰³
“Sétimo e Último Ato”	20/06/2013 (quinta-feira)	100 mil ¹⁰⁴

⁹⁷ Estimativas da PM-ESP (fonte: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral.protesto-contra-tarifa-acaba-em-caos-fogo-e-depredacao-no-centro-imp-.1039715>).

⁹⁸ Estimativas da PM-ESP (fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral.protesto-fecha-a-marginal-e-lentidao-chega-a-226-km.1040233>).

⁹⁹ Estimativas da PM-ESP (fonte: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral.confronto-e-destruicao-marcam-maior-protesto-contra-alta-da-tarifa-de-onibus-em-sp.1041317>).

¹⁰⁰ Estimativas da PM-ESP (fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1294893-protesto-deixa-cerca-de-cem-feridos-no-centro-de-sp-diz-movimento.shtml>).

¹⁰¹ Estimativas do MPL (fonte: *idem*).

¹⁰² Estimativas da PM-ESP (fonte: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2013/06/protesto-em-sao-paulo-reune-milhares-de-pessoas-no-centro-da-cidade.html>).

¹⁰³ Medição do Datafolha (fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1297256-protesto-reune-cerca-de-10-mil-pessoas-em-passeata-no-centro-de-sp.shtml>).

¹⁰⁴ Estimativas da PM-ESP (fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protesto-em-sp-ocupa-av-paulista-estradas-e-tem-tumulto-com-militantes.html>).

Anexo D

– No dia do “segundo grande ato” do MPL (07/06), o promotor de justiça Rogério Zagallo, da 5ª Vara do Júri de São Paulo, publicou nota em sua página pessoal do Facebook pedindo a morte dos manifestantes.



Rogério Zagallo
há 3 horas via celular

Estou há 2 horas tentando voltar para casa mas tem um bando de bugios revoltados parando a avenida Faria Lima e a Marginal Pinheiros.
Por favor, alguém poderia avisar a Tropa de Choque que essa região faz parte do meu Tribunal do Júri e que se eles matarem esses filhos da puta eu arquivarei o inquérito policial.
Petista de merda. Filhos da puta. Vão fazer protesto na puta que os pariu...
Que saudades da época em que esse tipo de coisa era resolvida com borrachada nas costas dos medras ...

Curtir · Comentar · Compartilhar 4

e outras 148 pessoas curtiram isso.

Ver mais 36 comentários

enquanto cidadania for "bolsa isso, bolsa aquilo" vive lá democraciê !!! panis et circensis ...
há 42 minutos · Curtir · 2

Sensacional!
há 34 minutos via celular · Curtir

É a turma do "meus deretcho" agora obrigações nenhuma.
há 26 minutos via celular · Curtir

Admiro sua coragem. Parabéns
há 10 minutos via celular · Curtir

Fonte: <http://on.fb.me/1xpoAKF>

Anexo F

– O relato de repórter da Folha de São Paulo sobre o PM que “quase foi linchado”.

Sozinho, PM quase foi linchado durante protesto na região da Sé

Um policial militar com rosto banhado de sangue, cercado e agredido com socos, chutes e pedras por cerca de dez manifestantes.

A cena na rua 11 de Agosto, a poucos passos da praça da Sé, marco zero da cidade de São Paulo, foi impressionante não só para mim, mas até para integrantes do Movimento Passe Livre, que organiza os atos contra a tarifa.

"O PM iria ser linchado", admitiu o estudante de Ciências Sociais Matheus Preis, 19, que, com outro grupo, tentava, para a proteção do PM, conter os mais radicais.

A agressão que testemunhei por volta das 20h30 ocorreu ao lado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Após se levantar, sangrando, o PM tirou a arma do coldre e a apontou para os manifestantes. Depois, para o alto. Tive certeza de que ele iria atirar. Mas o policial militar não disparou nenhum tiro.

PICHAÇÃO

A agressão ocorreu quando a manifestação seguia pela região da Sé, após confronto entre policiais e manifestantes no Parque Dom Pedro.

Eu acompanhava parte do grupo que seguiu outro caminho. Foi quando o PM que atua na segurança do prédio viu um jovem pichando a parede do prédio da Justiça.

Com a mão na arma que estava no coldre, o policial correu e agarrou o rapaz, que tentou se desvencilhar.

Ambos caíram no chão, atracados. Foi quando parte do grupo começou a sequência de agressões com pedras, chutes, socos. Eram cerca de dez contra um. Sangrando na cabeça e no rosto, o policial conseguiu se levantar.

De pé, segurando o pichador ainda agachado pela gola da camisa, ele apontou a arma para os manifestantes.

Outros objetos foram lançados e o policial se protegeu, abaixando a cabeça.

Temí não só que o policial atirasse, para se proteger, mas também que o grupo continuasse a agressão. Por isso me aproximei de outros manifestantes que se posicionaram para proteger o PM.

O policial, que não consegui identificar, silenciou, enquanto o sangue escorria.

Junto com manifestantes que tentavam dar fim à confusão, gritei pedindo calma aos agressores. Em seguida, pedi a dois jovens que chamassem uma ambulância.

Não havia nenhum outro policial junto com ele na hora da confusão. Mesmo cercado, o PM saiu dali e caminhou só em direção a um acesso ao tribunal. Um colega se aproximou. Colocado num carro da corporação, foi levado ao hospital. Até a ontem, a sala de imprensa da PM não tinha informações sobre ele.

Giba Bergamim Jr.

De São Paulo (12/06/2013 – 03h10)

Fonte: <http://folha.com/no1293688>.

Anexo G

– Editorial do jornal Folha de São Paulo em 13 de junho de 2013.

Retomar a Paulista

Oito policiais militares e um número desconhecido de manifestantes feridos, 87 ônibus danificados, R\$ 100 mil de prejuízos em estações de metrô e milhões de paulistanos reféns do trânsito. Eis o saldo do terceiro protesto do Movimento Passe Livre (MPL), que se vangloria de parar São Paulo --e chega perto demais de consegui-lo.

Sua reivindicação de reverter o aumento da tarifa de ônibus e metrô de R\$ 3 para R\$ 3,20 --abaixo da inflação, é útil assinalar-- não passa de pretexto, e dos mais vis. São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados.

Pior que isso, só o declarado objetivo central do grupelho: transporte público de graça. O irrealismo da bandeira já trai a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista. O que vidraças de agências bancárias têm a ver com ônibus?

Os poucos manifestantes que parecem ter algo na cabeça além de capuzes justificam a violência como reação à suposta brutalidade da polícia, que acusam de reprimir o direito constitucional de manifestação. Demonstrem, com isso, a ignorância de um preceito básico do convívio democrático: cabe ao poder público impor regras e limites ao exercício de direitos por grupos e pessoas quando há conflito entre prerrogativas.

O direito de manifestação é sagrado, mas não está acima da liberdade de ir e vir -- menos ainda quando o primeiro é reclamado por poucos milhares de manifestantes e a segunda é negada a milhões.

Cientes de sua condição marginal e sectária, os militantes lançam mão de expediente consagrado pelo oportunismo corporativista: marcar protestos em horário de pico de trânsito na avenida Paulista, artéria vital da cidade. Sua estratégia para atrair a atenção pública é prejudicar o número máximo de pessoas.

É hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista, em cujas imediações estão sete grandes hospitais.

Não basta, porém, exigir que organizadores informem à Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), 30 dias antes, o local da manifestação. A depender de horário e número previsto de participantes, o poder público deveria vetar as potencialmente mais perturbadoras e indicar locais alternativos.

No que toca ao vandalismo, só há um meio de combatê-lo: a força da lei. Cumpra investigar, identificar e processar os responsáveis. Como em toda forma de criminalidade, aqui também a impunidade é o maior incentivo à reincidência.

Fonte:

<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>

Anexo H

– Editorial do jornal O Estado de São Paulo em 13 de junho de 2013.

Chegou a hora do basta

No terceiro dia de protesto contra o aumento da tarifa dos transportes coletivos, os baderneiros que o promovem ultrapassaram, ontem, todos os limites e, daqui para a frente, ou as autoridades determinam que a polícia aja com maior rigor do que vem fazendo ou a capital paulista ficará entregue à desordem, o que é inaceitável. Durante seis horas, numa movimentação que começou na Avenida Paulista, passou pelo centro - em especial pela Praça da Sé e o Parque Dom Pedro - e a ela voltou, os manifestantes interromperam a circulação, paralisaram vasta área da cidade e aterrorizaram a população.

O vandalismo, que tem sido a marca do protesto organizado pelo Movimento Passe Livre (MPL), uma mistura de grupos radicais os mais diversos, só tem feito aumentar. Por onde passaram, os cerca de 10 mil manifestantes deixaram um rastro de destruição - pontos de ônibus, lojas, nove agências bancárias e ônibus depredados ou pichados. Uma bomba foi jogada na Estação Brigadeiro do Metrô e a Estação Trianon teve os vidros quebrados. Em algumas das ruas e avenidas por onde circularam, principalmente a Paulista, puseram fogo em sacos de lixo espalhados para impedir o trânsito e dificultar a ação da Polícia Militar (PM).

Atacada com paus e pedras sempre que tentava conter a fúria dos baderneiros, a PM reagiu com gás lacrimogêneo e balas de borracha. O saldo foi de 20 pessoas detidas e de dezenas com ferimentos leves, entre elas policiais.

A PM agiu com moderação, ao contrário do que disseram os manifestantes, que a acusaram de truculência para justificar os seus atos de vandalismo. Num episódio em que isso ficou claro, um PM que se afastou dos companheiros, nas proximidades da Praça da Sé, quase foi linchado por manifestantes que tentava conter. Chegou a sacar a arma para se defender, mas felizmente não atirou.

Em suma, foi mais um dia de cão, pior do que os outros, no qual a violência dos manifestantes assustou e prejudicou diretamente centenas de milhares de paulistanos que trabalham na Paulista e no centro e deixou apreensivos milhões de outros que assistiram pela televisão às cenas de depredação.

O reconhecimento por parte de dirigentes do MPL de que perderam o controle das manifestações, assim como a diversidade dos grupos que o compõem - anarquistas, PSOL,

PSTU e juventude do PT, que têm em comum o radicalismo -, não atenuam a sua responsabilidade pelo fogo que atearam. Embora fragmentado, o movimento mantém sua força, porque cada grupo tem seus líderes, e eles já demonstraram sua capacidade de organização e mobilização. Sabem todos muito bem o que estão fazendo.

A reação do governador Geraldo Alckmin e do prefeito Fernando Haddad - este apesar de algumas reticências - à fúria e ao comportamento irresponsável dos manifestantes indica que, finalmente, eles se dispõem a endurecer o jogo. A atitude excessivamente moderada do governador já cansava a população. Não importa se ele estava convencido de que a moderação era a atitude mais adequada, ou se, por cálculo político, evitou parecer trocumento. O fato é que a população quer o fim da baderna - e isso depende do rigor das autoridades.

De Paris, onde se encontra para defender a candidatura de São Paulo à sede da Exposição Universal de 2020, o governador disse que "é intolerável a ação de baderneiros e vândalos. Isso extrapola o direito de expressão. É absoluta violência, inaceitável". Espera-se que ele passe dessas palavras aos atos e determine que a PM aja com o máximo rigor para conter a fúria dos manifestantes, antes que ela tome conta da cidade.

Haddad, que se encontra em Paris pelo mesmo motivo, também foi afirmativo ao dizer que "os métodos (dos manifestantes) não são aprovados pela sociedade. Essa liberdade está sendo usada em prejuízo da população". Mas insinuou que por trás das manifestações há pessoas que não votaram nele. A gravidade da situação exige que o prefeito esclareça se com isso quis dizer que a oposição é responsável pela baderna.

Fonte: <http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,che-gou-a-hora-do-basta-imp-,1041814>

Anexo I

– Relato publicado no site do jornal O Estado de São Paulo sobre o início dos confrontos entre manifestantes e a polícia no “quarto grande ato” do MPL em São Paulo (13/06/2013).

Negociação

O embate entre a PM e uma parte dos manifestantes começou quando a Tropa de Choque jogou uma bomba de efeito moral na aglomeração que saía da Praça Roosevelt para a Rua da Consolação. O combinado com a PM era ir até a Praça Roosevelt, onde chegaram pouco depois das 19h. O MPL tentou mudar o trajeto e surgiu o impasse que culminou nos conflitos que seguiriam noite afora. A ideia dos organizadores era subir a Rua da Consolação, pegar a Avenida Brasil e seguir até o Ibirapuera. Até então, o clima da marcha de quase 10 mil pessoas era pacífico, desde a saída do Teatro Municipal, por volta das 18h20. Os manifestantes gritavam cantos contra a violência.

Nessa hora, o tenente-coronel da PM Ben-Hur Junqueira Neto estava na esquina com a Rua Doutor Cesário Mota Júnior em um bloqueio formado por motos, esperando para falar com lideranças do movimento. Manifestantes avançaram e cruzaram o bloqueio e a Tropa de Choque entrou em ação.

Quando os manifestantes furaram o bloqueio, o major Lidio Costa Junior, do Comando de Policiamento de Trânsito da PM, avisou: “Não nos responsabilizamos mais pelo que vai acontecer”.

Fonte: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,paulistano-fica-refem-de-tiros-e-de-bombas-em-ato-por-reducao-da-tarifa,1042161>.

Anexo J

– Relato publicado no livro “20 centavos: a luta contra o aumento” sobre o início dos confrontos entre manifestantes e a polícia no “quarto grande ato” do MPL em São Paulo (13/06/2013).

É em meio a esse contexto que, por volta das 17 horas, manifestantes começaram a se reunir para o quarto grande ato contra o aumento da tarifa, em frente ao Teatro Municipal. Desde a concentração, o clima predominante é de grande tensão. Lojas do centro fecham as portas às pressas e trabalhadores de empresas da região são dispensados mais cedo. Na Praça do Patriarca, que fica próxima ao local da concentração, é montada uma verdadeira operação militar: manifestantes que passam por lá são revistados e cerca de 40 deles detidos, antes mesmo do início do protesto. Entre os motivos das detenções está o porte de vinagre que manifestantes carregam para aliviar os efeitos do gás lacrimogêneo.

Apesar da tensão inicial, o ato se inicia sem grandes enfrentamentos e segue pacificamente pelas ruas do centro de São Paulo, em meio às palavras de ordem contra o aumento da tarifa. Moradores e frequentadores da região demonstram apoio e, em alguns casos, diante da convocação “vem pra rua”, juntam-se à manifestação.

Com mais de 20 mil pessoas, a manifestação segue pela Avenida Ipiranga em direção à Rua da Consolação, importante via que liga o centro velho da cidade à Avenida Paulista. Diante de uma barreira da polícia militar no local, a manifestação para, aguardando a autorização do comando da tropa para a continuidade do trajeto. O MPL tenta ligar para o comandante da operação, como haviam combinado anteriormente, e não consegue. No meio do impasse, sem qualquer motivo aparente, a tropa de choque surge na altura da Rua Maria Antônia, palco de confrontos durante o período militar. Aos gritos de “sem violência!”, os manifestantes rogam a não intervenção do Choque, ao que são respondidos com bombas de concussão, gás lacrimogêneo e tiros de bala de borracha. O quarto grande ato contra o aumento da tarifa é marcado, a partir de então, por uma violência policial sem precedentes no período democrático.

In: Judensnaider ([et. al.] 2013, p. 94-95).

Anexo K

– Utilizamos o site www.topsy.com para identificar as primeiras ocorrências de *hashtags* no Twitter com o slogan “não são apenas 20 centavos”, e algumas de suas variações. Abaixo, seguem recortes do mecanismo de busca do Topsy (que mostra a postagem mais antiga de uma *hashtag*) e dos *tweets* por ele indicados, onde destacamos em vermelho a data e o horário das postagens.



#NãoSãoSó20Centavos (13/06/2013 – 15h35)



#NãoÉPor20Centavos (13/06/2013 – 20h03)



#NãoSãoApenas20Centavos (13/06/2013 – 21h36)

TOPSY #naoépelos20centavos Sort by oldest

Latest Results
Past 1 Hour
Past 1 Day

Sheila Palma @ShePalma_AR
Será q agora q a imprensa também virou alvo, eles vão publicar a verdade sobre a manifestação? #protesto #naoépelos20centavos #aprovo
a year ago Reply Retweet Favorite

Sheila Palma @ShePalma_AR Seguir

Será q agora q a imprensa também virou alvo, eles vão publicar a verdade sobre a manifestação? #protesto #naoépelos20centavos #aprovo

03:56 - 14 de jun de 2013

#NãoÉPelos20Centavos (14/06/2013 – 03h56)

TOPSY #naosao20centavos Sort by oldest

Latest Results
Past 1 Hour
Past 1 Day
Past 7 Days
Past 16 Days
Past 30 Days
All Time
Specific Range

Resposta a Arnaldo Jabor - Não são vinte centavos
youtube.com/watch?v=bGCLVj52k

carol chaves @carolag89
@GimmeBaconNOW youtube.com/watch?v=bGCLVj... resposta #NãoSão20Centavos
a year ago Reply Retweet Favorite 239 more

carol chaves @carolag89
PM de SP #NãoSão20Centavos youtube.com/watch?v=bGCLVj...
a year ago Reply Retweet Favorite

carol chaves @carolag89 Seguir

@GimmeBaconNOW youtube.com/watch?v=bGCLVj... resposta #NãoSão20Centavos

RETWEET 1 CLIPART 1

15:07 - 14 de jun de 2013

#NãoSãoSó20Centavos (14/03/2013 – 15h07)

TOPSY #itsnot20cents Sort by oldest

Latest Results
Past 1 Hour

Jheniffer Bianca @jhebianca
#itsnot20cents
a year ago Reply Retweet Favorite

Jheniffer Bianca @jhebianca Seguir

#itsnot20cents

16:16 - 17 de jun de 2013

#ItsNot20Cents (17/06/2013 – 16h16)

Anexo M

– Postagens no Twitter com a *hashtag* “vemprarua” anteriores a junho de 2013.

	<p>Thiago A Moraes @thiagomaf · 19 de jul de 2011 RT @tataflorentino bodinho @thiagomaf arrasando nesse vídeo da manifestação contra @uhebelomonte --> youtu.be/UhPfe8ltMil #vemprarua</p> <p>Expandir Responder Retweetar Curtir Mais</p>
	<p>Anonymous BH @AnonymousBH · 6 de set de 2011 Junte-se à nós amanhã na praça da liberdade em BH às 13:00. Faça sua própria história! @PlanoAnonBR @LulzSecBrazil #VemPraRua</p> <p>Expandir Responder Retweetar Curtir Mais</p>
	<p>Alvin @alvaroted · 2 de jan de 2012 Treze empresas dominam o sistema de transportes de teresina sem licitacao ha 40 anos #Contraoamento #Vemprarua</p> <p>Expandir Responder Retweetar Curtir Mais</p>
	<p>Otto Ramos Cruz @OttoRamos · 7 de set de 2012 Na Marcha contra a Corrupção no Amapá #vemprarua instagr.am/p/PSdFOnGYrb/</p> <p>Expandir Responder Retweetar Curtir Mais</p>

Anexo N

- Referências ao cantor Falcão (imagem e texto) na divulgação do videoclipe da música “Vem pra rua” na página da Fiat no Youtube.



Vem Pra Rua - música

fiat · 760 vídeos

949.195

10.637 217

Inscrever-se 18.930

Gostei Sobre Compartilhar Adicionar a

Publicado em 08/05/2013

O Falcão chamando todo mundo! Vem pra rua, porque a rua é a maior arquibancada do Brasil! <http://www.facebook.com/fiatbr>

Anexo O

– Descrição da sincronicidade entre o áudio e o visual no filme publicitário “Vem pra rua”.

Áudio (<i>A letra na música</i>)	Visual (<i>A imagem no vídeo</i>)
(A1) Vem, vamo pra rua	(V1) Meninos jogam bola nos corredores de um morro.
(A2) Pode vir que a festa é sua	(V2) Pessoas correm diante da imagem do jogador Ronaldo.
(A3) Que o Brasil vai tá gigante	(V3) Bandeira do Brasil pendurada na janela de um prédio.
(A4) Grande como nunca se viu	(V4) Pessoas correm às ruas.
(A5) Vem, vamo com a gente	(V5) Meninos correm nas ruas.
(A6) Vem torcer, bola pra frente	(V6) Um grupo de <i>street bikers</i> (BMX)
(A7) Sai de casa	(V7) Um mascarado aparece envolto em fumaça vermelha.
(A8) Vem pra rua	(V8) Pessoas festejam na rua em meio ao trânsito parado; uma legenda diz: “respeite os limites de velocidade”.
(A9) Pra maior arquibancada do Brasil	(V9) Dentro de um carro, um homem buzina repetidas vezes.
(A10) Vem pra rua	(V10) Um senhor sentado se agita em comemoração.
(A11) Porque a rua	(V11) Uma banda de fanfarra toca ao ar livre.
(A12) É a maior arquibancada	(V12) Pessoas pulam sob uma enorme bandeira do Brasil.
(A13) Do Brasil	(V13) Uma mulher de costas se vira e sorri para a câmera.
(A14) Se essa rua fosse minha eu mandava ladrilhar tudo em verde e amarelo só pra ver	(V14) A rua aparece ainda mais repleta de pessoas festejando dentro e fora dos carros.
(A17) O Brasil inteiro passar	(V17) A câmera lenta enfoca o decote de uma mulher negra.
(A18) Vem pra rua	(V18) De cima de um prédio se vê as ruas tomadas e uma fumaça vermelha
(A19) Porque a rua é a maior arquibancada do Brasil	(V19) Em meio ao trânsito parado, as pessoas que tomaram as ruas aparecem dançando.
(A20) Locução: “Vem com quem mais entende de rua. Vem com a Fiat”.	(V20) No fundo, um fogo produz fumaça vermelha. O dizer da locução aparece escrito sobre o símbolo “#vemprarua”.

Anexo P

– Manifestações de protesto com o slogan “Vem pra rua”.



Fonte: <http://bit.ly/1FV76JI>.



Fonte: <http://bit.ly/17cLNaB>.



Fonte: <http://bit.ly/1ALz7Uc>.

Anexo Q

– Capas dos jornais Folha de SP, O Estado de SP e O Globo em 16 de junho de 2013.

FOLHA DE S. PAULO
DOMINGO, 16 DE JUNHO DE 2013

A SEMANA em que São Paulo ARDEU

DENTRO DE CAMPO, FOI FÁCIL

Estreia do Brasil tem vaia a Dilma, feridos e presos

Presidente é hostilizada três vezes; em primeiro tempo do jogo, 30 pessoas são detidas

Na estreia do Brasil, Dilma foi hostilizada três vezes durante o jogo. A torcida brasileira comemorou a vitória por 3 a 0 na abertura da Copa das Confederações.

LOBO MALU

Morre a escritora Tatiana Belinky aos 74 anos em SP

Centrista vence eleições no Iá e celebra 'triumfo da moderação'

Agência Estado lança 'Banco Público'

Estreia do clube provoca taxa de juros em 10%

Maduro e Huan Bulmar e eleito presidente da B3

Arquiteta instala varanda na praia

Falta norma para arma não letal

Riscos da pilha de dia seguinte

Quatro ministros abrem 241 vagas

Em Minas, ato reúne 8 mil

Uma líder, mesmo sem querer

São e Dilma Trial

São e Dilma Trial

O ESTADO DE S. PAULO
DOMINGO, 16 DE JUNHO DE 2013

aliás RITUAL DE PASSAGEM

Torcida vai a festa de abertura em Brasília

Opção comemora reação alhada: vai para presidente (ou 'expulsa') e Banc. de Fila, pode far-ly

Ônibus de SP têm 80% mais passageiros e frota diminui

Na abertura do jogo, o ônibus de passageiros em São Paulo teve 80% mais passageiros e a frota diminuiu.

Ideli vê 'chamagem' de Congresso

Agência Estado lança 'Banco Público' em meio ao

Estreia do clube provoca taxa de juros em 10%

Maduro e Huan Bulmar e eleito presidente da B3

Arquiteta instala varanda na praia

Falta norma para arma não letal

Riscos da pilha de dia seguinte

Quatro ministros abrem 241 vagas

Em Minas, ato reúne 8 mil

Uma líder, mesmo sem querer

São e Dilma Trial

O GLOBO
DOMINGO, 16 DE JUNHO DE 2013

Torneio começa com vaia a Dilma e vitória da seleção

Protesto do lado de fora do estádio deixa 29 feridos e 30 detidos em Brasília

Renda nas favelas cresce 109%

Inflação além do índice oficial

Auditoria contesta contas do PT

55% de votos em Brasília

Vigilância como arma de poder

Três de Polício entram

Arquiteta instala varanda na praia

Falta norma para arma não letal

Riscos da pilha de dia seguinte

Quatro ministros abrem 241 vagas

Em Minas, ato reúne 8 mil

Uma líder, mesmo sem querer

São e Dilma Trial

Anexo R

– Torcedores levantam cartazes de protesto durante a exibição do hino nacional na abertura do jogo entre Brasil e México pela Copa das Confederações, em Fortaleza, 19 de junho de 2013. Esta imagem foi transmitida ao vivo pela TV Globo, sendo que a cópia de tela (*printscreen*) foi republicada pelo UOL no mesmo dia.



Fonte: <http://bit.ly/1ALjYSQ>.

Anexo S

– Capas da Folha de SP, O Estado de SP e O Globo em 18 de junho de 2013.

FOLHA DE S. PAULO

Milhares vão às ruas 'contra tudo'; grupos atingem palácios

MANIFESTAÇÃO É A MAIOR NO PAÍS DESDE O TORA, COLÔMBIO (1992) - EM SÃO PAULO, MAIS DE 65 MIL PESSOAS PROTESTAM, FAZ TAGARELA

CONGRESSO E SEDE DO GOVERNO PAULISTA SORRIEM TENTATIVA DE INSUBORDINAÇÃO

O ESTADO DE S. PAULO

Protesto se espalha pelo País e políticos viram alvo

Manifestantes arremessaram pedras do palácio do governo de SP no fim da noite

Cobertura do Congresso foi caçada, em Brasília, no Rio, houve confronto com a polícia na Assembleia

O GLOBO

UM PAÍS QUE SE MEXE

O Brasil nas ruas

Convocados nas redes sociais, protestos mobilizam pelo menos 240 mil pessoas em 11 capitais

Protesto de jovens das ruas de São Paulo e de outros estados se espalha pelo País

Anexo T

– Capas da Folha de SP, O Estado de SP e O Globo em 20 de junho de 2013.

FOLHA DE S. PAULO

PROTESTOS DE RUA DERRUBAM TARIFAS

APÓS 11 DIAS, MANIFESTAÇÕES FORÇAM GOVERNOS DE SP E RIO A CANCELAR O REAJUSTE DOS TRANSPORTES

Piora de Dilma
A presidente Dilma Rousseff enfrenta uma queda de popularidade que pode levar à sua renúncia no final do ano.

Neymar dá show e classifica seleção
O atacante brasileiro marcou dois gols e ajudou o Brasil a avançar para a próxima fase da Copa do Mundo.

O ESTADO DE S. PAULO

Haddad e Alckmin cedem, tarifa volta a R\$ 3 e MPL mantém ato

Rio também anuncia redução de preço de passagens: Movimento Passe Livre fará manifestação na Avenida Paulista

Em dia de protestos, seleção vence
O Brasil venceu o jogo contra a Espanha e avançou para a próxima fase da Copa do Mundo.

Dilma vai a R\$ 2,20 e Bolsa cai após sinalização do Fed
A presidente Dilma Rousseff anunciou uma redução de tarifas de transporte, e o mercado financeiro reagiu negativamente à sinalização do Fed.

O GLOBO

Protestos derrubam aumentos em São Paulo e Rio de Janeiro

Paes, Cabral, Haddad e Alckmin cancelam reajuste de ônibus, metrô, trem e barcas. BH deve fazer o mesmo

Em Niterói, Ponte e barcas são fechadas
A ponte e as barcas foram fechadas em Niterói devido aos protestos.

Neymar dá show e classifica seleção
O atacante brasileiro marcou dois gols e ajudou o Brasil a avançar para a próxima fase da Copa do Mundo.

